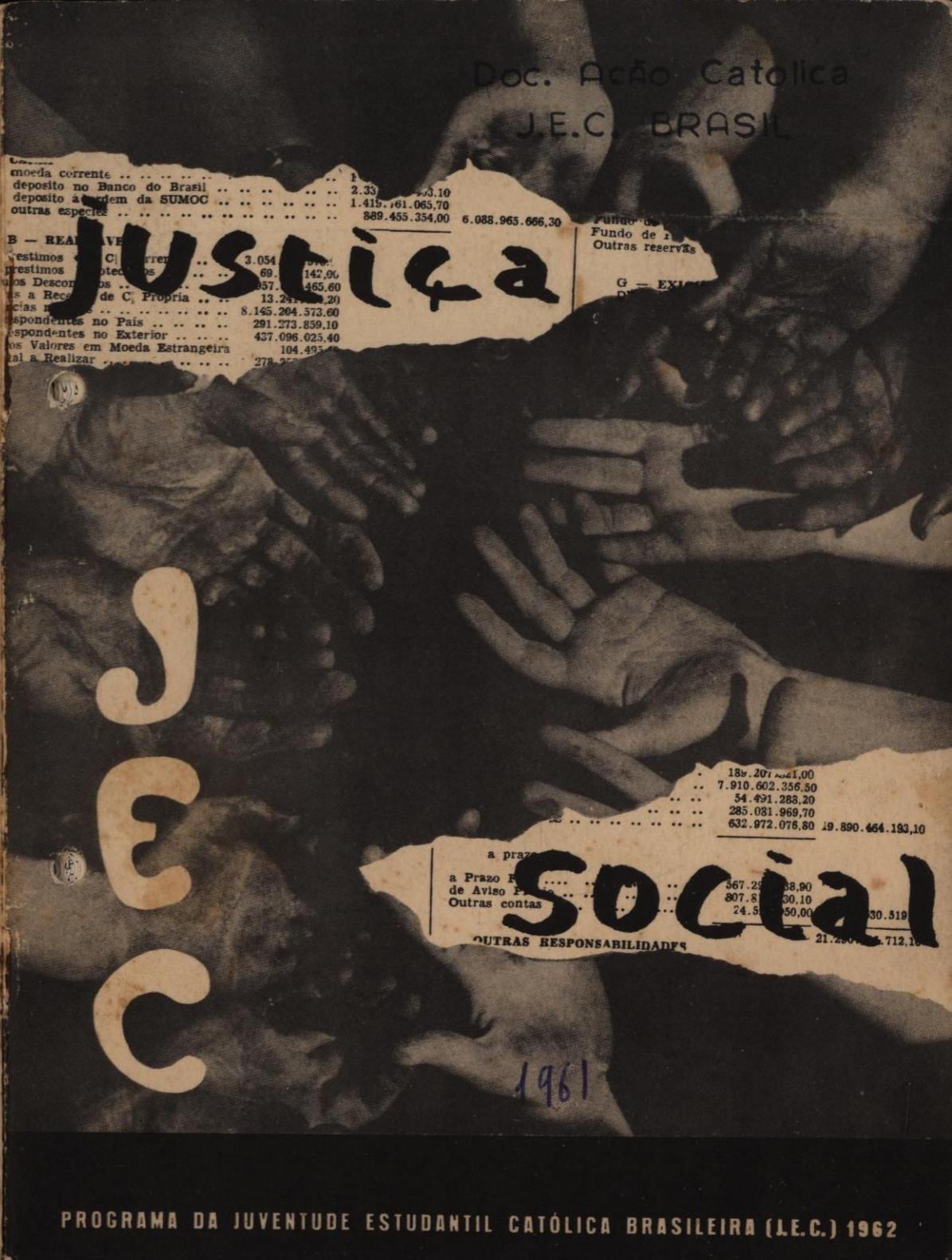


Doc. Acção Católica
J.E.C. BRASIL



JUSTIÇA SOCIAL PARA A CONSTRUÇÃO DO MUNDO

PROGRAMA

D A

JUVENTUDE ESTUDANTIL CATÓLICA BRASILEIRA
(J. E. C.)

1961

Publicação do Secretariado Nacional da
Juventude Estudantil Católica (JEC)
Rua Miguel Lemos, 97 - Copacabana
Estado da Guanabara

Pedidos por Reembólico Postal

Publicação do Secretariado Nacional
Rua Miguel Lemos, 97 Copacabana
Estado da Guanabara

uma palavra inicial

Periodicamente, a jec brasileira renova seu plano de ação no meio estudantil.

Em julho, por ocasião do seu Conselho Nacional, após uma semana de estudos, traçamos as linhas gerais de nossa ação para um período que se iniciou a quella época.

Distinguimos nesse planejamento, duas metas distintas:

- - levar a comunidade colegial a uma vivência comunitária plena
- - levar o meio estudantil a refletir e viver a Justiça Social.

A primeira etapa, já a começamos desde Agosto, com a publicação do cadero 10, e seus suplementos em 2 boletins que lhe sucederam. É um trabalho de longo alcance, e como tal, será sempre tarefa de constante preocupação. Isto porque, a vivência comunitária exige o bom funcionamento de todos os instrumentos responsáveis pela promoção do Bem Comum. É na medida em que houver esta revitalização dos instrumentos, cada estudante tendo a sua participação devida, com mais facilidade e eficiência serão levadas as mensagens das quais devem ser veículos.

A segunda meta, tem a pretensão de levar o meio estudantil a descobrir, refletir e viver as respostas da Igreja ante a questão social.

Para que haja uma unidade de ação, bem como uma certa organicidade no decorrer desta ação, para que exista uma pedagogia de apresentação da questão ao meio estudantil, a jec utiliza esta publicação - o Programa.

Esta publicação, como vêem, é um instrumento de ação de cada equipe, de cada militante. É o livro de cabeceira de cada um, não porque determine cada passo a ser dado por ele, mas porque fornece um roteiro de ação, bem como elementos para o seu Ver, Julgar e Agir.

o programa

Atentos às exigências do meio estudantil, fiéis às exortações de nosso Pastor, a jec brasileira se empenha em assumir a sua parte no meio estudantil na grande tarefa que cabe a nós cristãos neste momento da história.

S.S. João XXIII (Mater et Magistra) nos diz: "Uma doutrina social não deve ser apenas enunciada, mas, também, traduzida em termos concretos na realidade". "Chamamos, pois, atenção para a necessidade de que Nossos Filhos não sejam apenas instruídos a respeito da doutrina social mas de que sejam educados de uma forma social". "A educação cristã deve ser integral, estender-se a toda espécie de deveres; ..." "Eis porque não basta fazer, pois, surgir e desenvolver a consciência do dever de agir cristãamente em questão econômica e social, mas a educação precisa visar igualmente o ensino do método que torna o indivíduo apto a cumprir esse dever".

Eis porque, mais do que nunca somos levados a um esforço de fazer o meio estudantil refletir e tomar um compromisso com uma vivência da Justiça Social.

Ainda fazendo suas exortações sobre a educação, diz o Papa bem explicitamente: "A educação para a ação cristã, inclusive em matéria econômica e social, dificilmente terá eficácia se os que vão ser educados não tomarem uma parte ativa em sua própria educação e se a educação não se realizar através da ação". Por esse motivo, na educação social cabe uma parte importante às associações e organizações de Apostolado dos leigos, em particular aquelas que têm por objetivo especifico vivificar cristãamente algum setor da ordem temporal. Com efeito, numerosos membros dessas Associações podem utilizar suas experiências quotidianas no sentido de se educarem melhor a si mesmos e de contribuirem para a educação só-

cial dos jovens".

Em outro local, insistindo na importância da propagação da doutrina por todos os meios modernos de difusão, S. Santidade faz esta observação: "Para esta difusão, Nossos Filhos do Laicato podem contribuir muito, através de seu empenho em conhecer a doutrina, de seu zélo em fazê-la entendida pelos outros, e do desenvolvimento da ordem temporal, a luz de seus ensinamentos".

Refletindo sobre tão sérias observações é que partimos para um trabalho que é a nossa parcela de responsabilidade no meio estudantil.

Nosso programa de ação, para efeito de praticidade e didática, além da preocupação da suficiente objetividade, isto é, a preocupação de que considere os aspectos que realmente nos tocam mais vivamente e aos quais temos possibilidades de trazer uma resposta efetiva, abordará o assunto centralizando-o no subdesenvolvimento, causa das mais visíveis da Injustiça Social.

No subdesenvolvimento brasileiro abordaremos quatro aspectos que nos tocam mais de perto:

- trabalho
- educação
- religião
- política

Ficariamos, entretanto, em divagações abstratas, sem possibilidades de uma ação concreta, por isso mesmo sem possibilidades de um compromisso com o processo de desenvolvimento, se nos ativessemos em constatar realidades brasileiras.

Pretendemos, de fato, levar a que se descubram as implicações dessas realidades no meio estudantil (por exemplo:- como o comportamento dos nossos políticos adultos determinam no comportamento de nossos políticos estudantis).

À luz dessas constatações, será então possível uma reflexão mais concreta sobre as formas de nossa participação no desenvolvimento brasileiro. O mais importante portanto é mostrar ao estudante o seu papel específico e a sua função própria de cristão no processo de desenvolvimento mundial e brasileiro.

Para lhes dar uma visão global, trazemos aqui um esquema geral de nosso programa.

JUSTIÇA SOCIAL PARA CONSTRUÇÃO DO MUNDO

Programa do Ano

1ª PARTE: PREPARAÇÃO PARA O PROGRAMA - ACAMPAMENTO

A - ESPIRITUALIDADE:- Bem-aventurados os pobres, porque dêles é o rei no céus!

Bem-aventurados os que têm fome e sede de Justiça, porque serão saciados!

B - ESTUDO GERAL DO PROGRAMA
JUSTIÇA E CARIDADE

C - PLANEJAMENTO DO ANO: Trabalhos gremialísticos
Seminário de estudos sociais
Seminário de estudos gremialistas
Revitalização dos instrumentos colegiais
Campanha de Páscoa
Centro de Estudos Sociais, etc.

2ª PARTE: PLANO DO PROGRAMA

I - O ESTUDANTE CRISTÃO E O SUBDESENVOLVIMENTO (realidade)

A - a) - Subdesenvolvimento mundial: fome
(ver) doença
mortalidade infantil
instrução
miseria

b) - Subdesenvolvimento: injustiça
(julgar) causas
soluções

c) - Sugestões para o Agir

B - a) - Subdesenvolvimento brasileiro: trabalho
(ver) educação
religião
política

b) - Subdesenvolvimento brasileiro: injustiça
(julgar) causas
soluções

c) - Sugestões para o Agir

II - O CRISTIANISMO E A JUSTIÇA SOCIAL

A - Alma da Justiça Social - Fraternidade

B - Corpo da Justiça Social - Legislação Social

C - Finalidade - Bem Comum

III - O ESTUDANTE CRISTÃO E O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL E BRASILEIRO

1ª Parte

PREPARAÇÃO PARA O PROGRAMA

ACAMPAMENTO

Esta primeira parte tem a finalidade de preparar os militantes, com conceitos básicos sobre Justiça e Caridade, com uma vivência de uma espiritualidade profunda, e com um planejamento concreto, para o lançamento de nossa mensagem de Justiça Social para a Construção do Mundo. As equipes que sentirem necessidade de conhecimento da realidade de subdesenvolvimento tanto no Mundo como no Brasil, poderão incluir um estudo mais aprofundado da mesma durante o acampamento.

Finalidade desta fase

- dar aos dirigentes e militantes um conhecimento básico do assunto e da linha geral do programa;

- fazer os dirigentes e militantes estudarem o programa e descobrirem juntos, o objetivo, o que se deseja alcançar em cada colégio com a aplicação do

programa;

- fazer as equipes de militantes preverem o caminho a seguir para aplicar o programa aos seus colégios.

- não apenas dar aos militantes idéias claras e certas sobre a Justiça Social, mas acima de tudo, comprometer-lhos com ela na vida prática e na medida de sua condição de estudantes secundaristas.

INTRODUÇÃO

- Na Encíclica "Mater et Magistra" lembra-nos o Papa: "A passagem da teoria à prática é por si mesma difícil e tanto mais o é quando se trata de traduzir em termos concretos uma doutrina social como a doutrina cristã em razão do egoísmo profundamente enraizado nos homens, do materialismo de que se acha impregnada a sociedade, das dificuldades em descobrir com clareza e precisão as exigências objetivas da justiça nos casos concretos. Eis porque não basta fazer surgir e desenvolver a consciência do dever de agir cristicamente em questões econômica e social, mas a educação precisa visar igualmente o método que torna o indivíduo apto a cumprir este dever. A educação para uma ação cristã dificilmente teria eficácia se os que vão ser educados não tomarem parte ativa em sua própria educação e se a educação não se realizar através da ação".

Objetivaremos pois, dar aos nossos militantes jecistas um método de ação que os conduza não apenas a descobrir "as exigências objetivas da Justiça nos casos concretos" mas ainda a lutar para que tais exigências sejam satisfeitas. É todo um processo de educação para o qual o Papa João XXIII reclama "uma parte ativa" dos educandos.

- Para começar o ano de ação jecista sugerimos a realização de um acampamento para o qual sejam convocados todos os militantes. Serão dias de vida comunitária impregnados do espírito de alegria, estudo e oração, capazes de dar o impulso decisivo necessário pelo Movimento para a sua atuação apostólica no meio através de um programa social.

Vemos assim, o acampamento como um instrumento precioso que a jec utiliza para o estudo do programa e planejamento da ação.

A - ESPIRITUALIDADE

Com a preocupação de criar um clima para os estudos que se iniciarião, procurando mesmo dar razão de ser a este estudo, um dia de espiritualidade será de máxima importância. Poder-se-iam abordar dois temas:

primeiro tema "Felizes os pobres porque deles é o reino dos céus".

X - A pobreza (que se distingue da miséria) nos liberta.

- Para que todos tenham a abundância é preciso que todos sejam pobres.

- Cristo disse: "Eu vim para os pobres"

Pensamento de Gandhi: "Eu não prego a pobreza voluntária a um povo que sofre de pobreza involuntária".

segundo tema "Felizes os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados".

X - O espírito de pobreza que nos liberta, nos empenha na ação em favor da Justiça.

- Fome de Justiça (sinal de vitalidade) é a disposição de lutar contra a miséria e contra os privilégios e a favor do bem estar de todos os homens.

- Jesus disse "O que fizestes ao menor dos meus irmãos, foi a mim que fizestes".

Pensamento - Amós, VIII, II: "Mandarei a fome sobre a terra. Não uma fome de pão é uma sede de água mas a de ouvirem a palavra de Deus".

"O verdadeiro drama do cristão que toma a sério o Evangelho é não poder viver dentro da Justiça, pois faz parte de um estado social que contradiz o seu ideal de fraternidade. Condena a guerra e tem de viver numa sociedade que a prepara, come o pão de cada dia neste mundo onde centenas de milhares de indivíduos padecem fome; serve-se das vantagens de um regime econômico que permite abusos revoltantes; exerce talvez uma profissão onde não lhe é permitido ser rigorosamente honesto. Certamente que se dedica, no círculo restrito de sua atividade, a repará-lo." - Chevrot.

LEIA

G. Chevrot

O Sermão da Montanha

Coleção Éfeso

B - JUSTIÇA E CARIDADE

Finalidades:

X - dar elementos para uma reflexão sobre Justiça e sobre a Doutrina Social da Igreja.

X - dar elementos para uma crítica positiva da realidade de subdesenvolvimento no Mundo e no Brasil.

Idéias - A caridade na linha do Evangelho é a perfeição de todas as virtudes. Seu objetivo e seu motivo é o próprio Deus. Fala-se comumente num certo "amor do próximo" que não chega até Deus, uns chamam de altruísmo e outros de "caridade".

a) Há casos em que ficar nos limites da Justiça pode ofender a caridade exatamente porque acima do dever da Justiça está o dever da caridade. Portanto num regime só de Justiça a convivência humana acabaria insustentável. Fazemos tal afirmação pensando na expressão de S. João na sua 1ª carta, cap. 3, vers. 17; "O que tiver bens deste mundo e vir seu irmão em necessidade e fechar-lhe o coração, como poderá a caridade de Deus permanecer nele?"

Todas as formas de assistência social, (dispensários, sopa dos pobres, urbanização das favelas) são soluções de emergência, verdadeiros paliativos que atendem a caridade e ao sentimento de humanidade (quando não a vaidade dos seus promotores) mas que não dispensam as obrigações reclamadas pela Justiça.

b) Comparadas a Caridade e a Justiça, por vezes ocorrem certos conceitos falsos em desvalorização da Justiça. Diz-se: "a Justiça é uma virtude negativa porque significa: não prejudicar o outro. A caridade, virtude positiva significa: fazer o bem".

Ora, esta contraposição é falsa. Sto. Tomaz observa com exatidão que "fazer o bem é o ato completo da Justiça e o seu elemento principal. Evitar o mal é o ato imperfeito e o seu elemento secundário."

c) O verdadeiro sentido da Justiça. Santo Tomaz define a Justiça como a "disposição constante da vontade de dar a cada um o que lhe é devido". Virtude essencialmente social ela é para a sociedade "o que a saúde é para o corpo" e o seu objeto é exatamente o direito ou seja "aquilo que é devido a cada pessoa" o direito do outro que implica numa certa exigência em relação a alguém ou ao corpo social.

Em qualquer ordem social, a pessoa humana, para não ser diminuída na

sua dignidade, será sempre sujeito de direitos, isto é, do reconhecimento por parte do corpo social e de cada um de seus membros, da sua participação no bem comum. Quando a pessoa humana, por mais humilde que seja, e pelo motivo que for, estiver sendo excluída dos benefícios da comunidade, está sendo feita com ela uma injustiça, exatamente porque de sujeito foi transformada em objeto.

Há assim um núcleo de exigências básicas a serem determinadas pela lei e somente na medida em que elas são determináveis concretamente é que se colocam ao alcance daquilo que chamamos o dever de Justiça.

Entretanto, em diferentes situações históricas tais exigências da pessoa humana explicitam-se diferentemente, de tal forma que hoje é tido como um direito da pessoa humana o que em tempos passados impunha talvez um dever apenas de caridade. Temos então o que era objeto da caridade transformando-se em objeto de Justiça, o direito natural se determinando na lei dos homens de acordo, como quer o Papa João XXIII, com as "exigências objetivas da Justiça nos casos concretos".

d) A totalidade da Justiça. A Justiça é o respeito pelo direito do outro. No caso em que esse outro é uma pessoa humana, as exigências decorrentes quer da sua condição social quer da sua natureza, determinam os seus direitos individuais, os quais constituem o objeto da Justiça Comutativa. (Ex.: direito à vida, ao salário justo, a um contrato honesto, ao pagamento do preço justo, o dever de cada estudante não colar nas provas porque a cola fere o direito daqueles que estudam).

Quando o outro é visto não como indivíduo mas como membro de um grupo social (família, empresa, comunidade) suas exigências estão relacionadas com o chefe do grupo (autoridade), a quem cabe distribuir os encargos e as vantagens de maneira proporcional à função e utilidade de cada um e segundo a sua melhor capacidade de contribuir para o bem comum. Os direitos que decorrem do princípio da "igualdade social" impõem a autoridade o exercício da Justiça distributiva.

O maior problema da Justiça Distributiva são os privilégios. O privilégio que é uma vantagem atribuída a alguém ou a um grupo (e que portanto fere o princípio da igualdade social) só é moralmente lícito quando tem uma referência ao bem comum.

Ainda numa terceira hipótese, os direitos do outro se identificam com os direitos do bem comum. Temos então a Justiça Social, que exige de todos e de cada um o que é necessário ao bem comum. A virtude que orienta os nossos atos para o bem da comunidade há de ter prioridade diante das que apenas encaram o bem individual.

Ferir qualquer tipo de Justiça é feri-la na sua totalidade e na sua expressão maior que a a Justiça Social. A Justiça comutativa só é respeitável quando ordenada a Justiça Social. O individualismo exalta o direito da pessoa enquanto indivíduo em detrimento da pessoa enquanto membro da comunidade. É preciso então restabelecer o primado da Justiça Social sobre as demais espécies de Justiça na procura de uma ordem social autêntica porque servindo ao bem comum o homem serve ao próprio bem.

N.B. Desta linha de idéias poderão ser tomados os pontos considerados mais importantes para o dia de estudos que deverá ser feito dentro da técnica de Ação Católica: exposição, círculos e assembleia.

L E I A

"Manifesto Por Uma Civilização Solidária"
Lebret - Livraria Duas Cidades

C - PLANEJAMENTO DO ANO

O último dia do acampamento será de planejamento do ano. Para isto, é

necessário que todos tenham, ao menos, um conhecimento geral de todo o plano do programa e sua linha. É necessário desde já frizarmos a utilidade de se fazer uma hierarquização de valores, bem como uma divisão do lançamento em etapas ou metas e assim poderemos por todos os instrumentos de que dispomos, na consecução destas metas. Não podemos desde já afirmar que este programa poderá ser lançado num período de um ano. Tudo faremos para isto, mas o Conselho Nacional e que decidirá o prazo para a sua duração. (autory do CN)

Pondo sugestões gerais para um planejamento, não queremos ser copiados, mas sim, dar elementos para um agir concreto e idéias que poderão ser realizadas de maneiras bem diferentes conforme as necessidades e as circunstâncias de cada lugar. Assim é que com o nosso esforço quizemos fazer de nosso programa, o mais flexível e maleável possível.) → *Leitura da duração*

A - A JEC brasileira iniciou por assim dizer uma fase gremialista.

Foi assim que já publicamos o caderno 10 para atender a este fim. Deveremos para isto fundar e revitalizar os grêmios colegiais porque vemos nisto a revitalização de todos os instrumentos não só colegiais, mas até extra-colegiais. Vêem vocês que o nosso trabalho é através do grêmio abrangendo assim todos os outros instrumentos. Todas as nossas atividades podem ser realizadas através dele. Assim é importantíssimo que tenhamos já os instrumentos revitalizados, quando formos levar a mensagem social. Desde já aparece um problema sério. Na maioria dos núcleos do Brasil, conseguimos realizar apenas uma parte do caderno 10, o seminário de estudos em plano municipal. Achamos muito conveniente, nestes casos, ou que se realize a segunda etapa de seminários de estudos gremialistas em plano colegial e depois se comece a lançar o programa do ano, ou ainda as duas coisas ao mesmo tempo. Isto deve ser planejado no acampamento.

A primeira atividade que sugerimos é a criação de um centro de estudos sociais (por exemplo, C E D E S, Centro Estudantil de Debates e Estudos Sociais). Este centro pode ser fundado em plano colegial ou em plano municipal.

B - Centro de Estudos em plano colegial.

Pode ser um dos departamentos do Grêmio, sendo a sua diretoria nomeada pela diretoria do grêmio, ou ainda um clube filiado ao Grêmio, e sua diretoria assim é eleita pelos seus membros.

Queremos com os centros de estudo, levar o colégio a uma politização autêntica e dar as soluções cristãs dos problemas sociais aos líderes do colégio para assim comprometê-los em suas idéias, suas atitudes e sua ação. Há duas espécies de atividades dos centros de estudos: uma para seus membros e outra para todo o colégio. Podemos assim através do centro de estudos sociais, promover seminários de estudos, conferências e debates com técnicos, seminários de estudos, exposição de cartazes e estudos para os membros, como também inquéritos, nas classes, visitas às favelas, concursos de trabalhos sobre temas sociais. Podemos também promover trabalhos de assistência social, cursos de férias. Temos, como vêem, um campo enorme de trabalho.

Para fundarmos um centro de estudos sociais podemos usar um seminário de estudos sociais ou mesmo um seminário de estudos de atividades estudantis, convidando os mais interessados e os mais líderes. Ou, se conveniente, podemos convidar pessoalmente os líderes mesmo sem realizar o seminário de estudos. Podemos então realizar com estes a primeira atividade do centro de estudos, que seria um seminário de estudos sociais.

O centro deverá ter uma diretoria, que, evitando qualquer espécie de burocracia e academicismo, planejará os estudos internos do centro com seus membros, planejará as atividades para o colégio, escolherá técnicos para exposições e debates, e cuidará da organização geral.

Para maior segurança doutrinária, objetividade e maior rendimento dos trabalhos, o centro deverá ter um orientador, ou só para a turma da JEC (Assistente Eclesiástico ou se este não puder, algum técnico cristão) ou para todo o centro.

Como esquema geral de estudos poderão utilizar o programa do ano. E se conveniente, poderão fazer um estudo da Encíclica *Mater et Magistra*, um estudo da realidade regional.

Nunca nos devemos esquecer que o estudante não pode fazer diretamente reformas de estruturas e que ele tem um trabalho e uma função própria no campo social. Devemos sempre mostrar-lhe o seu papel específico de estudante nestas reformas sociais.

Queremos lembrar que não devemos ficar apenas em constatações de uma realidade, apenas angustiando o estudante para os problemas. Seria preparar terreno para qualquer outra influência, para qualquer outra solução. Temos que lançar nossa mensagem e nossas soluções.

C - Centro de Estudos Sociais em plano Municipal.

O centro de estudos em plano municipal poderá ter a mesma estrutura e organização de um centro colegial, mais ou menos com as mesmas finalidades e funcionamento.

Para fundá-lo aproveitamos os líderes do seminário de estudos sobre atividades estudantis, que fizemos em plano municipal, ou fazemos um seminário de estudos sociais em plano municipal e convidamos os líderes e interessados. Ou ainda reunir diversos centros colegiais e fundar o centro municipal e depois, atingir outros colégios com um seminário de estudos sociais para todos os colégios ou para os líderes de todos os colégios da cidade.

Fazemos questão de lembrar que a JEC nunca deve aparecer promovendo atividades, mais ainda em terreno social. Ela está acima de qualquer grupo ou de qualquer entidade. "No meio estudantil a presença da JEC não está em oposição a nenhum grupo. Não é simplesmente mais um grupo, mas uma entidade. É o fermento do Evangelho cuja ação será notada mais pelos efeitos que pelos sinais exteriores. Os grupos, as agremiações, as entidades, serão levadas a viver autenticamente a dimensão da caridade, pela atuação dos militantes." (caderno 10)

D - Seminário de Estudos Sociais.

O seminário de estudos sociais têm mais ou menos a mesma organização do de atividades estudantis descrito no caderno 10. Pode ser ou uma atividade para o colégio promovida pelo centro de estudos ou uma atividade do gabinete com a finalidade de fundar o centro de estudos sociais. O seminário de estudos, conforme as circunstâncias de cada colégio, poderá ser para todos os alunos ou para os líderes principais do colégio.

E - Campanha de Páscoa

Temos todos os anos a campanha de Páscoa uma das mais importantes de nossa atividade. Pode ser adaptada inteiramente ao programa do ano e talvez não haja uma mensagem mais apropriada para a Páscoa do que a mensagem cristã para os problemas sociais. No entanto, é impossível se lançar todo o programa numa campanha de Páscoa, nem ao menos é conveniente.

A campanha de Páscoa é à oportunidade de mostrarmos que o Cristo veio como solução para todos os problemas dos homens e das sociedades. Não devemos nos desprezar esta oportunidade de cristianização. Não trazemos aqui mais elementos sobre ela, porque já há bastante experiência neste sentido.

IMPORTANTE

1 - As campanha e serviços coletivas, que indicamos não suprimem a necessidade de um trabalho de contato pessoal cada vez mais intenso. Um bom trabalho só terá resultado se feito paralelamente a campanha coletiva, um trabalho pessoal intenso de "conversão", na nossa equipe de irradiação.

2 - A JEC é alguma coisa que tem vida e deve cuidar sempre de sua vitalidade. Ela

deve cuidar sempre de sua renovação, através de uma nucleação bem planejada e bem realizada. Todas as atividades servirão perfeitamente para esta nucleação que desejamos.

2ª Parte

P L A N O D O P R O G R A M A

I - O ESTUDANTE E O SUBDESENVOLVIMENTO

II - O CRISTIANISMO E A JUSTIÇA SOCIAL

III - O ESTUDANTE CRISTÃO E O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL E BRASILEIRO

Finalidades:

- - para que as equipes de militantes tenham dados concretos da realidade do subdesenvolvimento no mundo e no Brasil;
- - orientar o estudo da mentalidade do meio sobre os problemas sociais;
- - dar ao meio estudantil um conhecimento claro das linhas mestras da doutrina social da Igreja;
- - fazer que cada estudante tenha conhecimento do subdesenvolvimento no mundo e no Brasil e de seu papel na sua superação concretamente dentro de suas limitações de jovem e de estudante.

I - O ESTUDANTE E O SUBDESENVOLVIMENTO

A) - Subdesenvolvimento no Mundo

a) - Ver

Ao examinarmos a situação do mundo atual vamos verificar que apesar de todo o progresso técnico que o nosso século conheceu, vamos encontrar um grande número de povos que ignoram quase que totalmente os benefícios que o avanço da civilização pode conceder. Para estes povos, o progresso técnico não tem servido nem mesmo para resolver os seus problemas básicos. A fome, a doença, a mortalidade infantil, a ignorância, a miséria e tantos outros flagelos continuam a ser os mesmos que em séculos passados, com pouquíssima ou nenhuma alteração.

Vejamos alguns exemplos do que acabamos de afirmar. Vamos nos restrin-gir aos aspectos fundamentais das necessidades humanas, sem nos referir a outras necessidades que embora não sendo essenciais são importantes. Para podermos avaliar até que ponto o progresso técnico atual poderia solucionar estes problemas, vamos comparar a situação dos povos menos adiantados com a situação dos povos mais avançados, que desfrutam de todas as facilidades da técnica atual.

A fome

Calcula-se que nos países temperados a quantidade média de calorias necessárias para cada homem é de 2.700. Isto quando tratamos de casos normais. Quando se trata de pessoas que possuem uma atividade mais pesada esta necessidade pode ascender a 4.500 (Convém notar que os países mais atrasados possuem a maior parte da população ocupada com trabalhos pesados). Nos países mais desenvolvidos a média de calorias absorvidas "per capita" é de 2.750 a 3.280 em média. Entretanto, outros povos, não conseguem nem sequer aproximar-se desta média. O índice médio de consumo da Índia é de 1.850 calorias, das Filipinas, 1.960, da Tailândia 2.020 da China 2.030, da Colômbia 2.300, do Chile 2.340, Brasil 2.350, etc.

O Pe. Lebret no seu livro "Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente" nos

afirma: "Sem exagerar, pode-se admitir que 50% da população mundial se mantém num regime inferior ao estritamente necessário em calorias e que 75% dessa população, aproximando-se ou apenas atingindo o nível mínimo de calorias, não dispõe da composição dietética mínima exigida pela atividade humana normal".

Isto se dá em uma época em que as condições do mundo moderno permitem, pelo emprêgo das técnicas descobertas, pela mecanização, etc. aumentar e normemente a produção agrícola e solucionar todo o problema da fome.

A doença

Apesar de todo o desenvolvimento da medicina e das condições de tratamento para quase todas as molestias haverem evoluído, vamos ainda encontrar um quadro não muito animador neste campo. Inúmeros são os povos que sofrem o flagelo das chamadas "doenças de massa", assim denominadas por serem "tão propagadas e atingirem proporção tão elevada da população que contribuem consideravelmente para comprometer o desenvolvimento econômico e social de um país. Tais doenças como a Variola, o Tifo, a Febre Amarela, a Tuberculose, a Malaria, etc., assolam a África, a América do Sul, e Ásia. Além disso, a falta de recurso das populações impede o tratamento de uma série enorme de outras doenças que aparecem, muitas vezes determinadas pela própria condição de subnutrição a que está reduzida a metade da humanidade.

A carência de assistência médica e de condições mínimas de vida faz com que a esperança de vida para estes países menos desenvolvidos seja bastante inferior à dos países mais evoluídos. Vejamos por exemplo alguns casos: a Birmânia 35 anos, a Índia, 35 anos, a Tailândia, Salvador e Guatema 40 anos, a Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Honduras, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, Venezuela, 45 e assim por diante. Outros países que conseguem aproveitar o progresso no campo da saúde conseguem índices de esperança de vida bem superiores. Para a Dinamarca, 69 anos; para a Finlândia 58 anos, para a Suécia 68 anos, Noruega 70 anos, etc.

Mortalidade Infantil

Antigamente em todos os países do mundo o índice de mortalidade infantil era elevado e constituía a principal causa do crescimento reduzido da humanidade. Entretanto a evolução da medicina, a assistência à gestante, as condições de vida mais elevadas etc. fizeram com que o índice de mortalidade regredisse nos países que possuem melhores condições de progresso. Assim, em cada 1.000 crianças nascidas vivas na Suécia morrem 17 antes do primeiro ano, na Inglaterra de cada 1.000 morrem 21, nos U.S.A. 26, na Suíça 25, na França 34, etc. Enquanto isso, nos países subdesenvolvidos o índice quase que permanece o mesmo. Em Cuba, México, Paraguai, de cada 1.000 morrem 150 antes do primeiro ano, na Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Honduras, Panamá, Peru e Venezuela morrem 125, na Birmânia de cada 1.000 morrem 225. O p. Lebret nos diz que "um grande número de países apresenta ainda taxas de mortalidade do primeiro ano dez vezes superiores às taxas dos países em boas condições".

InSTRUÇÃO

A instrução, uma das condições importantes para o homem deste século poder melhorar o seu nível de vida e conseguir a sua realização completa, ainda é um privilégio das nações desenvolvidas. Analisemos por exemplo o índice de alfabetização de alguns países subdesenvolvidos. A proporção de analfabetos de mais de 10 anos era a seguinte em 1950, não havendo grandes mudanças de lá para ca. 40% no Irão e nas Filipinas, 55% em Singapura e na China, 70% na Turquia, 86% no Paquistão, 92% na Índia e Indonésia, 85% no Egito, 93% em Niassa, 90% em Moçambique, 57% no Peru e no Brasil, 60% em Salvador, 65% na Guatemala, 80% na Bolívia. Nos países mais desenvolvidos o índice de analfabetismo varia entre 0,3 a 6%.

Note-se entretanto que a instrução não se limita apenas a alfabetizar mas a alfabetização é apenas o seu primeiro passo. Isto acontece em uma época em que o rádio, a televisão, o cinema, a imprensa etc. existem e poderiam fazer um maravilhoso trabalho de instrução.

A miséria

Enquanto nos países mais adiantados a miséria, a falta de condições mí-

nimas para uma existência humana, vai sendo gradativamente superada, nos países menos desenvolvidos a situação vai cada vez se agravando mais. O aumento natural da população (os países subdesenvolvidos têm um índice de natalidade superior ao índice dos países desenvolvidos) não sendo acompanhado pelo aumento de produção faz com que não consigam os países subdesenvolvidos garantir as condições mínimas de vida para os seus habitantes, principalmente os habitantes de condições mais humildes (os mais numerosos).

Desta análise imperfeita e superficial podemos pelo menos tirar algumas conclusões. Existem no mundo atual dois grupos de países, grupos estes bem determinados. O primeiro, constituído de nações que aproveitam o progresso técnico da nossa época e oferecem ao seu povo, condições cada vez mais humanas de existência. São os desenvolvidos. O segundo, formado pelas nações que por vários motivos não estão conseguindo aproveitar, pelo menos em escala considerável, os progressos de nossa época e não conseguem dar ao seu povo condições para uma vida humana. São os povos subdesenvolvidos. Resta ainda lembrar a existência de alguns povos intermediários que não são nem desenvolvidos nem subdesenvolvidos, entretanto, pela sua extrema minoria não iremos nos preocupar em analisá-los.

Os países subdesenvolvidos enfrentam ainda problemas internos que são consequência do seu próprio estado de subdesenvolvimento. Devido ao estado de pobreza e miséria da maioria quase que total de seu povo, a cultura e o preparo técnico torna-se um privilégio de poucos. A fome, as doenças, a miséria enfim, fazem com que a maioria do povo viva em condições mínimas de existência e não tenham a oportunidade de evoluir. Como um país somente pode evoluir se os seus membros evoluem, o resultado é que se forma um tremendo círculo vicioso. O país precisando de homens e mulheres que sejam capazes de promover o seu desenvolvimento e entretanto a própria condição de subdesenvolvimento impede que se formem os que deveriam desenvolver o país. O mais triste é que muitos daqueles poucos que conseguem obter alguma formação e que poderiam ajudar na causa comum de desenvolvimento estão mais preocupados e na própria ascensão pessoal, não se importando com o bem comum (No meio estudantil e comum encontrar, por exemplo, aqueles que escolhem a profissão unicamente para através dela adquirirem maior prestígio ou maior compensação financeira, esquecendo-se de que a profissão tem um caráter social também).

b) - Julgares

A injustiça do subdesenvolvimento

Vimos até agora alguns dos males que são inerentes à condição de subdesenvolvimento. O analfabetismo, a ignorância, a fome, a doença e a mortalidade excessiva, a inexistência enfim de condições mínimas que permitam uma vida realmente humana. Esta condição de miséria de uma grande percentagem do povo impede a realização completa deste povo. A impossibilidade de uma vida material mínima influí na realização espiritual do homem. É Santo Tomaz quem nos dia que o uso dos bens materiais é necessário ao exercício da virtude. Desta maneira, a miséria faz com que o homem perca a sua dignidade de homem e veja frustradas as suas possibilidades de realização (pelo menos no campo natural). É claro que temos que contar com a Ação de Deus. Entretanto esta ação não significa um abandono do problema por parte do Cristão. Isto seria uma negação da caridade e da justiça. Isto seria tentar a Deus.

Como vimos, uma, senão a principal, das causas da miséria é a condição de subdesenvolvimento. Sendo assim, esta causa precisa ser enfrentada. Ainda mais, ela pode ser enfrentada e superada. O nosso século, século das grandes invenções, do progresso técnico e científico já possui as condições necessárias para resolver os grandes problemas que a humanidade enfrenta. O progresso da máquina e da técnica agrícola é mais do que suficiente para alimentar a humanidade inteira, esta humanidade em que 75% dos homens passa fome. A ciência pode atualmente reduzir o volume de mortes e de doenças. O rádio, a televisão, a imprensa, ai estão para unirem os povos do mundo e promover a ajuda mutua. A instrução pode ser generalizada. Em épocas passadas, a miséria ainda poderia ser compreendida. Hoje, quando Deus já deu como talento a ser aproveitado, todo o progresso necessário para resolver os problemas básicos da humanidade. A miséria é totalmente desnecessária e injusta. As conquistas que o homem vai fazendo em todos os campos, são um

patrimônio da humanidade, e, não sómente um patrimônio, são um privilégio de alguns.

Causas do subdesenvolvimento

Sendo um dever nosso como cristãos colaborar na eliminação da miséria no mundo (não confundir miséria com pobreza) é necessário conhecer as suas causas. Não pretendemos aqui escrever um tratado sobre o assunto mas simplesmente a pontar algumas das causas mais importantes e estimular o estudo mais profundo.

É o próprio papa João XXIII quem nos aponta a principal causa desta miséria. Na encíclica "Mater et Magistra" nos diz o seguinte: "É certo que os socorros de urgência atendem a um dever de humanidade e de Justiça, não são entretanto, suficientes para eliminar, ou pelo menos reduzir as causas que engendram, em muitos países, um estado permanente de indigência, de miséria ou de fome. Essas causas provêm, antes de tudo, de um regime econômico primitivo ou atrasado."

É contra este regime econômico "primitivo e atrasado" que nos devemos voltar, no sentido de modifica-lo. É fato constatado que a miséria gera miséria. A insuficiência de condições técnicas faz com que nunca se consiga produzir o suficiente para melhorar estas condições técnicas. Assim, um país nestas condições vai cada vez se afundando mais no subdesenvolvimento. Urge uma ação energica para romper este trágico círculo vicioso.

Este regime econômico primitivo ou atrasado pode ser caracterizado por dois aspectos principais:

- a) pouca produção
- b) má distribuição dos frutos desta produção

Pouca produção

Quando um país não consegue produzir o suficiente para manter os seus habitantes, estes necessariamente passarão necessidades. Portanto, uma das metas para um país que queira dar a sua população condições de vida humanas, deverá ser a de produzir o suficiente para poder assegurar estas condições. Mesmo que esta produção esteja concentrada em poucos produtos, ela deve ser suficiente para compensar a importação dos outros produtos de que necessita. Os países subdesenvolvidos não conseguem manter a produção necessária para atender as suas necessidades. Isto porque não aproveitam ou melhor, não conseguem aproveitar de maneira a recíproca, uma das maiores conquistas do homem. A máquina. Somente a máquina no mundo atual é capaz de uma produção capaz de atender as necessidades de um país. Através dela, o homem consegue multiplicar um número enorme de vezes a sua capacidade de produção. Portanto, para conseguir uma produção que atenda as suas necessidades, o país tem que recorrer à máquina, ou seja, o país tem que industrializar-se. Esta industrialização fornecerá o necessário ao país para atender as necessidades de seus cidadãos e portanto poderá eliminar a miséria em que estes países vivem.

Má distribuição dos frutos dessa produção

Os povos subdesenvolvidos além de não produzirem o suficiente para atender a todos os seus habitantes ainda enfrentam um outro problema. A pouca produção do país não é distribuída convenientemente por todos. Ela se concentra nas mãos de poucos que passam então a usufruir delas, enquanto que, por causa desta má distribuição os que não conseguem o seu usufruto cada vez mais e em número cada vez maior, vão se tornando miseráveis e sem condições de vida. Se houvesse uma divisão mais equitativa os miseráveis não seriam tão miseráveis.

Além desses dois aspectos é preciso salientar a influência externa. Esta, que poderia se constituir em uma ajuda para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, na maioria das vezes é um fator que impede a ascensão destes países. Isto acontece, por que a ascensão de um país subdesenvolvido poderá trazer como consequência um prejuízo financeiro aos grandes "trusts" internacionais, que já não teriam um mercado tão grande nestes países. É o próprio Pe. Lebret quem constata este fato dizendo no seu livro "Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente"; "Os países desenvolvidos impõem diversas restrições à modernização da indústria

dos países menos desenvolvidos. O fato ocorre seja pelas restrições de patentes de invenção, seja pela pressão exercida pelos grupos comerciais, financeiros ou de transportes, com o objetivo de evitar o estabelecimento de indústrias locais ou fazer-lhes concorrência, assim como pelo recurso do

Objetivos do desenvolvimento

A nossa ação como cristãos visa o desenvolvimento no sentido de dar aos povos condições dignas de vida humana. Quando dizemos dar aos povos condições de vida humana estamos nos referindo às pessoas humanas que constituem estes povos. Não nos referimos aos povos como abstração. Assim, toda a ação de um cristão em favor de um desenvolvimento deve ter como centro a pessoa humana. É em função dela que deve ser conduzido o desenvolvimento de um país. Sendo assim, não aceitamos um desenvolvimento que visse simplesmente a elevação material do homem, uma vez que este não é somente matéria. O desenvolvimento do homem deve ser integral. Integral e harmonioso.

Além disso, o desenvolvimento pelo qual lutamos tem que atender a todos. Seria injustiça grave se o desenvolvimento de um país viesse em proveito de uma parte somente dos habitantes deste país. Queremos a elevação de todos os homens, caso contrário o que nós presenciaríamos seria a riqueza extrema de uns e a continuação da miséria dos outros.

Para mostrarmos ao estudante a realidade mundial e o seu papel na superação desta realidade, trazemos aqui uma série de sugestões de atividades, além das sugestões mais gerais dadas no planejamento do ano (acampamento).

c) - Sugestões para o Agir

- Debate sobre escola e desenvolvimento
- Conferência e debate sobre o subdesenvolvimento e desenvolvimento cristão.
- Campanha de Páscoa. Aproveitá-la para mostrar o Cristo como a solução única para todos os problemas da humanidade.
- Exposição de estatísticas e fotografias.
- Concurso de trabalhos de Português sobre o estudante e a construção do mundo.
- Exposição de livros
- Orientação das aulas de Geografia para os problemas mundiais.
- Curso intensivo para os membros do Centro de Estudos.
- Etc.

Vêde Planejamento geral (Acampamento)

Chamamos a atenção para utilidade de estas atividades serem realizadas através dos departamentos do grêmio colegial e do centro de estudos (também do grêmio).

B) - Subdesenvolvimento Brasileiro

a) - Ver

REALIDADE BRASILEIRA

O Brasil encontra-se no número dos países subdesenvolvidos. Como todos os outros nas mesmas condições, sofre da miséria que envolve os seus companheiros da Ásia, África e América Latina.

Sendo a realidade brasileira a que nos compete tentar solucionar em primeiro lugar, pela nossa própria condição de brasileiros, urge verificar quais as condições concretas existentes no Brasil, bem como, quais as suas maiores exigências.

Vamos tentar fazer um levantamento desta realidade. Este levantamento será bastante superficial e deverá ser completado e ampliado pela leitura dos livros indicados no decorrer do programa, bem como pelas observações pessoais de

cada militante. Dentro da realidade brasileira escolhemos quatro aspectos que nos pareceram mais importantes. Estes quatro aspectos não dão uma visão completa da situação brasileira, entretanto, abordam o problema em suas principais manifestações. Talvez mais tarde em outra publicação abordemos outros aspectos. Estudaremos então o subdesenvolvimento brasileiro no seguinte esquema:

- 1 - Trabalho
- 2 - Cultura
- 3 - Religião
- 4 - Política

1 - trabalho

Dois pontos terão que ser abordados na realidade referente ao trabalho:

- o trabalho rural
- o trabalho urbano

O Trabalho Rural

Ao verificarmos a situação do trabalho rural, vamos encontrar dois tipos de trabalhadores:

- os proprietários
- os agregados ou empregados

Os proprietários por sua vez, estão subdivididos em três tipos: os grandes proprietários, os médios proprietários e os pequenos proprietários.

Os grandes proprietários são os que possuem grandes extensões de terra e conseguem tirar delas o suficiente e na quase totalidade das vezes o mais do que suficiente para manter um nível de vida altíssimo. Estes grandes proprietários muitas vezes nem se preocupam com o trabalho da terra deixando que outros trabalhem para ele, contentando-se em receber os proveitos que a grande propriedade lhes dá. Entretanto as grandes propriedades são na maioria das vezes improdutivas em relação ao seu tamanho, não produzindo o suficiente para a alimentação do povo e influindo decisivamente na economia nacional uma vez que somos um país essencialmente agrícola. Estas grandes propriedades (referimo-nos às propriedades de extensão superior a 1.000 ha), somente em raras exceções, conseguem ser benéficas ao bem comum, quer pela improdutividade em relação ao seu tamanho quer pelo fato de não permitir que um grande número de pessoas consiga satisfazer as suas necessidades mínimas através dela. Pelas estatísticas verificamos que os grandes proprietários são uma minoria, (0,5% dos proprietários) porém possuem mais da metade da área cultivável do país (50,1% da área).

Os médios proprietários (propriedades de 100 a 1.000 ha) vêm logo a seguir. Estes, na maioria das vezes, conseguem satisfazer com o trabalho agrícola as suas necessidades e produzir para a comunidade.

Entretanto não constituem a maioria dos proprietários agrícolas. São apenas (13%) e ocupam 31,3% da área cultivável.

O pequeno proprietário (propriedades de área inferior a 100 ha) constuiu na maioria dos proprietários agrícolas (85%) embora ocupem somente 16,5% da área cultivável. Esta maioria de proprietários não consegue retirar da terra o suficiente para satisfazer as suas necessidades, quer seja pela área reduzida que cultivam (minifúndio) incapaz de produzir o suficiente, quer seja pela falta de assistência ou ainda, pela deficiência técnica própria de um país subdesenvolvido (falta de maquinaria, pessoal técnico, ensinamentos, etc.). Desta maneira, embora possuindo a terra e trabalhando nela não retira desta o suficiente para manter um nível de vida justo. O trabalho para eles não se torna suficiente para garantir o seu bem estar nem o de sua família.

Entretanto, apesar de não serem recompensados justamente pelo seu trabalho, não são os pequenos proprietários os mais sacrificados na vida rural. Para estes, via de regra o trabalho agrícola garante pelo menos as condições mínimas

de vida. Os mais sacrificados na vida agrícola são os:

Empregados ou agregados. Pelas estatísticas do IBGE referentes a 1950, mais de 1/3 da população ativa no campo é empregada ou assalariada. Para melhor julgarmos a situação deste homem do campo vamos nos basear em um documento apresentando pela Juventude Agrária Católica Nacional.

"Os assalariados formam um contingente de mais de 3,4 milhões de trabalhadores que vivem em sua maioria, à margem da sociedade, submetendo-se a uma vida infra-humana e de semi-escravidão. Isto acontece na extração da borracha na Amazônia, nos canaviais do Nordeste, nas culturas do cacau na Bahia, nos cafés de São Paulo e Paraná, nas estâncias gaúchas e em toda a parte, onde existe o latifúndio ou o capitalismo rural!"

"A Consolidação das Leis do Trabalho, aplica aos trabalhadores rurais alguns benefícios das leis trabalhistas, como sejam: salário mínimo, férias, aviso prévio, acidentes de trabalho. No entanto, estas leis não estão sendo aplicadas pela totalidade quase absoluta de empregadores em estabelecimentos rurais. Em algumas regiões, como o Nordeste, paga-se R\$ 40,00 ao dia, pelo trabalho braçal do campesino, havendo sido registrados casos de até o absurdo de R\$ 20,00 diários. E esta a remuneração pela qual o operário agrícola deve sustentar-se a si e a família": A renda "per capita" no Maranhão foi de R\$ 420,00 mensais. A do Nordeste foi de R\$ 410,00 mensais. (1958)"

"A falta de técnicas e máquinas exige o vigor dos próprios braços e um esforço pessoal muito grande para a realização de um trabalho que por isso mesmo se torna extremamente rudimentar. Não há segurança nenhuma nos contratos de trabalho e ferias não existem para o trabalhador rural!"

"A falta de técnica e mecanização exige muitas vezes do trabalhador, esforços excessivos e as condições do trabalho, são muitas vezes altamente prejudiciais à saúde. Não há nenhuma segurança nos contratos de trabalho. Nos períodos de entre-safra, quando excessiva a procura de mão de obra a fixação dos salários é objeto de negra especulação. O empregador impõe ao assalariado, o salário que bem entende. É bastante frequente o caso em algumas regiões, da escravidão econômica. O empregador adianta ao assalariado, pequenos empréstimos a serem pagos com o rendimento do trabalho. Como os salários são infinitamente irrisórios, o trabalhador nunca consegue saldar estes empréstimos e assim permanece eternamente endividado."

No III Conselho Nacional tivemos depoimentos em que tomamos conhecimento do sistema de arrendamento que se segue, em muitas fazendas do Nordeste.

O grande proprietário, por não ter condições de explorar a terra sózinho, arrenda uma parte de sua propriedade ao colono. Este é denominado "meeiro" porque se compromete a dar metade da sua produção como pagamento do arrendamento da terra (existem também os terceeiros que ficam só com um terço da produção). A outra metade servira para atender as necessidades do colono. Todavia, o "meeiro" compromete-se a vender a sua metade única ao patrão (proprietário). Este compra essa produção pelo preço que entender (geralmente inferior ao do mercado). Além disso o "meeiro" é pago não em dinheiro mas em espécie a qual é atribuído o valor que o proprietário determinar (geralmente superior ao do mercado).

Vejamos um exemplo prático para ilustrar este tipo de arrendamento. O "meeiro" vende o arroz que comumente valeria R\$ 20,00 o quilo, por R\$ 10,00 (preço que o patrão quer pagar) e recebe como pagamento, digamos, um sapato no valor de R\$ 500,00 como se tivesse o valor de R\$ 1.000,00 (preço determinado pelo patrão). Como vemos, o "meeiro" é explorado duas vezes somente na venda do produto.

O Trabalho Urbano

Ao verificarmos a situação do trabalho urbano vamos encontrar três tipos de trabalhadores:

- os trabalhadores da classe alta ou burguesia
- os trabalhadores da classe média
- os trabalhadores da classe baixa ou proletária

Os trabalhadores da classe alta ou burquesia

Constituem a classe dirigente, as altas elites. É composta dos líderes de indústrias, do comércio, altos funcionários administrativos, por aqueles enfim, que podem contar com altas somas e grandes capitais. Estes, conseguem obter do seu trabalho tudo aquilo que for necessário para uma vida de alto nível e na maior parte das vezes muito mais do que poderiam gastar, mesmo levando em conta todas as suas necessidades. Estes, no entanto, são uma pequena minoria dentro da realidade brasileira. Apesar de serem uma pequena minoria conseguem acumular uma porção enorme da renda nacional. Em 1957, segundo o desembargador Osny Duarte Pereira, "a renda nacional atingiu a 900 bilhões de cruzeiros. Dessa quantia, 360 bilhões (40%) ficaram nas mãos de 5% da população economicamente ativa. Os operários, pequenos proprietários, lavradores, artezãos, isto é, aqueles 18 milhões de habitantes representando 95% da população economicamente ativa, perceberam o resto (540 milhões)". A concentração excessiva de capital na mão de poucos faz com que estes poucos possam controlar quase toda a vida nacional. Sendo o capital, no regime em que vivemos equivalente ao trabalho, esta minoria que controla o capital, controla o trabalho da maioria. Excluímos propositadamente aqueles que possuem enormes capitais e não trabalham, pesando somente nas costas da comunidade.

O trabalhador de classe média

É constituída daquelas que vivem do pequeno comércio, da pequena indústria, daquelas que possuindo cultura, conseguem elevar-se socialmente, dos funcionários burocráticos, dos comerciários, enfim daquelas que conseguem através do seu trabalho alcançar um nível de vida razoável. Entre estes podemos distinguir aquelas que são verdadeiramente da classe média, isto é, intermediários entre a pobreza e a riqueza, e aquelas que são semi-classe média, isto é, embora não estejam na pobreza, ainda lutam com bastante dificuldades para se manterem em um nível de vida aceitável. Os primeiros, entre os quais estão incluídos os funcionários graduados, os pequenos comerciantes, os profissionais liberais, etc. conseguem retirar do seu trabalho o suficiente para manter uma vida confortável sem muitas preocupações. Entretanto, infelizmente, estes não constituem a maioria da classe média. A maioria é constituída por aqueles que lutam para conseguir manter uma vida decente, embora estejam bastante próximos da pobreza, para não dizer dentro dela. Entre estes estão incluídos os pequenos funcionários, os bancários, empregados em comércio, etc. Estes, embora tenham que manter uma certa aparência, são quase tão pobres quanto aqueles que realmente o são, sem necessidade de manter as apariências. Entretanto, o trabalho ainda oferece a esta classe média o suficiente para atender as suas necessidades de pessoa humana. A pior condição é a do.

Trabalhador da classe baixa ou proletária

Estes constituem a imensa maioria do trabalhador brasileiro da zona urbana. É constituída do trabalhador braçal, do operário de construções, daquele trabalhador que não possui preparo para realizar um trabalho de maior qualificação. São estes os grandes sacrificados na questão do trabalho.

Devido às poucas oportunidades de trabalho que o país subdesenvolvido, sub-industrializado como o nosso oferece, e ao excesso de mão de obra não especializada motivado pelo abandono do campo, onde o preparo técnico não é realizado, bem como as poucas condições de preparação para o operário técnico (falta de escolas, condições de vida inferior, etc.) existe o odioso sistema do "mercado de trabalho". Tal mercado não existe na teoria mas na prática. Obedece à lei da oferta e da procura. Sendo muita a mão de obra e muitos os que procuram emprego, este é mal remunerado e insuficiente para manter um nível de vida humano nas cidades. Assim, o salário mínimo, que, na maioria dos casos, já é insuficiente para um trabalhador, é constantemente desrespeitado, obrigando-se o trabalhador a declarar receber aquilo que não recebe. Isto sem contar o sempre crescente número daqueles que procuram um trabalho e não o encontram, justamente por causa do reduzido número de oportunidades que o país oferece. Este desequilíbrio faz com que encontremos nas cidades grandes os marginais, que vivem em condições de vida sub-humana. As favelas no Rio, os moccambos de Recife os alagados em Salvador, os casebres em Fortaleza, Natal, Terezina, etc. são uma prova evidente de que o trabalho não está sendo suficiente para que estes trabalhadores consigam manter um

nível de vida compatível com a sua dignidade humana.

CONSEQUÊNCIAS

Vejamos, aproveitando alguns dados fornecidos pela JAC nacional, as consequências trágicas da desvalorização do trabalho tanto no campo como na cidade.

Alimentação - Um trabalhador deve consumir normalmente 3.000 a 3.800 calorias diariamente. Pesquisas realizadas pela FAO revelam que no Brasil a média é de 2.100 calorias (per capita) ao dia. A CODENO afirma que no Nordeste esse índice não vai além de 1.863, o que significa que naquela região o homem recebe apenas a metade do normal em calorias diárias em seus alimentos. Em todas as regiões do Brasil há falta de alimentos, por diversos motivos. Passa-se fome nos locais de produção de alimento.

Saúde - "A mortalidade infantil com índice elevadíssimo (250 crianças em cada mil morrem no Nordeste antes de atingirem o primeiro ano de vida) causado principalmente por gastroenterites, gripes e pneumonia. Nas capitais de Estado existe em média um médico para cada 675 habitantes, enquanto que no resto do país incluindo a zona rural e as pequenas cidades, a média é de um médico para cada 18.200 habitantes. Existem municípios inteiros que não possuem um único médico".

A respeito do problema de saúde, vale a pena salientar alguns aspectos. No Nordeste existe aproximadamente um leito hospitalar para cada 1.100 pessoas, considerando-se também os habitantes das grandes cidades, geralmente mais privilegiados neste aspecto. No Nordeste 78% dos municípios e 80% no Norte não dispõem de assistência hospitalar geral. No Pará, Piauí e Maranhão o percentual dos municípios sem assistência hospitalar atinge respectivamente a 91,4%, 93,1% e 93,3%. Rondônia, Acre, Rio Branco, Amapá e Goiás não têm leitos para tuberculosos em instituições especializadas - e a incidência da tuberculose aumentou em todo o Brasil nos últimos anos. De cada 120 pessoas, 38 possuem anquilostomose (ameijoada), 30 o bocio endêmico, 6 a equistossomose (papo), 1,8 a doença de Chagas (mortal), 1 tracoma. Temos 600 mil boubáticos, a buba e doença da sujeira e da priscuidade, etc. (As doenças citadas tem maior índice de incidência na zona rural, pela carença de condições mínimas de higiene e de educação, bem como pela ausência de meios para o tratamento, isto porque o trabalho agrícola não oferece atualmente um mínimo de condições para uma vida decente).

Habitação - Das habitações dos moradores do campo, 70% não têm um mínimo de condições de habitabilidade. No meio urbano existe maior preocupação pelo problema da habitação, porque esta população se habituou a reivindicar os seus direitos e fazer pressão as autoridades diante de seus problemas maiores. Enquanto os do meio rural são mais conformistas, devido, em grande parte ao baixo nível de cultura e ao pouco espírito de união. Faltam recursos financeiros e é quando se completa a ausência de orientação e assistência técnica.

Família - A unidade das famílias rurais pode ser considerada um fato, entretanto a excessiva autoridade dos pais tira a capacidade de iniciativa dos filhos. A falta de formação doméstica e mesmo a educação em geral é um problema que merece muita preocupação, pois é deficiente nas famílias do meio agrário. Não se está dando o devido valor à preparação para o matrimônio, que aliás inexiste, representando um problema dos mais graves para a estrutura familiar.

Nas grandes cidades a vida familiar é perturbada e até impossibilitada pelo trabalho do pai e até da própria mãe. Morando em geral em subúrbios vai muito cedo para as fábricas, voltando muito tarde, arrazado de fadiga. Os filhos por sua vez não conhecem seus pais. O caso ainda é mais grave quando a própria mãe tem que trabalhar também para manter a família, muitas vezes numerosa. Os filhos ficam na rua, em grupos e bandos, escola de toda a sorte de desonestidade e libertinagem. O problema do menor abandonado sem pai e sem mãe, só no mundo, é dos mais angustiantes. Que poderemos esperar de crianças assim? São estes os nossos futuros assaltantes e criminosos que chegaram a tal ponto pela necessidade de alimentação e de afirmação dentro do próprio grupo. Que podemos esperar de crianças que constantemente dormem ao relento, com fome, nas calçadas sujas, sujos e sem roupa? Seriam eles os únicos culpados de seus crimes?

Alfabetização. - Iremos tratar deste problema mais adiante, entretanto podemos adiantar que o índice de analfabetismo é elevadíssimo, chegando a 76%. As estatísticas deixam claro que no meio rural 6 milhões de adultos são alfabetizados e 12 milhões não sabem ler. Apenas 25% das crianças de 7 a 11 anos são escolarizadas. Isso equivale a dizer que 4 milhões de crianças não vão à escola no meio rural. Várias são as causas dessa situação, porém, o que fica claro é que o trabalho do homem do campo não é suficiente para dar alfabetização a seus filhos.

De tudo o que foi visto podemos concluir que, à exceção de uma insignificante minoria (0,5%) de grande proprietários, que possuem em excesso, e de uma minoria (13%) que possui o suficiente, a imensa maioria do povo que exerce a atividade agrícola, não consegue retirar do seu esforço de trabalho o suficiente para possuir uma condição de vida aceitável, sendo muito pelo contrário, incapaz na maioria das vezes de retirar o mínimo de condições necessárias para uma vida humana do seu trabalho árduo e desumano. Existem ainda aqueles que se vêm obrigados a deixar a terra porque esta se mostra completamente incapaz de sustentar, indo por isso mesmo agravar ainda mais os problemas sociais das grandes cidades. O trabalho do homem do campo torna-se uma alienação, isto é, não serve para a sua manutenção e o escraviza, cada vez mais, indo somente em proveito de terceiros (travessadores, latifundiários, etc.). Também na cidade, como a nossa estrutura é goosta determina que o importante é o lucro, não existe a mínima hesitação em sacrificar o trabalhador, desde que isto signifique maior proveito para o empregador. Desta maneira as próprias condições de trabalho são insatisfatórias (ambientes, ritmo de trabalho, proteção, etc.). As leis, que teoricamente deveriam proteger o trabalhador, são na maioria das vezes burladas, uma vez que isto significa maior lucro para o patrão. Vê-se que, embora o trabalho seja matéria essencial na produção, o capital e que se apresenta, como o beneficiário de toda a produção. O trabalho para a classe pobre não está sendo suficiente para que esta consiga um nível de vida humano.

O TRABALHO NO PLANO DE DEUS - VER IDEAL

O mundo moderno está todo cheio de vivência de trabalho. O trabalho é a característica de nosso tempo. Podemos dizer que estamos numa civilização de trabalho.

Deus descansou somente depois que criou o homem, porque sabia que deixava alguém para terminar a sua obra. O trabalho humano tem uma perspectiva principalmente de criação. O homem é, através do trabalho, chamado a participar ativamente na obra da criação do Pai. Pelo trabalho o homem domina a natureza, e se faz senhor dela. Pelo trabalho o homem é criador.

O homem humaniza a matéria, com o seu trabalho. Ele dá a "forma" à sua obra. Uma obra de arte tem a "alma" do artista. Assim também, o produto do trabalho do homem, é humanizado. O trabalho é instrumento de humanização da matéria. O homem, por assim dizer, espiritualiza o mundo.

O trabalho tornou-se depois do pecado, difícil e penoso, porque era a pena de uma ofensa ao Criador. Mas depois da vinda do Cristo, o trabalho tomou um outro sentido. Tomou um sentido divino. O que era pena, castigo, passou a ser colaboração com Deus na obra da redenção do próprio homem. Assim, através do trabalho o homem é criador, colabora com o próprio Deus no acabamento da Criação, da matéria um sentido humano, espiritualizado e colabora com o próprio Deus no acabamento, não só da Criação, mas do próprio Cristo.

2 - Cultura

Sabemos que a finalidade da cultura é a educação integral do homem, ou seja, que a cultura visa o aperfeiçoamento e por consequência a realização completa do homem. É o próprio Pio XI na encíclica *Divini Illius Magistri*, que nos diz que: "a Educação cristã abrange toda a extensão da vida humana sensível, espiritual intelectual e moral; individual, doméstica e social..."

Ao abordarmos a realidade da cultura no Brasil distinguiremos dois as-

pectos: a formal e a informal

- a formal, dada através dos cursos regulares, desde os estabelecimentos de ensino primário até os estabelecimentos de nível universitário.

- a informal, dada através de todas as outras fontes de cultura, independentes dos cursos regulares; educação familiar, leituras, conferências, teatro, cinema, cultura artística, meios de informação, etc.

A Cultura Formal

a) Alfabetização e curso primário - O que mais se destaca, quando queremos passar em revista a nossa estrutura de ensino, é a enorme porcentagem de analfabetos que existe em nosso país. É fácil compreender que para adquirir uma cultura formal torna-se necessário, como primeiro passo a alfabetização. Entretanto somos um país de analfabetos. Aproximadamente 60% da nossa população não sabem ler e escrever. Entretanto não existem grandes esperanças para uma melhoria neste sentido, pois o problema tende a se agravar, uma vez que o "deficit" para as vagas existentes no curso primário vai fazendo com que, inúmeras crianças não conheçam os bancos escolares, aumentando cada vez mais o número de analfabetos.

A população de 7 a 11 anos é de aproximadamente 8.000.000, até o ano passado havia escolas para 6.000.000, portanto um "deficit" de aproximadamente 2.000.000. Como no curso primário temos alunos até 14 anos, o "deficit" amplia-se para 6.000.000.

O analfabetismo porém não é o único problema que nos aflige no setor da cultura. Sabemos perfeitamente que não basta simplesmente ensinar a ler e a escrever para iniciar o aperfeiçoamento do homem. Uma cultura que simplesmente ensinasse o homem a ler não preencheria as suas funções, poderia ser inclusive pior do que o próprio analfabetismo uma vez que tornaria o homem vulnerável a todas as influências escritas, tanto boas como más. Assim, é preciso dar ao alfabetizado um senso crítico e uma orientação. Teoricamente isto seria conseguido através da continuação do ensino primário. Entretanto isto deixa acontecer por duas razões principais. Em primeiro lugar pelo abandono do curso primário e em segundo lugar pela não adaptação do curso às necessidades reais do país e às de diversas regiões.

Abandono do curso. Em 1957 dos 2.885.252 matriculados na 1ª série primária apenas 10% tiraram o diploma do curso. Isto significa que a grande maioria permaneceu semi-analfabeta. Este abandono é motivado principalmente por fatores de ordem econômica (a maioria precisa ajudar a família no trabalho quotidiano, outros não tem condições mínimas de vida para acompanhar o curso (falta de alimentação, vestuário etc.) além disso, a carência de vagas nas séries mais elevadas.

Não adaptação do curso. O currículo escolar é único para todo o Brasil. Único, quer se trate de uma escola em plena cidade ou no sertão, sem atentar para a variedade de necessidades que existe entre o habitante do campo e o habitante da cidade. Isto gera o desinteresse e a perda de tempo, principalmente do habitante do campo. O curso primário, apesar de ser para a maioria dos que estão cursando a única possibilidade de cultura formal que irão ter, não prepara o aluno para a vida prática que virá a seguir.

b) O curso médio - O curso médio manifesta-se como um privilégio de minorias. A população que normalmente deveria cursá-lo, varia de 12 a 18 anos normalmente. A população de 12 a 18 anos no Brasil é de aproximadamente 10.000.000. Existem escolas para 1.000.000, um deficit portanto de 9.000.000. Dentro do curso médio, o mais numeroso é o curso secundário. Neste curso, de 280.000 que ingressam na 1ª série, menos de 20.000 concluem o curso. A seleção econômica e outros fatores fazem com que exista um verdadeiro "funil". As causas deste funil são quase as mesmas que causam o abandono do curso primário. A necessidade de trabalhar, a impossibilidade de acompanhar o curso por deficiências financeiras (Em 1957, 65% dos estudantes deviam pagar seus estudos). Os alunos provenientes das classes mais pobres, só têm diante de si, 35% das vagas. Vagas estas oferecidas pelos estabelecimentos públicos além de algumas bolsas de estudo em estabelecimentos particulares. As vagas oferecidas pelas escolas públicas são disputadas

em exames rigorosos, onde prevalecem aqueles que tiverem melhores "chances" de se preparar ou ainda, aqueles que por mérito de prestígio dos pais entram através do "pistolão".

Inadequação da escola de ensino médio à realidade brasileira. Verificamos o problema da falta de adaptação da escola à vida normal de cada região. A homogeneidade do currículo (melhorada com o novo projeto de diretrizes e bases recentemente promulgado) faz com que se ensinem as mesmas matérias no Norte e no Sul, na cidade e no campo sem levar em conta as necessidades de cada região. A escola média também não prepara o aluno para a vida prática, uma vez que o ensino é essencialmente acadêmico, importado dos países que possuem um tipo de vida diferente do nosso, como acontece com o povo europeu.

O Curso médio não satisfaz à necessidade atual da Nação. Uma escola que quase se desvincula completamente da realidade de subdesenvolvimento em que esta mos colocados, preocupada apenas com a cultura geral. Além disso, em um país extremamente necessitado de técnicos, vemos que 74% das matrículas do curso médio são do curso secundário, que talvez seja o menos propício à formação de técnicos, uma vez que tem como principal finalidade, preparar o ingresso na vida universitária. Para o curso industrial e o curso agrícola, vão apenas 2,5% dos estudantes de nível médio. Isto acontece porque a falta de recursos do país impede a criação de mais escolas técnicas e além disso, a mentalidade ainda não evoluída de nosso povo encara o curso universitário como supremo bem, sendo a ambição de quase todos, poderem atingi-lo.

c) Curso Universitário - Neste curso o problema da seleção aparece ainda mais grave. De cada 100 crianças que se matriculam na primeira série do curso ginásial, apenas 1 tem a possibilidade de atingir o curso superior. Como o curso secundário é procurado essencialmente para atingir a faculdade e como é o curso mais procurado, fácil é prever o grande número de frustrações. A alienação do curso universitário em relação à realidade brasileira também é um fato. Prepara-se um profissional no mais das vezes inconsciente das suas responsabilidades como é o caso dentro do povo brasileiro. Além disso o curso nem sempre está com as vistas voltadas para as reais necessidades do país. A Faculdade de Medicina de São Paulo, por exemplo, forma ótimos médicos, desde que podem estes contar com os modernos recursos da ciência, entretanto, sabemos que a grande maioria das povoações brasileiras não pode oferecer estas condições técnicas avançadas. E são estas povoações as que mais estão precisando de médicos. Temos necessidade de médicos, engenheiros, técnicos enfim, e no entanto, as faculdades que mais são criadas são as faculdades de direito. (Em cada quatro universitários que se formam, um forma-se em direito). Existem inúmeras aberrações como esta. Assim, o estudo universitário além de ser um privilégio, está muitas vezes alienado da realidade brasileira.

Resumindo: De 1000 crianças que entram na escola primária (deixando de fora as que não têm oportunidade de entrar nela), 100 terminam, destas 100, 7,2 terminam o curso médio e destas uma termina a universidade.

A Cultura Informal

A educação familiar. Esta educação é de uma utilidade espantosa para a formação da personalidade do indivíduo. Entretanto o que podemos notar é que esta educação é tanto mais precária quanto piores forem as condições de vida material da família. (É claro que existem as exceções). Como temos uma imensa maioria da população vivendo em estado de penuria, é fácil deduzir que esta educação familiar não tem atingido os níveis que seriam de desejar.

A educação através da imprensa. Num país de 60% de analfabetos, acrescidos aos semi-analfabetos, é fácil compreender que não é muito produtiva a educação através da imprensa. (Jornais, Livros, etc.). Esta reduz-se a uma minoria que consegue aproveitá-la. Entretanto, embora seja de utilidade é preciso salientar que a imprensa, com a comercialização a que está submetida, fruto mesmo da mentalidade egoista em que vivemos, muitas vezes é um instrumento de deformação ao invés de ser um instrumento de formação.

A cultura através da arte. O aproveitamento da arte, tão necessária à formação da sensibilidade, parte importante da personalidade humana, restrige-se

quase que somente aos grandes centros urbanos. Só estes centros comportam a existência de teatros, exposições de arte, conferências, concertos, etc. A população rural está quase que privada da arte. Além disso a arte supõe já uma certa educação, para poder ser entendida e aproveitada. Com uma população em que a maioria é analfabeta ou semi-analfabeta, não é possível um grande alcance da cultura artística. É bem verdade que existe uma arte popular manifestada nas músicas e crenças do povo, entretanto esta arte não é aprofundada com um sentido de educação.

Outras formas de cultura. É preciso salientar o imenso trabalho que tem sido feito por abnegados que procuram elevar o nível da população no setor da cultura. Os médicos, advogados, engenheiros, professores, etc. possuidores de uma cultura mais elevada procuram contribuir na formação do povo. Dentre estas figuras destaca-se a do sacerdote. A sua figura torna-se mais importante nos pequenos povoados rurais onde exerce invariavelmente o papel de líder, juntamente com o prefeito e outros personagens locais. Como líder, tem a oportunidade de divulgar conhecimentos que podem ser úteis à comunidade, quer no sentido espiritual, quer no sentido material (divulgando métodos de higiene, de plantio, etc.). O sacerdote do interior exerce um papel preponderante na educação das pequenas populações. Talvez mesmo seja o único a conseguir atingi-las.

O cinema, tem sido nos últimos tempos um instrumento de cultura bastante divulgado. Entretanto a comercialização exerce também os seus efeitos danosos. Sendo mais fácil de promoção do que o teatro, o cinema conquistou o público e alcançou maior divulgação.

Resta-nos ainda salientar as experiências realizadas no Nordeste com os movimentos de cultura popular e as escolas radiofônicas. São ainda experiências que parecem estar dando certo, contribuindo assim para a educação de base do povo brasileiro.

Ao analisarmos a cultura brasileira vemos, que ela é influenciada sobremaneira pela nossa situação de subdesenvolvimento, quer seja no aspecto técnico (ausência de fundos para realiza-la) quer seja no aspecto de mentalidade (mentalidade egoísta que leva o estudante a escolher a profissão de acordo com os próprios interesses sem levar em conta as necessidades da comunidade). Por outro lado, a não elevação da cultura e a cultura encarada com uma mentalidade errada será sempre um entrave para o desenvolvimento do país. Estamos então diante de um terrível círculo vicioso. O desenvolvimento sendo causa de uma cultura não autêntica e por sua vez esta cultura não autêntica fazendo com que se impeça o desenvolvimento. Urge portanto, unir os nossos esforços para romper com este círculo vicioso.

3 - religião

Santo Tomaz nos diz que a posse de bens materiais é importante para o exercício da virtude, querendo com isso significar que as condições materiais influenciam também na vida espiritual. Sendo assim, a condição de subdesenvolvimento do nosso país, criando uma estrutura que faz com que grande parte da população não tenha condições de vida suficientes, deverá trazer suas consequências na realidade religiosa.

A primeira constatação que poderemos notar ao verificar a realidade religiosa do Brasil é a existência profundamente enraizada da religião de símbolos e mitos. A extrema divulgação das seitas de baixo espiritismo, com pouca ou nenhuma diferença da religião trazida pelos escravos primitivos, é uma das provas disto. As superstíciones são extremamente disseminadas. Mesmo entre os católicos, estas superstíciones vigoram com bastante frequência. Somos um país de 94% de católicos, entretanto este catolicismo raramente se manifesta por uma vivência autêntica. Na maior parte das vezes o próprio catolicismo também se manifesta em uma espécie de superstição. Vemos por exemplo uma quase adoração dos santos, em detrimento até das causas essenciais da religião. Nota-se com frequência a inversão das escalas de valores, pondo o essencial abaixo do acidental. As novenas, as procissões, etc., tomam as vezes maior importância do que a própria missa.

Uma das causas principais deste estado de coisas é a ignorância em que

o nosso povo está submerso. Ignorância que impede o indivíduo de julgar clara e objetivamente. Ignorância que está firmemente ligada ao nosso problema de subdesenvolvimento.

Outra constatação bastante chocante é a dissociação entre a religião e a vida. A religião é encarada simplesmente como uma série de ritos e nada mais. Não é tomada como vivência. Vemos então aquêles que se dizendo religiosos são capazes de amoldar a sua vida aos princípios básicos desta religião. Cristo pregava a Justiça e a Caridade. Em nosso país a injustiça e o egoísmo são uma constante. Por outro lado isto não é de admirar-se uma vez que as próprias estruturas em que vivemos são repletas de individualismos e injustiças.

Num país de católicos essencialmente, como se explica que a Igreja seja um deserto de jovens, quando 1/3 da população é de jovens? A maioria da juventude não acredita ou não leva para a vida a religião. Prefere acreditar em outros valores. Sem dúvida o subdesenvolvimento não é o único culpado deste estado de coisas, porém é certo também que a inversão dos valores morais, a falta de condições de educação, de conforto, a estrutura individualista do "salve-se quem puder" têm a sua influência.

Cabe salientar a enorme falta de sacerdotes. Temos regiões inteiras sem um sacerdote, e muitas vezes padres com o encargo de muitas cidades, com milhares e milhares de pessoas. Essa falta de sacerdotes é certamente causada em parte pela nossa vivência religiosa inautêntica. Assim temos mais um círculo vicioso. Um país de vivência religiosa inautêntica fornece poucas vocações sacerdotais. Poucas vocações provocam escasso número de padres, que por sua vez não podem atender a enorme população a espera de uma vivência religiosa autêntica. Mas há uma corrente renovadora no clero e nos seminários, o que vem trazer mais vocações e vocações mais autênticas.

4 - política

Política é a arte do bem comum. Cabe a ela zelar para que o povo brasileiro alcance os seus objetivos e consiga a sua realização. Em um país desenvolvido cabe a política administrar os bens existentes. Em um país subdesenvolvido cabe a política um papel ainda maior. Cabe a ela além de administrar, concentrar todos os esforços para romper a barreira da miséria e do subdesenvolvimento. Cabe portanto a política de um país subdesenvolvido um papel ainda mais drástico e mais trabalhoso. Vamos ver se realmente temos um quadro político que atenda às necessidades do nosso país.

Infelizmente esta realidade deixa muito a desejar. O nosso sistema democrático dá ao povo o direito de escolher os seus governantes. Entretanto a nossa situação de país subdesenvolvido não é capaz de dar a este mesmo povo, condições mínimas para que esta escolha seja feita conscientemente. Assim, um povo já porcentagem de analfabetos é enorme, como é o nosso, não poderá de maneira alguma ter a politização suficiente para ver que do seu voto dependerá o futuro da nação. A escolha através do voto torna-se dessa maneira, tremendamente influenciada por critérios que não são os mais autênticos. O dinheiro, a coação, a demagogia, o sentimentalismo, etc., são fatores determinantes na escolha dos governantes. Além da má escolha, temos o problema do número reduzido dos que escolhem. Apenas 15 milhões de eleitores num total de 70 milhões de habitantes, tem o direito de escolher os seus representantes. Geralmente aquêles que têm maiores necessidades são os que não tem o direito ao voto, sendo por isto mesmo de pouco interesse para os políticos, sempre à cata de votos. Entretanto, caso o voto desse povo analfabeto, fosse possível, facilmente seria carregado para oportunistas, a proyeitadores da situação de despolitização destes. Coloca-se aí um problema de difícil solução. Esta, talvez somente seja encontrada na educação de todo o povo brasileiro, coisa que nas condições atuais de subdesenvolvimento é praticamente impossível.

A má escolha dos homens públicos traz inúmeras consequências. Os políticos eleitos, com exceções, não representam as legítimas aspirações do povo, uma vez que subiram ao poder não como representantes das aspirações do povo mas sim por meio da utilização de meios nem sempre autênticos (força do dinheiro, da demagogia, da coação, da tradição, do interesse pessoal ou de grupos etc.). Não repre-

sentando o povo e não sentindo esta responsabilidade, a política quer seja nacional, estadual ou municipal torna-se um instrumento para a conquista e a defesa de privilégios pessoais ou de grupos. Novamente a mentalidade egoísta em que vivemos determina a supremacia do bem individual e particular sobre o bem comum. Esta mentalidade não se reflete apenas nos governantes mas também nos eleitores que escolhem muitas vezes por interesse próprio e contrário ao da comunidade.

Com uma política neste estilo, o que acontece é que o país vai cada vez afundando mais, uma vez que aqueles que deveriam zelar pela evolução do país estão mais preocupados em zelar pela própria evolução. Conhecemos então um tremendo paradoxo. O país sendo subdesenvolvido necessita, como especificamos no início, de uma política alta e desinteressada para conseguir desenvolver-se e no entanto, as próprias condições de subdesenvolvimento quase que impedem a existência dessa política autêntica. É o macabro círculo vicioso do subdesenvolvimento.

Pelo pouco interesse existente na política em resolver os problemas comuns, vemos que não são procuradas as melhores soluções para os problemas que nos afligem. As providências tomadas geralmente só servem de paliativos. Vejamos por exemplo a questão do Nordeste. As suas secas já poderiam ter sido resolvidas entretanto, os milhões e milhões que lá são empregados até hoje ainda não propiciaram esta solução.

b) - Julgar

Das constatações da realidade brasileira nos quatro pontos abordados, trabalho, educação, religião e política, o que observamos é a estreita ligação existente entre eles. O trabalho influencia na realidade educacional, religiosa e política e assim por diante, cada um destes aspectos influenciando os outros. É impressionante notar também como a inautênticidade desta realidade que é em grande parte motivada pelo fato do subdesenvolvimento, é por sua vez causa deste subdesenvolvimento, por impedir a evolução do país. É o círculo vicioso, miséria gerando miséria. Este círculo vicioso somente poderá ser quebrado caso haja uma união de forças suficiente para rompê-lo. Desta união de esforços não pode estar ausente o estudante. Estudante que representa o que há de melhor na geração vincente.

Algumas perguntas para orientar vocês no estudo e crítica da realidade e no lançamento da mensagem para o meio.

- Vamos encontrar em todas as regiões o problema do trabalho, em que a exploração é de pessoa a pessoa. A nossa concepção de trabalho e as relações de trabalho/capital é injusta, anti-cristã? Que dizemos do problema salário mínimo, salário família, participação dos operários na gestão e na propriedade das empresas? E no campo, é a propriedade privada, no caso do latifúndio, uma injustiça? Como pode ser a intervenção estatal? É cristã a estatização dos bens de produção? Quais as diferenças entre livre concorrência e liberdade? O monopólio e o truste são justificáveis pelo uso da liberdade? Quais as relações entre estatização, propriedade privada e propriedade pública?

- Diante do fato de a escola estar intrinsecamente ligada ao desenvolvimento e ao progresso social, como se concebe a pequeníssima oportunidade de escolarização? Diante do fato de ser a cultura uma das condições básicas para uma realização humana, como se conciliam o nosso analfabetismo e o direito de todo homem a cultura? O analfabetismo é uma injustiça?

Quais as relações de política e bem comum?

- O subdesenvolvimento determina uma religião também subdesenvolvida? Quais as causas de nosso misticismo religioso? Tem a religião um papel insustentável na superação do subdesenvolvimento? Quais as relações Igreja e temporal? E as soluções? Quais os princípios básicos de um subdesenvolvimento autêntico? Quais as linhas mestras de uma reforma agrária cristã? Que é uma reforma urbana autêntica? Como se poderia atender as exigências de cultura e escolarização do povo? Quais as necessidades de uma vivência religiosa autêntica e incarnada para informar e orientar um desenvolvimento social em bases cristãs?

c) - Sugestões para o Agir:

Podemos sugerir mais ou menos as mesmas atividades para lançar a mensa gem do subdesenvolvimento no mundo, além das atividades mais gerais dadas no planejamento geral do ano (acampamento). Mas, ainda, sugerimos:

- Conferência e debate sobre a escola no Brasil
- Curso intensivo promovido pelo Centro de Estudos Sociais
- Estudo da situação socio-econômica da região e do estado
- Vista com inquéritos a favelados, etc.

Vede planejamento geral do ano (acampamento)

Todas estas atividades também poderão, com muita vantagem, ser realizadas pelo grêmio através de seus departamentos ou de seu Centro de Estudos Sociais.

II - O CRISTIANISMO E A JUSTIÇA SOCIAL

O cristão não é um alienado e nem a sua presença no mundo é só para denunciar o pecado. Ele é um comprometido com o destino de todos os homens, chamando "a sofrer com os que sofrem" e a implantar a caridade de Cristo na sociedade terrena. Sabe dizer como S. Paulo "sinto-me devedor para com toda a criatura".

Tanto para dar como para receber cada um de nós tem necessidade dos outros. Somos solidários na indigência e nas riquezas por determinação Divina. Nasce o fundamental problema da vida social quando não se permite aos outros a participação nas próprias riquezas. Daí vem a questão social que se vai tornando mais aguda na medida em que os ricos se tornam mais ricos exatamente porque os pobres ficam mais pobres.

Agravam-se as injustiças, fruto da exploração dos fracos pelos fortes e poderosos. Para não sermos contestados, preferimos tomar da encíclica "Mater et Magistra" a descrição do quadro social do mundo presente. "Em alguns países é gritante e ultrajante o contraste entre a extrema miséria das massas e a abundância, o luxo desenfreado de alguns privilegiados. Noutros países, a geração atual é compelida a sofrer privações desumanas, com o fito de ser obtida a eficiência na economia nacional, segundo um ritmo de aceleração desproporcionalado em face das exigências da Justiça e da Humanidade. Em outros, uma parte considerável dos recursos é empregada na valorização da manutenção de um prestígio nacional mal entendido, somas imensas são gastas com armamentos".

Como instaurar uma ordem social humana, aspiração da humanidade sofradora, em que haja segurança, prosperidade e paz?

Todo mundo só sabe dizer: - "na Justiça Social"

O drama da humanidade aí está. Na boca de todos os homens a mesma palavra não quer dizer a mesma coisa. A mesma palavra representa fórmulas contraditórias.

Somos cristãos, membros da Igreja Católica que tem a sua doutrina Social inspirada no Evangelho e "tomando o homem em sua realidade concreta, espírito e matéria, preocupa-se com as suas exigências da vida quotidiana" (Mater et Magistra).

Perguntemos então: na perspectiva do Cristianismo o que se entende por Justiça Social?

Em síntese diremos tudo na seguinte imagem; ela se compõe:

de uma alma
de um corpo
de uma finalidade

A - À Alma da Justiça Social Cristã

A alma da Justiça Social cristã é a fraternidade

Ver

A humanidade do século XX gira em volta de três palavras mágicas criadoras de três movimentos históricos:

Liberdade
Igualdade
Fraternidade

São aspirações essencialmente humanas e cristãs que se desagregaram como as forças do átomo - do seu núcleo: a pessoa humana.

a) - Os propugnadores da liberdade pensam não ofender a Justiça quando dela se servem para garantir a exploração do rico contra o pobre e a opressão do forte contra o fraco porque a liberdade, segundo eles, é direito só dos que podem defendê-la.

Tal princípio filosófico inspira o liberalismo econômico que nega ao poder público o direito de interferir na livre concorrência dos negócios dos indivíduos e dos grupos. Cada indivíduo lutando pelos seus interesses garante o interesse geral.

O estudante que só vê na profissão um meio de vida e não, sobretudo, um serviço à sociedade, dirige-se pelo princípio do liberalismo.

Nesse caldo ideológico nasce o Capitalismo, regime econômico no qual a queles que possuem o Capital (dinheiro, propriedade ...) aumentam-no e valorizam-no com o trabalho alheio.

O capitalismo em si, teórico, que a Igreja não considera intrinsecamente mal, não está em discussão. Trata-se do capitalismo concreto, o capitalismo liberal, existente nas diversas formas históricas, que Pio XI chama de viciado.

O erro básico desse capitalismo condenado é que o trabalho alheio é valorizado apenas como instrumento de produção, deixando de ser reconhecido como a atividade pessoal de valor humano.

Em consequência:

- o trabalho baixa ao valor de mercadoria porque é condicionado à lei da oferta e da procura,

- o salário (que é a remuneração do trabalho) tem o sentido de alienação, isto é, no lugar de dar ao trabalhador os meios pelos quais ele possa progredir na vida, só lhe dá o que precisa para fazer prosperar o dono do capital,

- quem entra com o capital torna-se mais proprietário e quem entra com o trabalho torna-se mais proletário, isto é, o direito de propriedade privada converte-se em privilegio,

- a concentração das riquezas gera o imperialismo econômico, isto é, cria a ditadura do capital, que é o primado do poder do dinheiro sobre o poder do direito.

Há o estudante de mentalidade capitalista. Aquela que visa o estudo para vantagens pessoais. Não se preocupa em saber mas em passar de ano. Prefere o sucesso das "melhores notas" para gozar de prestígio em detrimento do ser útil aos outros. Emprega meios desonestos para obter diplomas porque sua ambição é subir na vida.

Nos últimos tempos vem crescendo com força irresistível o movimento de superação do capitalismo sob a pressão irreversível de duas correntes ideológicas: o marxismo e o cristianismo.

b) - o marxismo e o capitalismo - O marxismo surge, na história, como reação e contradição do liberalismo na sua expressão econômica; o capitalismo. Inspira-se no princípio da igualdade levando em menosprezo o princípio da liberdade.

O indivíduo é absorvido na coletividade e nesta prevalece a vontade de uma classe: o proletariado. Mas quem traduz e representa a vontade de todos é o detentor do poder.

O capitalismo é um materialismo prático. Não nega diretamente o espiritual mas faz o homem viver prescindindo dele. O marxismo, além de prático é também um materialismo teórico porque se empenha em demonstrar que nada existe fora deste mundo.

Uma das suas teses fundamentais é a da alienação que consiste no fato de o homem encontrar-se espoliado de algo que lhe é próprio em proveito de uma realidade ilusória criada por ele e que exatamente o despoja. Para Marx é dupla a alienação. "Da mesma forma que, na religião o homem é governado por produtos do seu próprio cérebro, assim, na produção capitalista, ele é dominado pelo produto de sua própria mão" (citado em De Lubac, "O Humanismo Ateu").

Em consequência:

- Deus é a alienação por excelência porque esvazia o homem não só do que ele possui mas do seu próprio ser.

- a propriedade privada é outro fator de alienação. Ninguém proprietário, todos proletários.

- sem a luta de classes não se faz caminhar o processo histórico.

Existe também a moral marxista. No capitalismo, o fim último é o lucro e todos os meios que levam a ele são tidos como lícitos. No marxismo o fim último é a proletarianização da sociedade. Tudo que leva a ela, pois, é bom. É mau tudo que ajuda a manter o capitalismo.

c) - o cristianismo - Nós cristãos recusamos o dilema capitalismo ou marxismo, porque não somos contra a liberdade nem contra a igualdade mas a favor da fraternidade universal.

Diga-se antes de tudo, que a Igreja não tem uma doutrina social de concorrência com outras, não disputa com o liberalismo e o marxismo a preferência de um esquema técnico para a solução dos problemas econômicos e sociais. Não é esta a sua missão. Ela tem uma doutrina social no sentido de que afirma um conjunto de princípios que transcendem a todas as doutrinas sociais. São deduzidas da própria natureza do homem e da sociedade e conhecidos na revelação de Deus. De si elementos insuficientes mas indispensáveis para as formulações concretas dos problemas.

Somos todos irmãos - eis a verdade nuclear da doutrina social cristã - Consequentemente a "concorrência" no sentido do liberalismo econômico e "a luta de classes" no sentido marxista são formulações inaceitáveis que têm conduzido a humanidade para a desagregação. Na convivência humana, tudo que se faz sem o amor não se faz em favor do homem mas contra ele.

O trabalho, mesmo no sentido cristão, é de algum modo uma alienação porque é uma espécie de engajamento do homem na matéria para espiritualizá-la e não para materializar-se. Mas é preciso que esse engajamento seja uma expressão de amor para que o dar não signifique perder.

S. Paulo diz "os que usam deste mundo vivam como se dele não usassem". Isso é o que se pode chamar a desalienação das criaturas, condição básica para não ser apegado a elas e saber amar a Deus sobre todas as coisas, o que quer dizer: alienar-se em Deus.

Qualquer trabalho, mesmo o não assalariado, pode ser causa de alienação. Porque somos irmãos, a posse dos bens desta terra não pode ter caráter individualista. A propriedade privada tem uma função social.

"Qualquer que seja o progresso técnico e econômico, não haverá no mundo justiça nem paz enquanto os homens não voltarem ao senso de sua dignidade de criaturas e filhos de Deus, primeira e última razão de ser de toda a criação. O homem separado de Deus torna-se inumano consigo mesmo e com os outros porque as relações bem ordenadas entre os homens pressupõem relações bem ordenadas da consciência pessoal com Deus, parte da Verdade, da Justiça e de Amor" (Mater et Magistra).

Julgar

"Não se põe vinho novo em velhos odres". As reformas sociais precisam começar pelo homem. Individualismo e materialismo duas concepções de vida incompatíveis com o verdadeiro progresso social. De nada vale mudar as estruturas da sociedade se os homens não mudam. Não se pode separar a economia da moral e nem o interesse individual pode ser o único motivo da atividade econômica. As exigências da vida humana não são apenas materiais.

Uma concepção do homem em todas as suas dimensões, individual, social, histórica e sobrenatural, é a base do progresso.

A lei positiva é essencialmente conservadora e estática, são as existências da natureza do homem que na medida em que vão se explicitando, provocam as inquietudes e impõem o aperfeiçoamento das leis e suas reformas.

Não é verdade que a luta de classes é condição do progresso humano. Qual a razão desta luta senão um ideal da natureza humana que o anima e justifica os protestos da consciência?

Falam os comunistas no "sentido da História" como um imperativo da marcha do progresso. Mas, a História não tem sentido se for considerada como uma simples sucessão de fatos sociais. A História só tem sentido quando se olha para frente como a realização de um ideal.

Os gritos do povo sofredor "não somos bichos", "não somos máquinas" são expressões espiritualistas que indicam o elemento dinâmico da luta de classes.

É a concepção do homem o explosivo da História. Ela está em progresso. Na causa de toda revolução.

A opinião sempre mais elevada que o trabalhador vai tendo de si mesmo, tem sido a força impulsora do progresso, das leis e das estruturas políticas.

Quando se chegar à concepção do homem como filho de Deus, então sim, temos a transformação da luta de classes mesma, em luta contra as injustiças congregando todos os homens de todas as classes - na Fraternidade.

L E I A

"Itinerário de Marx a Cristo
Ignácio Leppe

Sugestões para o Agir:

Procuraremos influir nos órgãos de penetração do meio estudantil quer no colégio quer fora dele, no sentido de planejarem suas atividades aproveitando a mensagem de nosso programa de JEC.

- Levar o grêmio colegial a promover debates para o meio segundo um plano de palestras (como preparação de Páscoa?), por exemplo:

- a) primado da Justiça Social sobre a Justiça Individual
- b) Capitalismo e Cristianismo
- c) Marxismo e Cristianismo

d) a Fraternidade, alma da Justiça Social
e) o Cristo veio salvar o Homem total

- Exposição de livros sobre assunto social
- Sorteio, concurso de crítica ou debate sobre livros sociais desta parte.

B - O CORPO DA JUSTIÇA SOCIAL É A LEGISLAÇÃO SOCIAL

O progresso social em favor do homem, do homem todo e de todos os homens, exprime-se por uma dupla exigência; o espírito que anima as realizações humanas, para nós, é a fraternidade e o corpo em que este espírito se incarna são as leis.

A lei é a expressão atual e concreta do bem comum. Quando ela não mais atende às necessidades da convivência em sociedade impõe-se uma reforma. Os direitos sociais que são o objeto da Justiça Social na medida em que definem as exigências da promoção humana precisam ser garantidas por leis.

Fala-se com insistência, no Brasil, da urgência de reformas de base. Mas não se trata de um movimento isolado da sociedade brasileira senão de toda uma estrutura social já inadequada às reivindicações da pessoa humana. Querem-se no mundo, reformas de estrutura.

Ver

Relativamente aos problemas econômicos que diretamente afetam a ordem social destaquemos:

- a) - O direito à utilização dos bens materiais
- b) - O direito ao trabalho

a) - A propriedade dos bens materiais

- Na realidade o domínio sobre os bens terrestres constitui, entre os homens, um privilégio. Nos campos e nas cidades há uma reduzida minoria de proprietários, poucos que possuem muito e em consequência uma grande maioria não possuindo o mínimo que lhe garanta o exercício de certos direitos fundamentais, necessários à afirmação da dignidade da pessoa humana. As leis atuais, por sua vez, não abrem possibilidades para a correção dessa injustiça.

- No Brasil fala-se muito, agora, em reforma agrária, reforma urbana e reforma bancária. Os aspectos técnicos desses problemas não estão ao alcance do estudante secundarista. No entanto os nossos militantes não podem desconhecer totalmente o assunto. Exatamente porque "todos falam a respeito", e o estudante crise se, de um lado não pode fazer o jôgo dos comunistas que só visam estimular a luta de classes, de outro lado não pode aceitar tranquilamente as injustiças da situação dominante.

b) - O direito ao trabalho

Defrontam-se no mundo de hoje duas concepções a respeito do Trabalho que ofendem igualmente a dignidade de pessoa humana. No mundo capitalista o trabalho é uma simples mercadoria e no mundo comunista é uma força produtiva a serviço do Estado. Em ambos os casos o trabalhador é um escravo.

- O homem vive do trabalho e aquilo que é a sua remuneração chama-se salário.

- No Brasil ocorre um grave problema: o reajustamento periódico do sa-

lário mínimo que se apresenta como efeito do aumento do custo de vida, tem sido também a sua causa.

No sistema capitalista, sendo o trabalho subordinado à lei da oferta e procura e valorizado apenas pela sua capacidade de produção e não pelas suas necessidades humanas, o salário justo é pura utopia, isto é, nas atuais circunstâncias, impraticável.

Salário Justo é pura utopia, Salário Mínimo não é solução, então por onde sair?

- É permitido concluir-se: o direito de propriedade e o direito ao trabalho não estão suficientemente protegidos pelas leis sociais. A presente ordem social é injusta.

Julgá

A lei é justa quando protege o direito de todos.

- Um regime econômico que não permite a todos que trabalham poder formar o seu patrimônio pessoal será justo? Não será um regime de privilégios?

Deus quer que os bens da terra atendam às necessidades vitais de todos os homens e assim não pode ser de acordo com a vontade de Deus uma ordem social na qual uma parte só da sociedade goze das riquezas e a outra passe pela humilhação de não ter o suficiente para uma vida honesta.

Não podemos reconhecer sinceridade de propósitos naqueles que defendem a propriedade privada sem exigir que seja estendida a todos.

Não basta querer incrementar a produção para elevar o nível econômico do país, mas se faz mistério distribuir melhor, isto é, mais equitativamente. Cabe ao Estado planejar esta melhor repartição dos bens produzidos para que haja uma participação de todos que trabalham na produção das riquezas.

A destinação providencial dos bens à universalidade dos homens não pode ser prejudicada pela apropriação pessoal, mesmo porque a utilização pessoal dos bens não pode perder de vista a sua utilização comum, isto é, a dimensão social da propriedade. O movimento de reforma que visa alterar o Estatuto da propriedade privada, em si é cristão, enquanto pretende limitar o direito de propriedade obrigando-o a cumprir sua função social. Os meios de fazê-lo e que podem desviar-se da doutrina social cristã quando se pensa, por exemplo, em nacionalizar todos os bens de produção.

Na verdade, a tendência atual é a da superação do regime de propriedade nos moldes capitalistas e os documentos sociais da Igreja desde Leão XIII até João XXIII, interpretando o Evangelho, insistem sobremaneira na propriedade comunitária dos bens de produção como no caso de fazer os trabalhadores serem também proprietários da empresa em que trabalham.

No que concerne ao direito ao trabalho é preciso que se diga que o trabalho humano não é instrumento de produção mas, como expressão, tão respeitável quanto as demais, da pessoa humana. Possui intrínseca a sua natureza uma tríplice característica.

O trabalho é atividade pessoal

Meio de ganhar a vida tem uma finalidade que não pode subordinar-se a nenhuma outra: a própria realização humana do trabalhador como indivíduo, como chefe de família e como membro da sociedade. Reduzi-lo à condição de mercadoria é ofender-lhe a dignidade como o é, de acordo com o marxismo, colocar-lhe a dignidade não na pessoa do trabalhador mas na obra realizada. Não é verdade dizer-se que o homem tem dignidade porque trabalha mas é o homem que cumpre uma dignidade do trabalho. Precisamente em razão de ser o trabalho inseparável da pessoa

não pode ser considerado únicamente sob o aspecto quantitativo, e da utilidade. As condições de trabalho têm de respeitar seu caráter pessoal, isto é, têm de tomar em consideração não só as forças físicas do trabalhador mas também os limites do homem, idade, sexo, higiene, riscos, necessidades de descanso, etc.

- O trabalho é necessário

Mandamento do Criador: "Comerás o pão com o teu labor". É um direito, pois, do homem poder obter do trabalho o que lhe é necessário para uma vida humana. Por isso, é que se luta pelo salário justo. Salário Justo, de acordo com o pensamento da "Mater et Magistra", é aquél que:

- permite ao trabalhador enfrentar com dignidade suas responsabilidades familiares;

- leva em conta a sua contribuição efetiva na produção;

- leva em conta a situação econômica das empresas e as exigências do bem comum.

O salário não é justo pelo fato de ter havido acordo entre patrão e trabalhador mas se harmoniza com a lei natural inviolável de que pelo trabalho deve ser possível ao homem atender as suas necessidades vitais.

- O trabalho é uma atividade social

É o meio oferecido por Deus aos homens para que possam cooperar com o Criador no acabamento do mundo e com os seus semelhantes no progresso da sociedade. É um fator de solidariedade aproximando-os e unindo-os uns aos outros numa tarefa comum.

Nada compreendendo do alto significado do trabalho humano, o capitalismo e o marxismo transformarão, contra os planos da Providência no instrumento de humilhação. "A matéria inerte sai enobrecida das fábricas, enquanto os homens aí se corrompem e se degradam" Pio XI. Todo o esforço, pois, da Igreja, é o de "restituir ao homem o seu lugar no mundo" Pio XII.

Temos que louvar então, os movimentos sociais que objetivem arrancar o trabalhador de uma subordinação aos outros (seja este o capitalista ou a sociedade) para colocá-lo numa verdadeira ordenação.

Nada mais justo que as reinvindicações do trabalhador no sentido de não querer mais trabalhar para o outro e sim com o outro. Todas essas tendências, política, econômica e social dos nossos tempos, representam na História um passo à frente no relativo à promoção do homem que nos cristãos temos o dever de apoiar na medida em que elas significam a penetração do Evangelho na vida, concreta para a construção de um mundo melhor.

- Diretamente aos estudantes podemos oferecer para séria reflexão esta observação da "Mater et Magistra". "Hoje é maior a aspiração por conquistar uma capacidade profissional do que a de possuir bens, confia-se em recursos que se originam no trabalho ou em direitos dele decorrentes, mais do que em rendimentos provindos do capital, ou de direitos nele baseados".

O estudante é aquél que está formando sua capacidade profissional que é um bem inalienável. Sera um meio de vida, mas sobretudo um serviço da comunidade. Vale mais do que possuir bens materiais que em geral, são utilizados egoisticamente.

A capacidade profissional desenvolve-se e aperfeiçoa-se no trabalho. O que se ganha pelo trabalho precisa ter maior proteção da lei. Sera justo cobrar imposto sobre salário?

Questão a ser esclarecida. Como o estudante encara a profissão? Estudar e não exercer a profissão será um bem para a sociedade? Estudar só para posuir título e não para exercer a profissão não é tomar o lugar de outros? Será justo?

L E I A

Jean Vieujean

TEU OUTRO EU

Coleção Juventude - Agir

Abbe Pierre

O DRAMA DA HABITAÇÃO POPULAR

AGIR

Sugestões para o Agir

Organizar, por meio do grêmio colegial, uns dias de debates ou palestras sobre este tema:

"Preparar-se para uma profissão é a melhor contribuição para o desenvolvimento"

ou

"Estudo e Realidade Brasileira".

Assuntos para debates:

- No Brasil quem estuda deve exercer a profissão
- A capacidade profissional é a melhor garantia econômica da família.
- A profissão não é apenas meio de vida. É serviço da comunidade.

N.B.: VEJA JULGAR DA REALIDADE BRASILEIRA, COMO PERGUNTAS PARA DEBATES.

C - O FIM DA JUSTIÇA SOCIAL CRISTÃ

O homem foi criado para viver em sociedade. A grande novidade dos filósofos do século XIX "o homem nasce bom, é a sociedade que o deforma" caiu totalmente em descrédito. É na sociedade que ele alcança a sua realização e aquilo que o permite desenvolver-se chama-se Bem Comum. As exigências do Bem Comum são as mesmas da Justiça Social. O que se fizer em prejuízo do Bem Comum ofende a Justiça Social e esta existe sob a única razão de protegê-lo do egoísmo e individualismo.

A educação tem como missão precípua: acordar no estudante o sentido do Bem-Comum, suprema norma de nossos atos na vida social.

Ver

a) - Na luta de interesses o Bem-Comum é preterido quando:

- se sonega o imposto
- se aumenta o preço da mercadoria para se obter um lucro com o qual se sustenta o luxo
- se dá salário insuficiente ao trabalhador

- os cargos públicos são procurados para favorecer indivíduos ou grupos.

b) - Na política, em que o Bem-Comum é a sua única razão de ser, constuem atos negativos de omissão ou de abuso do Poder:

- a falta de leis que corrijam as injustiças sociais
- as leis que criam privilégios
- a busca de vantagens pessoais

c) - Na vida estudantil, como em qualquer outro meio, por influência de uma certa mentalidade burguesa, há todo um desinteresse do Bem-Comum:

- "Estuda-se" pensando mais em obter um diploma que em ser competente
- Não se tem consciência de que o estudo é um dever para com a sociedade
- Nas escolas públicas, onde o ensino é gratuito não se fala na responsabilidade do estudo (que o povo está pagando)
- Faz-se do estudo um compartimento estanque do resto da vida,

Julgá

O Bem Comum não é propriamente o interesse geral porque não é apenas um valor material. Não é a soma dos bens particulares porque é algo que é de todos na mesma medida e a ser procurado por todos em conjunto. Define-o S.S.João XXIII como: "o conjunto de condições sociais que permitem e favorecem nos homens o desenvolvimento integral de sua personalidade". (Mater et Magistra).

Todo bem particular deve a ele subordinar-se e harmonizar-se com as suas exigências.

Quando se prejudica o Bem-Comum, afeta-se o bem de cada indivíduo. É a lei que ele se exprime e se propõe porque a lei não pode visar outra coisa.

Os elementos que compõem o Bem-Comum podem ser reduzidos a dois. O primeiro é estático: Tudo quanto é necessário à Ordem Social. O segundo é dinâmico: o progresso. Cabe ao Poder Público fazer do progresso um bem em favor de todos, daí a necessidade da intervenção do Estado para aplicar em benefício de todos os membros da comunidade os recursos oriundos das novas técnicas.

No meio estudantil é preciso haver maior sensibilidade para o Bem-Comum.

Em primeiro lugar tomando-se consciência de que a Escola é uma Comunidade onde o estudante não tem o direito nem de alheiar-se do estudo nem de alheiar-se no estudo.

Em segundo lugar transformando-se a Escola no grande meio de preparação para as responsabilidades futuras. Os problemas da sociedade precisam estar presentes, no ensino.

Sugestões para o Agir:

- Promover série de palestras e debates sobre:

O Estudante e o Bem-Comum

- a) O Bem-Comum e a Justiça Social
- b) A Escola e o Bem Comum

- c) O estudante brasileiro e os problemas brasileiros
- d) Educação para o bem comum.

IMPOR TANTE:

No plano do Programa, esta segunda parte de Justiça Social Cristã é de importância capital. Como vêem, servirá, e facilmente se adaptará, para um seminário de estudos para dar ao estudante uma visão global e básica da Doutrina Social. Quanto a ordem de lançamento, deixamos para ser vista no planejamento geral do ano, no acampamento.

III - O ESTUDANTE CRISTÃO E O DESENVOLVIMENTO

Neste mundo subdesenvolvido, com ânsias de humanização e com sede de cristianização, nesta humanidade sem homens, desumanizada, mas com fome e sede de Justiça, o estudante não fica fora dela, como um ser à parte, uma ilha.

Neste Brasil subdesenvolvido, com angústias de desenvolvimento integral, em que o trabalho desumaniza o homem, mas com fome e sede de Justiça, o estudante não é um deslocado, um parasita.

Ele não pertence a um Mundo ou a um Brasil futuros, mas desde já é ele é uma peça insubstituível, uma parcela do esforço de toda a humanidade para o desenvolvimento, uma parte da angústia do homem de se tornar Homem. E mais ainda porque ele é um privilegiado. Não é só o operário de uma fábrica que tem o seu trabalho. Mas, todos os homens, no esforço único e total de toda a humanidade, constroem o mundo. O estudante tem o seu trabalho próprio, insubstituível.

Que é trabalho estudantil?

No mundo em desenvolvimento, como o estudante é um homem também em desenvolvimento, a sua função é principalmente de preparação. Mas atualmente a realidade de nossa escola prepara o estudante para uma posição na sociedade, uma situação financeira que lhe permita, o seu privilégio, e nunca para um serviço na construção do Bem Comum. Ou ainda faz do estudante um ser futuríssimo, em outras palavras: um alienado.

A atividade estudantil comporta dois aspectos aparentemente extremos: o engajamento social e o estudo. Encontramos assim, estudantes inteiramente voltados para atividades exclusivas de preparação de lições e outros completamente voltados para as preocupações sociais, reivindicações operárias, política nacional, política estudantil, etc. Seriam então atividades realmente opostas, extremas, de tal maneira que uma exclua necessariamente a outra? A solução é evidente é o equilíbrio racional e lógico.

Esta solução lógica exige do estudante três aspectos no seu desenvolvimento:

a - Primeiramente de mudar a sua idéia de estudo. O estudo não é um esforço de adquirir informações, muito menos de adquirir informações desligadas da realidade concreta.

O estudante deve ver a Escola localizada dentro da realidade e ver-se localizado dentro desta escola. O estudo assim é esforço na procura de conhecimentos e técnicas, voltados para a realidade, vinculados com o concreto, dentro da perspectiva de desenvolvimento integral.

b - Em segundo lugar, o estudante deve trazer o seu engajamento social

concretamente para a Escola, para o colégio, de tal maneira que ele não procure soluções utópicas e fora de seu alcance. Deve ver as suas limitações, mas também ver-se responsável, indispensável e insubstituível.

c - Em último lugar, o estudante deve, desde já, preparar-se, não para uma posição social, mas para um serviço à comunidade humana, a comunidade dos Filhos de Deus. Esta preparação deve começar desde agora, com o serviço atual, com a dedicação e o trabalho presentes, à sua comunidade colegial. É servindo que se prepara para servir. Para amar não existe curso. É amando que se aprende a amar a humanidade, o Homem.

Somente assim, com estes três aspectos de seu trabalho, é que o estudante se prepara para um serviço, formando, não para si, mas para os outros, uma personalidade integral, humana, cristã.

Não pode haver desenvolvimento sem escola. Não pode haver escola sem estudantes. Não pode haver desenvolvimento sem o estudante.

O cristão não existe para denunciar o pecado, repetimos. O cristão é um outro Cristo, Não um Cristo problema, mas um Cristo solução. Solução integral.

A nossa luta, o nosso esforço, o nosso trabalho, a nossa vida, é para que, todos tenham os mesmos direitos de ser Homens, para que todos tenham os mesmos direitos de ser Cristãos, filhos do mesmo Pai.

L E I A

CONSTRUIR O HOMEM E O MUNDO

(Michel Quoist)

Livraria Duas Cidades Editora

Sugestões para o Agir

Esta última parte, como conclusão, deve ser lançada dispersa em todas as atividades, pelo menos, para dar uma certa orientação. Pode, também, ser assunto de palestras e servir muito ainda como tema de campanha de Páscoa, de exposições, etc.

Sugestões para Leitura

Indicamos para uma boa leitura sobre o assunto:

A Doutrina Social da Igreja - Mons. Guerry

Princípios para a Ação - Pe. Lebret

Livraria Duas Cidades Editora

5/2/1966

DISCURSO DE SU SANTIDAD PABLO VI AL COMITE EUROPEO
DE LA JEC INTERNACIONAL

EL SABADO 5 DE FEBREO DE 1966

Con ocasión del Comite europeo de la JEC INTERNACIONAL que se ha celebrado en Roma del 3 al 8 de febrero, Nuestro Santo Padre el Papa ha recibido el sábado 5 de febrero en audiencia privada en el salón del trono a los dirigentes y consiliarios nacionales de los movimientos europeos de la JEC, así como al Secretario europeo de la JECI -Maurice WALSH-, al P. Lasagabaster, consiliario europeo y a la Srta. Marie Granier, miembro del Secretariado Internacional de la JECI.

Con este motivo, el Papa Pablo VI ha dirigido a los miembros del comité el siguiente discurso de bienvenida y exhortación :

Queridos hijos,

Somos muy dichosos al recibiros y poder hablar un instante con vosotros que sois los responsables y consiliarios nacionales de la juventud estudiante católica, masculina y femenina, de segunda enseñanza y universitarios, de todos los países de Europa miembros de la JEC.

En estos días posteriores al Concilio, vuestra tarea es más necesaria que nunca. A vosotros es a quien verdaderamente pertenece hacer penetrar el espíritu en los jóvenes estudiantes cristianos, y a través de ellos en todo el medio estudiantil. Acordaros del mensaje dirigido por el Concilio el 8 de diciembre último a los hombres intelectuales y de ciencia : "Dichosos aquellos que poseyendo la verdad la buscan aún, a din de renovarla, de profundizarla, de darla a los demás". Si, que esta luz de la fe que os ha sido dada ilumine toda vuestra vida y resplandezca alrededor de vosotros.

En un mundo en que se enfrentan tantas doctrinas donde más de uno podría estar tentado a caer en el escepticismo, corresponde a los estudiantes conscientes de su responsabilidad de creyentes presentar a sus hermanos el mensaje siempre actual del Cristo eterno como respuesta a la pregunta esencial: ¿Qué es la vida? ¿Qué sentido tiene su existencia y su destino? Frente a los filósofos y a las religiones que también se dividen la adhesión de los hombres, os toca, en este diálogo exigente que Nosotros apremiábamos en la Encíclica "Ecclesiam suam", comprender las mejores de estas aspiraciones para conducirles hasta la interrogación que lleva a Cristo : ¿Quién es pues este hombre? ¿Quién es pues este hombre que pide y suscita esta fe, esta esperanza y este amor?

No es preciso decir la necesidad que tenéis de un sólido conocimiento del Evangelio, capaz de suscitar este nuevo nacimiento del que habla Jesús a Nicodemo, de alimentar una vida

interior profunda y sostener un celo apasionado por la salvación de las almas rescatadas por la sangre de Cristo. Si, es tarea de la JEC forjar cristianos auténticos cuya fe, fortalecida a través de las crisis de crecimiento de la adolescencia y de las dudas de la juventud, alimente convicciones firmes y reflexionadas capaces de mantener una vida absolutamente apostólica.

De este modo sereis, en un mundo exaltado por los éxitos científicos y obsesionado por la preocupación inmediata y mesurable, serbradores de inquietud espiritual, despertadores de almas. Y porque a nivel de los conocimientos profanos y de las realizaciones objetivas, no sereis inferiores a vuestros iguales, sino mas bien al contrario, podreis hacer comprender con vuestro propio ejemplo que el Dios de la fe no amenaza de ningún modo a la inteligencia del hombre, sino que al revés, da toda su dimensión en el amor.

Bien es cierto que este esfuerzo no será solitario ni puede serlo. Losotros lo habeis comprendido bien al entrar en estos equipos vivientes que constituyen la JEC y que son células pequeñas en el seno del pueblo estudiante. Sólo tales medios donde la fe se alimenta en la Palabra de Dios y con la Gracia sacramental cuyo ministro es el sacerdote, pueden sostener el apostolado de los militantes y ayudar a despertar a los creyentes adormecidos, a llamar la atención de los no creyentes y a irradiar el mensaje salvador de Cristo cerca de los que están prestos a coger con avidez las riquezas desde que ellas les han sido descubiertas y puestas a su alcance.

Pues los jóvenes -vosotros que lo sois lo sabeis bien- están cargados con todos los problemas de una generación ascendente que pone en tela de juicio el mundo de hoy y habita ya en espíritu en el de mañana. Pero este mundo que ellos querrian crear a la medida de sus sueños generosos, más humano, más justo y fraternal, tiene necesidad para llegar a serlo de descubrir de nuevo el Evangelio: ¡ A vosotros os corresponde darles los medios ! Demostrar con vuestro ejemplo vivo como los altos valores del humanismo, el gusto de la libertad creadora, el respeto de la dignidad de la persona, el sentido de un destino comunitario, están asumidos en una existencia cristiana y que aquí se desarrollan plenamente. He aquí un programa muy digno de suscitar vuestro entusiasmo.

No es tarea fácil, ciertamente. Es una síntesis permanente que hay que elaborar, un humanismo cristiano que hay que ir adaptando día a día para encarnar el Evangelio eterno en el seno mismo de las exigencias que existen en el corazón de vuestra generación y que vosotros percibis con la sensibilidad viva de vuestra edad, y algunas veces su intransigencia. Os corresponde a vosotros hacer entrar generosamente a vuestra generación en la historia de la salvación, vivir en vuestro tiempo el misterio de la Iglesia, suscitar, permaneciendo fieles a su tradición milenaria nuevos creyentes pues la fe no os propone sólo una visión n nueva del hombre bajo la mirada de Dios sino que ella os da también un poder interior de renovación y de acción misionera.

Y permitidme al terminar que os repita la conclusión del mensaje del Concilio a los jóvenes: "En nombre de Dios y de su Hijo Jesús os exhortamos a abrir vuestros corazones al mundo entero, a oír la llamada de vuestros hermanos y a poner ardientemente a su servicio vuestras jóvenes energías.... La Iglesia os mira con confianza y con amor.... Miradla y encontrareis en ella el rostro de Cristo, el verdadero héroe humilde y sabio, el profeta de la verdad y del amor, el compañero y el amigo de los jóvenes. En nombre de Cristo os saludamos, os exhortamos y os bendecimos".

Después del discurso y de la bendición apostólica, los dirigentes y consiliarios fueron presentados individualmente al Santo Padre que conversó algunos instantes con ellos.

JECI - Pax Romana { MIEC
MIIC

Avec l'espoir de vous faire mieux connaître Pax Romana et d'éclairer les relations souvent obscures de la J.E.C. et de la F.P.E.C., nous vous présentons quelques brefs extraits de la conférence donnée cet été au Congrès Mondial de la Jeunesse Etudiante Catholique Internationale par Peter VYGANTAS, Président du Mouvement International des Etudiants Catholiques.

Présentation de PAX ROMANA :

"Pax Romana est un mouvement composé de deux branches autonomes bien qu'unies : Mouvement International des Etudiants Catholiques et Mouvement International des Intellectuels Catholiques ... Le but du MIEC est de christianiser l'Université par une action apostolique ... La meilleure définition de Pax Romana est celle-ci : c'est une IDEE et un SERVICE. L'IDEE renvoie à la conception idéologique de notre mouvement ... à la base duquel est l'unité locale ... En parlant de SERVICE nous avons dans l'esprit Pax Romana en tant qu'organisation internationale ... stimulant les fédérations membres dans l'établissement des programmes internationaux et les représentant sur le plan international ... Il faudrait faire aussi ressortir que Pax Romana est une fédération de mouvements et non d'individus. Notre développement peut être décrit en 3 phases : a) origine concrète en 1921 - des petites fédérations européennes s'unissent en une de coordonner leurs efforts. b) la phase de langue française. c) la période de la guerre. Pax Romana établit et sert les groupes d'action catholique en Amérique Latine. d) L'expansion en Afrique, Asie et Australie; le développement atteint son point culminant avec l'Assemblée Interfédérale de Manille (1959). e) Maintenant le Mouvement International des Etudiants Catholiques est entré dans la phase de la formation et de l'engagement ... 1) Formation chrétienne professionnelle. 2) Formation méthodologique. 3) Préoccupation apostolique pour traduire les problèmes de l'Eglise au monde étudiant. 4) Relations internationale. 5) Travail régional : Séminaire de Léopoldville (thème : "l'étudiant africain et son peuple"), d'Amérique Latine, de Bangkok. D'une façon générale on peut dire que le M.I.E.C. doit servir nos organisations membres de façon telle que les différences de méthodes soient suffisamment encouragées c'est-à-dire correctement aidées.

JECI et MIEC. Points communs et différences :

"Même type d'activité : votre suggestion que les étudiants se rendent dans les pays sous-développés pour y étudier, aidant ainsi les activités des étudiants catholiques du pays, était cette même pensée qui fut discutée par notre commission européenne ... Mêmes préoccupations idéologiques ... Même service de l'Eglise : a) fournir à nos fédérations des publications stimulant leurs directions de pensée b) même importance attachée à la Hiérarchie. Les différences : hétérogénéité/homogénéité. Le MIEC comprend des fédérations dont les méthodes sont tout à fait différentes : Confréries, Congrégrations Mariales,

Cercles d'Etudiants, Action Catholique spécialisée, Clubs Newman ... Ainsi le MIEC doit servir différentes méthodes, différentes approches ... De là l'absence d'une unité intrinsèque à notre mouvement ... sans homogénéité d'action ni étroits rapports spirituels entre individus ... Il ne fait aucun doute dans mon esprit que la JECL est un mouvement homogène ... Vous êtes une famille d'individus de même esprit : dévouement, ardeur et sentiment de votre similitude. Mais les aspirations d'un mouvement homogène demandent que l'accent soit mis sur des facteurs spécifiques et caractéristiques, ce qui laisse dans l'ombre d'autres buts et d'autres approches... Pax Romana a un champ d'action plus étendu par rapport à la JECL qui délimite mieux son domaine ... La JECL insiste sur l'unité des gens appartenant à une école, y compris l'Université, tandis que PAX Romana est liée à l'Université et aux intellectuels ... La JECL est centralisée ... Le MIEC est décentralisé, les fédérations sont autonomes.

Relations entre les deux mouvements

"Nos rapports à l'origine ont été cordiaux puis froids et réservés ... Le fait même de ma présence ici indique que nous sommes dans une nouvelle phase ... Les échanges d'information ont présentés des difficultés considérables ... La JECL a longtemps considéré Pax Romana comme un organisme inutile ... d'un autre côté elle était incertaine de sa propre identité d'organisation... Cependant peut-être les relations entre les deux mouvements sont-elles à leur mieux relatif en ce moment !

Réflexions sur ces divergences :

"Pouvez-vous me proposer quelques postulats de base : 1) le besoin d'action apostolique, nécessaire et très demandée ... Nos deux mouvements sont apostoliques dans leurs intentions et leurs actions ... 2) Le besoin plus particulier d'apostolat universitaire ..., de l'Université en tant qu'institution et de l'individu en tant que professeur et étudiant. 3) Nous savons qu'une organisation est un moyen en vue d'une fin ... or les catholiques laïques sont dans une certaine mesure devenues victimes de la tendance à faire d'une organisation un but en soi ... j'ai le sentiment très net que nos difficultés pourraient aussi être attribuées à cette tendance à un mauvais usage de l'organisation ... Si nous sommes d'accord sur ces 3 postulats, nous pouvons passer alors à quelques questions de base : Avons-nous MIEC et JECL le droit d'exister ? Nous reconnaissions-nous mutuellement le droit d'exister ? ... Formellement de telles questions ont toujours leur contexte propre de relations mais sur le plan de l'existence il n'y a pas véritablement problème ... Quelles fonctions devrions-nous tous deux remplir ? Avant tout la fonction apostolique et la fonction représentative ... Est-ce qu'un seul Mouvement Catholique d'étudiant serait plus approprié que deux ? ... Ma réponse est oui parce que a) l'unité de la communauté étudiante catholique devrait être une réalité et un mouvement uniifié pourrait rendre des services plus grands.b) L'importance croissante accordée aux questions d'organisation pourrait être largement réduite ... Un mouvement étudiant Catholique uniifié peut-il être réalisé maintenant ? ... pas encore... des problèmes humains, des problèmes de croissance, et de maturation s'y opposent ... Mais nous devons tous le reconnaître, il existe des signes très encourageants en vue d'une unité des étudiants d'université (en tant que communauté plus qu'en tant qu'unité organisée)?

Action commune

Voyons maintenant quelques solutions vers lesquelles nous diriger vers notre action. Je crois qu'il y a trois possibilités : 1) nos deux mouvements se

fondent dès que possible. Ainsi l'unité étudiante, dans le milieu universitaire s'accomplira immédiatement et nous aurons un mouvement unifié en considération de la communauté et de l'organisation. Il y a quelques avantages évidents à cela : la JECI aurait une grande possibilité d'expansion immédiate et le MIEC se trouverait enrichi par l'Esprit apostolique de la JECI ... Cela peut être réalisé par une évolution qui amènerait une autonomie suffisante de votre mouvement qui reconnaîtrait Pax Romana comme mouvement étudiant apostolique et catholique qui a un sens. Mais je dois bien préciser que je parle en ce moment d'une fusion et pas nécessairement d'une absorption de la JECI par le MIEC. Sachez tous que j'adresse par là une invitation ferme à votre mouvement pour une telle fusion avec toutes les garanties que je peux vous donner, que nous, Mouvement International des Etudiants Catholiques, feront de notre mieux pour trouver une façon acceptable de faire de cela une réalité.

2) deuxième solution serait une attaque de Pax Romana. J'ai su que Pax Romana donnait une telle impression il y a quelques années que sa disparition pouvait être attendue dans l'immédiat. Si tel était le cas, laissez-moi vous assurer que ce n'est plus vrai maintenant. Je suis personnellement arrivé à la conclusion que vous n'offrez pas de meilleures solutions, si vous en offrez, à tous les problèmes auxquels Pax Romana doit faire face. Vous avez choisi une voie et un terrain d'action plus définis que les nôtres. En conséquence, notre mouvement ne peut pas, ne doit pas mourir, et ne mourra certainement pas ...

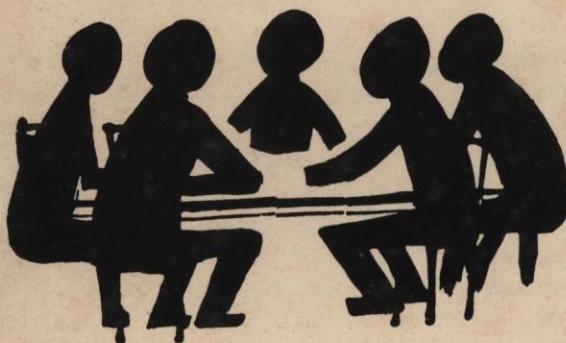
3) il y a, il me semble, une possibilité plus nuancée et donc plus réaliste, dans notre marche vers une unité étudiante catholique. C'est un processus d'ascension lente mais certaine. Cela nous conduirait à l'unité des étudiants catholiques avec la juste diversité nécessitée et désirée par les diverses méthodes et les diverses approches ... Permettez-moi en terminant de bien faire remarquer que nous ne désirons pas que la JECI perde de son identité fondée sur sa spiritualité et sa méthode, mais nous voulons : a) que vous réalisiez la valeur de la recherche d'un mouvement étudiant catholique unifié. b) que vous vous joignez à nous dans cette recherche ... Nos aspirations personnelles et nos préoccupations suggestives ont peu d'importance comparées aux préoccupations et aux buts de l'Eglise. En considération de cela, que nos pensées et nos actions sur la question des rapports de la JECI et du MIEC soient guidés en conséquence. "

(traduit de l'Anglais)

CADERNO

10

EN
GA
JA
MEN
TO



NAS BASES

JEC

AGOSTO · 61

Introdução

O III Conselho Nacional de JEC, realizado em Belo Horizonte, foi um dos grandes passos que o movimento deu no sentido de aumentar a sua influencia e a sua autenticidade.

Uma das principais conclusões a que chegamos, foi a da necessidade que o movimento tem, de identificar-se o mais possível com o meio estudantil e com todas as suas manifestações, se quiser atingir a sua finalidade cristianizadora. A missão da JEC é transformar profundamente o meio e é impossível fazer -se uma modificação profunda sem se estar inteiramente dentro daquilo que se procura modificar.

Dentro do meio estudantil podemos distinguir duas espécies de atividades; as atividades mais diretamente ligadas à vida do colégio (grêmio, clubes escolares, relações entre colegas, professores, competições, estudo, atividades enfim, que fazem parte do dia a dia de todo estudante) e às quais damos o nome de atividades de base, uma vez que são atividades que referem-se diretamente à base do meio estudantil que é o estudante; e as atividades que exercem uma função mais coordenadora do que propriamente de ação direta no meio, as atividades de cúpula. Estas últimas, por terem uma função mais geral, só podem ter eficácia se as atividades de base forem autênticas, isto é, cumpram o seu papel na formação do estudante. As atividades de base, por estarem muito mais ligadas ao estudante, têm muito mais possibilidades de modificar a mentalidade estudantil. Podem, portanto, exercer uma ação bem mais profunda.

Vimos acima que a nossa preocupação deverá ser a de identificarmo-nos o mais possível com o meio estudantil. Assim, devemos nos preocupar tanto com as atividades de cúpula como com as de base. Entretanto, como as primeiras só poderão ser autênticas se as segundas o forem, salta aos olhos que é preciso atingir imediatamente as bases para depois conseguirmos uma cúpula que atinja as suas finalidades. Concluímos então que devemos intensificar a nossa presença dentro das atividades de base, isto é, devemos nos preocupar com o engajamento nas bases.

Entretanto, o engajamento nas bases não é um fim, ou se-

ja, não nos engajaremos somente pelo simples desejo de ficarmos dentro do meio. O nosso fim é um engajamento ativo, isto é, um engajamento que modifique o meio. É sabido que somente podemos modificar o meio se conseguirmos fazer com que todos os estudantes tomem consciência dos seus problemas, das suas responsabilidades e que tomado consciência procure resolver estes problemas e hajam de acordo com as suas responsabilidades. A esta tomada de consciência ativa e consequente, damos o nome de politização do meio. Vemos então que a nossa função é politicizar o meio estudantil através do nosso engajamento nas bases.

Entre todos os instrumentos que possuímos para despertar os estudantes para as suas responsabilidades e para uma ação construtiva, isto é, para a politização do meio, existe um que se destaca sobremaneira, o grêmio. Pelas enormes possibilidades que ele oferece, trataremos com mais carinho da sua organização e vitalização, no decorrer deste trabalho.

Para conseguirmos o engajamento nas bases e para politicizar o meio estudantil, enviamos aqui a sugestão que foi apresentada durante o Conselho, a realização de seminários de estudo a respeito de problemas estudantis. Apresentaremos no fim do trabalho, uma experiência que foi vivida pela JEC do Estado da Guanabara a respeito do assunto.

Está claro que a realização do Seminário de Estudos, não elimina a Semana do Estudante, mas, pelo contrário, até a completa, como veremos mais tarde.

Esperamos poder ser útil com a elaboração deste trabalho.

A JEC e as bases do meio estudantil

No meio estudantil a presença da JEC não está em oposição a nenhum grupo. Não é simplesmente mais um grupo, mais uma agremiação, mais uma entidade. É o fermento do Evangelho cuja ação será notada mais pelos efeitos do que por sinais exteriores. Os grupos, as agremiações, as entidades, serão levados a viver autenticamente a dimensão da caridade, pela atuação dos militantes.

Por ter vocação de apóstolo o militante aperfeiçoará a sua vida cristã na medida em que se engaja no meio. Os instrumentos de formação (dias de estudo, revisão, vida de equipe, pensamento espiritual, etc.) sómente serão eficientes quando coordenados com a ação. Dos contactos pessoais (equipe de irradiação) e das atividades no colégio (ação coletiva) e que deve nascer a necessidade de crescimento na vida espiritual. Quanto mais responsável se sente o militante pelo outro e pelo meio, no sentido do amor gratuito, maior é o impulso que o atrai para Deus e para o contacto com os instrumentos da Graça (os sacramentos).

Conforme vimos na introdução, o engajamento da JEC no meio, se dará pela sua fixação nas bases da estrutura estudantil. De nada adiantará promovermos inúmeras atividades, agitando o meio, se não nos fizermos presentes nas bases. Tudo não passará de movimentos periféricos, uma vez que a base, isto é, o estudante, não foi atingido.

No meio estudantil podemos constatar um fato que embora sendo triste é bastante frequente. É a existência de pequenos grupos que promovem atividades que visam mais o enriquecimento pessoal de seus membros do que o de toda a classe estudantil. São pequenos grupos que falam e agem em nome de todos os estudantes, criam para si privilégios, auferem toda sorte de benefícios que suas posições possam proporcionar, promovem-se sem promover a classe que representam. Podemos citar como exemplo do que acabamos de falar os seguintes fatos:

1 - Todas as atividades de grupos fechados que só visam o interesse dos próprios grupos;

2 - Os movimentos dirigidos à coletividade inteira nos quais poucos indivíduos assumem toda a responsabilidade.

3 - As atividades controladas por gente estranha ao meio estudantil e com espírito paternalista.

A CLASSE ESTUDANTIL TEM SIDO, ATÉ HOJE, UM INSTRUMENTO E NÃO O FIM DOS MOVIMENTOS PROMOVIDOS POR SUAS CÚPULAS

Em vista disto, percebe-se que uma das principais funções

da JEC será a de fazer com que o trabalho de cúpula seja feito para as bases. Para isto, é preciso fazer com que as cúpulas compreendam que a sua única finalidade é servir as bases, ou seja que as cúpulas (entidades, etc.) existem para beneficiar aos estudantes e não para beneficiar-se deles. É preciso despertar a consciência de que o fim de toda atividade estudantil é a promoção do estudante.

PROMOVER O MEIO ESTUDANTIL É FORMAR OS SEUS
LÍDERES E ATRAVÉS DÊLES, POLITIZÁ-LO

Bases e Cúpulas

Falta ao meio estudantil em geral uma estruturação que garanta a autodeterminação necessária ao desenvolvimento satisfatório do educando que não é somente objeto mas deve ser sujeito da educação. Para isso, é necessário levar o estudante a tomar iniciativas, assumir responsabilidades e a entender concretamente sua função social.

Inutilmente lutaremos pela promoção da classe se, antes de mais nada, não consolidarmos uma estrutura assim concebida, que tenha por fundamento a autenticidade, por objetivo o bem comum e a solidariedade como força propulsora da ação.

Por fundamento a autenticidade: Queremos uma organização do meio estudantil que seja de estudantes e para estudantes e na qual todos os estudantes tenham iguais oportunidades e pela qual todos os estudantes possam tomar consciência dos seus problemas para assumí-los.

Por objetivo o bem comum: Queremos acabar com os grupinhos fechados e com os privilégios. É na escola que precisamos aprender que o estudo tem uma finalidade social, o serviço da comunidade.

A solidariedade como força propulsora da ação: Nós, estudantes, precisamos sentir as necessidades uns dos outros e crescer juntos.

Nos

PROPOONDO-~~SE~~ A ESTA TAREFA ESTAREMOS FAZENDO UMA VERDADEIRA
AÇÃO CRISTIANIZADORA NO MEIO ESTUDANTIL

Esta imensa tarefa deve começar pelas bases

1 - No colégio

a) levando as classes a serem unidas. Para isto precisamos de um líder de classe que procure promover esta união. A este líder daremos o nome de representante de turma.

b) as atividades promovidas por grupos de base, sem nenhuma coordenação de cúpula caem na dispersão e não atendem às necessidades da comunidade colegial que é muito maior do que a comunidade da classe.

Por outro lado, as atividades promovidas pela cúpula, sem ligação com as bases são inteiramente sem objetivo e tendem a desmoralizar a instituição do Grêmio e em consequência a impedir a unidade do meio estudantil.

Face a estas constatações

A TAREFA DA JEC É: - ARTICULAR AS BASES COM A CÚPULA, COM A FINALIDADE DE DAR SENTIDO À COMUNIDADE COLEGIAL

Existem vários grupos naturais dentro do colégio. Entretanto, a classe é o grupo ao qual todo estudante necessariamente pertence. É importante pois colocar este tipo de grupo na base da estrutura estudantil colegial. É claro que a nossa ação na base tem que visá-lo, uma vez que é o único grupo estável.

2 - Fora do colégio

a) fazendo com que os grêmios colegiais reivindiquem a possibilidade de uma atuação permanente na entidade municipal, na entidade estadual e na entidade máxima.

b) impedindo a divisão do meio estudantil em mais de uma entidade no plano municipal, estadual e nacional. Sómente uma entidade única pode ser democrática, pelo estabelecimento de iguais oportunidades para todas as correntes nas disputas dos

cargos de direção.

Fazendo este trabalho, estaremos promovendo a politização do meio estudantil.

POLITIZAR É DESPERTAR A CONSCIÊNCIA DO ESTUDANTE PARA OS PROBLEMAS DO MEIO PARA QUE ÉLE POSSA DAR UMA PARTICIPAÇÃO ATIVA À PROMOÇÃO DO BEM COMUM:

Quando nos propomos a fixar a JEC nas bases estudantis, precisamos compreender que:

1 - Toda atividade promovida pela JEC que não atinja às necessidades do meio estudantil e não seja feita diretamente para ele, à ação de superfície que não revolucionaria mentalidades.

2 - Entre os instrumentos de ação profunda, isto é, de ação sobre a estrutura estudantil que são capazes de transformar a mentalidade coletiva destacamos especialmente; os representantes de turma, os grêmios e as entidades de classe, quando estas entidades estejam em harmonia com as bases.

Vemos que estes três instrumentos principais estão profundamente relacionados. De nada vale contar com os representantes de turma se eles não influenciarem a classe, bem como de nada adiantaria contarmos com o grêmio se os representantes de turma não estiverem coordenados por ele. Por fim, podemos dizer que é inútil uma entidade municipal que não encontre ressonância nos grêmios colegiais.

3 - É imprescindível a influência da JEC nestes instrumentos. Quando dizemos que a JEC deve influenciar não queremos absolutamente dizer que só os jecistas devam ocupar os postos de direção das entidades. Embora correndo riscos, precisamos evitar o perigo de deixar a JEC confundir-se com Grêmio, Entidade Estudantil, etc.

Conclusão:

A JEC DEVE POLITIZAR O MEIO ESTUDANTIL, CONDIÇÃO SEM A QUAL NÃO SE PODERÁ LEVAR ATÉ ÉLE EM PROFUNDIDADE, A MENSAGEM DO EVANGELHO:

Plano de ação

Idéia - força: Politizar o meio estudantil

A missão da JEC é politizar o meio estudantil, na linha dos princípios do evangelho

Vamos ver a seguir, qual o meio que poderíamos tomar para uma ação de politização do meio estudantil.

Objetivos da ação

- a) imediato: promoção do meio estudantil através da sua politização;
- b) mediatos: penetração da JEC através da sua fixação nas bases-nucleação através do conhecimento de líderes.

Modos de Ação - Podemos fazer a ação politizadora através de duas atividades principais:

- a) Semana do Estudante;
- b) Seminário de estudos.

Semana do estudante

É uma atividade dirigida para todos os estudantes e tendo como tema, a motivação dos estudantes para o problema das atividades estudantis dentro e fora dos colégios bem como, temas que levem o pessoal a politicar-se. Não entraremos mais profundamente na S. do E. neste trabalho, porque o programa do 2º semestre do ano passado (1960) já tratou bastante do assunto.

Seminário de estudo

Quanto a esta atividade, procuraremos nos aprofundar mais, visto ser uma atividade nova, nunca antes tratada. É di-

rigida sómente aos líderes estudantis. Por ser feita com líderes, apresenta a facilidade de permitir uma ação posterior que continue a ação começada no Seminário. Sempre que fôr possível será bastante interessante que o Seminário seja feito em conjunto com a JECF.

Finalidade do Seminário: A finalidade do Seminário é despertar os líderes colegiais para os problemas que existem no meio estudantil, bem como as responsabilidades que êles, líderes, têm para com este meio. Em outras palavras, a finalidade do Seminário é politizar os líderes colegiais.

O que é o Seminário ?

O Seminário, será a reunião de líderes colegiais durante alguns dias para o estudo de problemas referentes ao meio estudantil e das maneiras de solucioná-los. Através destes dias de estudo, procuraremos politizar estes líderes.

Poderemos fazer este Seminário de duas maneiras. Primeiro, reunindo os líderes de vários colégios em um mesmo Seminário, ou então, promovendo Seminário em cada colégio em particular. Podemos também fazer as duas coisas, primeiramente realizando um Seminário em conjunto com vários colégios e depois fazer particularmente, em cada um destes colégios.

Como fazer ?

O primeiro passo será o de ter bem claro os objetivos a que o Seminário se propõe. Depois de determinar estes objetivos, a segunda coisa a fazer é planejar toda a ação a ser desenvolvida. Neste planejamento é imprescindível a elaboração do temário a ser seguido no Seminário.

É nossa opinião que do temário conste os seguintes pontos:

a) visão da realidade do meio estudantil quanto às atividades estudantis (se estão ou não cumprindo as suas finalidades, se são úteis ou não, se podem ser úteis na formação do estudante, etc.);

b) liderança estudantil;

- c) Grêmio Colegial (possibilidades de revitalização, etc);
- d) Entidades de classe (municipal, estadual e nacional);
- e) Realidade brasileira.

Com este último ponto, não queremos, absolutamente antecipar o tema do próximo programa do ano. É nossa intenção apenas dar uma visão de toda a realidade brasileira, embora superficialmente, para que o estudante compreenda o papel que ele tem dentro do quadro da Sociedade.

Depois de tudo planejado, a próxima preocupação será a de reunir os líderes colegiais para a realização do Seminário. Para isto, muito valerá a ação individual dos militantes junto aos líderes, bem como todas as formas capazes de fazer com que os líderes compareçam (Convites, etc.).

Funcionamento do Seminário - O método de trabalho dentro do Seminário será idêntico ao dos Conselhos e Encontros de JEC, isto é, uma pequena exposição para situar o tema, feita por estudantes, e depois a divisão em Círculos para o estudo do assunto. Está claro que durante estes Círculos, grande deve ser a ação da JEC através de seus militantes.

Como a ação do Seminário não pode ficar restrita aos dias em que ele se realiza, mas pelo contrário, deve prolongar-se no meio, será muito importante se conseguirmos levar o pessoal a conclusões que garantam esta continuidade. Entre estas devemos:

- Realização de Seminários nos vários colégios da Cidade;
- Formação de uma Comissão encarregada de elaborar as diretrizes da reforma dos Estatutos da Entidade Municipal a fim de que ela seja mais eficiente e autêntica.
- Realização da Semana do Estudante a fim de levar a todo o meio, os problemas vistos no Seminário.
- Formação de grupos de trabalho para iniciar a revitalização das bases colegiais, isto é, coordenação das eleições do representante de turma, etc.

EXPERIÊNCIA DA GUANABARA

No Estado da Guanabara está-se fazendo a experiência de Seminário de estudos sobre atividades estudantis. Ao lado da Comissão organizadora composta de rapazes e moças funciona um grupo de expositores que estudou em equipe os assuntos do tema. O primeiro Seminário realizou-se na sede arquidiocesana da JEC. Compareceram 75 estudantes representando 25 colégios. Durante cinco das 17 as 19 horas encontravam-se os participantes com pequeníssima margem de ausência.

- Método de trabalho

Inicialmente havia a apresentação do tema sempre feita por um estudante. A exposição inicial tinha duas finalidades:

- a) levantamento da realidade;
- b) apresentação de pontos que posteriormente foram aprofundados nos Círculos.

Logo após a exposição dividia-se a turma em Círculos, em que se escolhia um relator para anotar as conclusões mais importantes. Ao final dos Círculos reuniam-se os relatores para a elaboração de um relatório-síntese, que era apresentado no dia seguinte antes de se iniciar a exposição marcada. Para o bom andamento dos trabalhos, formulavam-se duas ou três perguntas que naturalmente versavam sobre pontos importantes das exposições.

- Síntese das exposições

Colocaremos aqui somente os pontos essenciais e as conclusões a que se chegou nos vários dias do Seminário.

1º DIA - Exposição: Realidade do meio estudantil quanto às atividades.

Realidade: na classe,
no colégio, e,
fora do colégio.

- a) na classe: dividida em grupos sem unidade;
- b) no colégio: atividade de grupos sem re-

percussão na base, com objetivos imediatistas, iniciativas e cúpula, falsa representação estudantil, paternalismo, promoção pessoal.

- Como interessar as bases nas atividades do colégio, levando-as a participar, no aproveitamento dos líderes, no diálogo com a massa (semana do estudante, ótima oportunidade), através de inquéritos;

c) fora do colégio: falta de politização das bases que são manobradas pelas cúpulas, ausência em grande parte do estudantado de qualquer atividade, indiferença em relação à política estudantil.

- Perguntas para os Círculos:

As perguntas para os Círculos foram formuladas tendo em vista que se quer com elas, não uma conceituação teórica das atividades e suas relações filosóficas, mas uma troca de depoimentos, de experiências e de idéias para revitalizar as atividades. Em todas as perguntas devemos atender a estas finalidades, em cada um dos Círculos.

2º DIA - Exposição: Liderança Estudantil

Todos os grupos têm os seus líderes, líder: aquele que tem influência. Diferentes tipos de líderes: barulhento, conchavador, piadista, autoritário, democrático, imposto pela autoridade colegial, etc. O que é politizar um líder. Condições básicas para uma liderança: fidelidade à confiança merecida, identificação com o grupo que é liderado.

No segundo dia foi lançado um jornal mural que foi um veículo de politização da turma.

3º DIA - Exposição: Representante de classe

- classe é o grupo do qual nenhum estudante pode fugir.

- necessidade de um líder para a classe, que chamamos de representante de classe ou se a classe for di-

vidida em turma, representante de turma.

- qual a melhor forma de se escolher o representante de turma: a eleição.

- a politização do colégio começa com a politização da classe: campanha eleitoral é ótima ocasião para a politização das classes.

- aceitação, por todos, do eleito.

- valorização do representante de classe, pelos alunos da classe, pela diretoria do colégio, pelos professores, pelo grêmio. Fazer que todo representante de classe seja membro nato do Conselho do grêmio.

- funções do representante de classe:

- unidade da classe

- integração da classe nas atividades do grêmio

- representar a classe no Conselho do grêmio.

4º DIA - Exposição: Gremialismo

- a direção da comunidade estudantil deve ser confiada a estudantes: aspectos educativos disto: iniciativa e responsabilidade.

- grêmio: órgão coordenador das atividades e da unidade da comunidade estudantil colegial e instrumento de promoção e dinamização do meio.

- organização democrática do grêmio: eleição da diretoria com a participação de todos os estudantes maiores de 14 anos, elementos do Conselho são os representantes de classes e membros da diretoria (presidente, vice-presidente e secretário geral com função deliberativa e fiscalizado)

ra).

- À diretoria cabe nomear os diretores de departamentos e apresentar ao Conselho planos de trabalhos e prestar contas da gestão.

- Dupla função do grêmio: educativa e politizadora do meio.

5º DIA - Exposição: Departamentos do Grêmio

- Departamentos são órgãos de atividades. Suas finalidades são coordenar, promover atividades. Os departamentos não podem monopolizar ou julgar-se com o direito unicamente seu de promover atividades colegiais. Não lhe cabe poder nenhuma iniciativa ou atividade da turma, mas incentivar-las e dar um caráter colegial, logo um caráter comunitário, mesmo que estas atividades interessem apenas a um pequeno grupo. Devemos ter um certo número de departamentos e limitado para que toda atividade possa incluir-se neles. Podemos ter entre os principais, os seguintes departamentos:

- a) Departamentos de Artes e Letras: - cineclubs, cinefora;
- academias literárias, etc.;
- b) Departamentos de Esportes e Recreação: - Campeonatos, festas, excursões, etc.;
- c) Departamento de Estudos e Pesquisas: - Clube de Ciências;
- Estudos sociais (realidade brasileira) etc.;
- d) Departamento de Publicidade e Relações Públicas: - Jornais de sala;
Jornais murais;

Panfletos;
Contactos com outras entidades cole-
giais e extra-cole-
giais;

- e) Departamento de Assistência Social aos Estudantes: -
Aquisição e distribuição de bolsas;
Caixa Escolar;
Banco do livro, Biblioteca etc.

Juntamos a seguir o esquema de Estatutos de grêmio, pensado pela JEC da Guanabara. Talvez possa servir de base para a feitura de novos Estatutos que sejam eficazes para os grêmios dos diversos nucleos de JEC.

ESQUELETO DE ESTATUTO

I - FINALIDADES: É o órgão de representação estudantil que congrega os estudantes em torno de atividades culturais, esportivas, sociais, de politização e serve de meio para fazer valer o pensamento, os interesses e os direitos do estudante, levando-o a uma participação na vida comunitária.

II - ORGANIZAÇÃO: Um grêmio será constituído de:

- SÓCIOS
- CONSELHO
- DIRETORIA
- DEPARTAMENTOS.

SÓCIOS - Será sócio todo o secundarista matriculado no colegio. Terá direito a voto e participação no conselho, somente os maiores de 13 anos.

CONSELHO - É o órgão deliberativo, fiscalizador e consultivo do grêmio.

- É formado pelos membros eleitos da diretoria do grêmio e pelos representantes de turma, eleitos pelas respectivas turmas.

DIRETORIA - É o órgão executivo do grêmio. Compõe-se de:

Presidente

V. Presidente

Secretário Geral.

DEPARTAMENTOS - São órgãos auxiliares da diretoria do grêmio.

- Os diretores dos departamentos serão indicados pela diretoria do grêmio e submetidos à apreciação do conselho.

- Cada diretor de departamento escolherá seus auxiliares.

COMPETE AO CONSELHO:

- Aprovar os planos de trabalho do grêmio.
- Fiscalizar o cumprimento dos planos de trabalho.
- Julgar os casos de indisciplina.
- Constituir comissões de sindicância para apurar casos determinados.
- Deliberar sobre a interpretação deste estatuto.
- Deliberar sobre os casos omissos deste estatuto.

- Fiscalizar o cumprimento deste estatuto.
- Reformar este estatuto, somente com a maioria de dois terços 2/3, dos membros do conselho.
- Cassar o mandato de qualquer membro da diretoria ou do conselho.

COMPETE A DIRETORIA:

- Executar os planos de trabalho aprovado pelo conselho.

COMPETE AO PRESIDENTE:

- Representar o grêmio em juízo ou fora dele.
- Convocar o conselho por si ou a pedido de um terço 1/3 dos membros do conselho.
- Presidir as reuniões da diretoria e do conselho.
- Apresentar, mensalmente, ao conselho, um relatório da gestão.

COMPETE AO V. PRESIDENTE:

Substituir o Presidente em caso de falta, impedimento ou afastamento.

COMPETE AO SECRETÁRIO GERAL:

Secretariar as reuniões da diretoria e do conselho.

DAS ELEIÇÕES.

As eleições serão sempre feitas pelo voto secreto. Serão eleitos pelo sufrágio secreto de todos os alunos do colégio, maiores de 13 anos:

- o Presidente
- o V. Presidente
- o Secretario Geral

Os membros do conselho serão eleitos pelas turmas a que pertencerem. Não poderá ser eleito para o cargo de V. Presidente, o aluno que estiver matriculado na última série do curso colegial ou técnico.

Caberá ao conselho baixar instruções ao processamento das eleições.

DEPARTAMENTOS:- São órgãos auxiliares da Diretoria do Grêmio com finalidade de incentivar, coordenar e promover as atividades do colégio. - Todas as atividades do Colégio podem ser filiadas aos seguintes departamentos:

- | | |
|------------------------------|---|
| a) Artes e Letras | d) Estudos e Pesquisas |
| b) Esportes e Diversões | e) Assistência Social aos Estud. e Orient.Prof. |
| c) Publicidade e R. Públicas | |

10 / 1962

Session d'études
Rome, Octobre 1962

LA FONCTION DE

L'ECOLE

ET DE

L'UNIVERSITE

DANS LE DEVELOPPEMENT DE L'EUROPE

Publié par:
JEC INTERNATIONALE
Secrétariat Européen
171, Rue de Rennes
PARIS VIe

NOTE PRELIMINAIRE

Le but de ce rapport est de fournir aux Mouvements un résumé utile du travail qui a été fait à la session d'étude. Il ne peut s'agir d'un rapport complet de tout le travail qui a été fait; on a voulu simplement présenter les éléments essentiels.

Pour ce qui est des exposés, le seul que le conférencier ait remis par écrit est celui du Père Niemann qui est intégralement reproduit ici. Les autres exposés ont été reconstruits à partir de notes prises durant la session.

Il n'y a pas de rapport du travail fait en carrefours mais tous les points essentiels qui sont apparus sont soulignés à la fois dans les conclusions sur les exigences posées à l'école et l'Université par la construction Européenne et dans la déclaration qui a été faite à la fin de la session.

SESSION D'ETUDE

ROME - OCTOBRE 1962

INTRODUCTION

Pourquoi cette session?

-A l'origine de cette session est notre désir de transformer le monde et de construire une Europe qui puisse jouer un rôle effectif dans cette transformation.

-Le thème de la session est important pour la construction de l'Europe car c'est la façon dont l'Ecole et l'Université donnent une formation Européenne qui est essentielle pour une ouverture et une conscience Européennes.

-En tant que JEC, travaillant au plan européen, il est nécessaire pour nous de réfléchir sur l'Europe, d'examiner l'Europe en formation, de formuler nos idées sur le rôle de l'Europe dans le monde et comment celle-ci devrait et peut être réussie.

Les buts de cette session

-Analyser et comprendre la situation... Voir... Juger.

-Nous préparer à participer à la construction de l'Europe... Agir.

-Stimuler et préparer une politique Européenne pour notre travail JEC.

Méthodes et exigences

-Nous devons partir des réalités: ce qu'est l'Europe, ce qu'elle signifie pour les étudiants, comment elle est présentée, quelles sont les réactions à son sujet.

-Ceci sera suivi d'un travail d'élaboration et d'approfondissement fait en commissions, et aidé par les exposés d'experts des questions Européennes.

-Nécessité d'un certain temps de loisir pour se détendre du travail et nous donner l'occasion de parler entre nous. Ainsi ce temps de loisir doit être aussi considéré comme un temps plein de la session.

-Nous devons construire l'Europe ici à cette session. Pour nous, rassemblés à Rome venant de huit pays d'Europe, l'Europe n'est pas une simple abstraction, un état futur auquel nous aspirons tous, c'est une réalité "hic et nunc". Il n'est pas utile d'avoir des idées extraordinaires sur l'unité de l'Europe si nous négligeons les occasions de construire cette unité ici, en entreprenant le dialogue avec les autres participants, en étant ouvert aux autres et en prenant considération de leur point de vue. Beaucoup de la valeur de la session réside dans l'esprit que nous réussissons à créer de compréhension et de coopération Européenne et ceci est en

soit une contribution concrète à la construction de l'Europe.

Le point de vue étudiant sur l'Europe

Ce qui suit est une sélection des extraits des réponses au questionnaire préparatoire envoyé avant la session. Les points principaux du questionnaire étaient les suivants :

1) Les étudiants sont-ils intéressés par les réalités des autres pays ?

2) Est-ce que les étudiants portent attention au fait de la construction Européenne ? Est-ce une de leur préoccupation ? Y a-t-il des groupements étudiants qui sont particulièrement centrés sur la question Européenne ?

3) Quelle place donne-t-on dans le programme scolaire "aux méthodes d'éducation, aux problèmes et réalisations européennes ?

Italie (Filles)

Les étudiantes en général ne connaissent pas le problème de l'unification de l'Europe et n'en discutent pas, tout au moins elles y pensent seulement. Même remarque pour les organisations Européennes. Amenées à réfléchir sur ces questions elles s'y intéressent.

Le choix des textes à l'école est nationaliste; ils ne donnent pas un point de vue européen de l'histoire ou de la littérature, mais national.

Les étudiants s'intéressent de plus en plus aux pays Européens : leurs moeurs, coutumes, niveaux de vie. Elles sont particulièrement intéressées par les films étrangers et les langues étrangères et sont avides d'échanges et de visites dans d'autres pays pour apprendre la langue ou simplement pour faire du tourisme.

Suisse (filles)

Très peu de filles ont des idées précises sur les politiques des autres pays, l'orientation de leurs gouvernements et les problèmes qu'ils affrontent. Il y a, toutefois, un intérêt notable pour les problèmes sociaux des autres pays et un désir de mieux les connaître.

Peu de filles lisent des journaux écrits en langue étrangère.

L'apport Européen ne semble pas être suffisamment marqué dans l'enseignement : très peu d'attention est accordée à la réalité actuelle de l'Europe et trop peu de choses sont dites sur ce qui est fait tant au point de vue politique qu'économique.

Les voyages à l'étranger sont bien considérés car ils satisfont un goût pour le neuf, l'inconnu; ils donnent l'occasion de connaître des gens d'un autre pays, d'entrer en contact avec une autre culture. Malheureusement cet intérêt ne dure pas plus que la visite elle-même.

Allemagne (filles)

L'intérêt que les étudiantes portent à la politique est en général peu

remarquable en Allemagne. Elles connaissent pourtant les différentes formes de gouvernement de chaque pays et les plus avancées connaissent aussi quelque chose de leur orientation politique.

Il est rare que les étudiantes lisent des journaux étrangers.

Les visites à l'étranger ont un tel succès que cela confine à la manie. Ce qui attire particulièrement est la joie d'apprendre à connaître d'autre gens, d'autres coutumes, et l'occasion d'une connaissance directe et pratique de la langue étrangère. Bien des occasions de voyages existent. Quelquesunes sont le résultat d'un long échange avec des correspondants, ou du jumelage de l'école avec une école étrangère et la possibilité pour les membres de mouvements de jeunesse de participer à des sessions et camps à l'étranger.

Même les filles qui n'ont jamais eu de contact personnel avec les étudiantes d'autres pays s'intéressent à leur vie et organisent souvent des échanges de journaux étudiants.

A l'école, les questions concernant l'Europe en soi sont seulement abordées dans les dernières années. Les pays d'Europe sont souvent étudiés séparément et ceci ne donne pas une vision unifiée de l'Europe.

Allemagne (garçons)

Par tous les moyens de masse (radio-télévision-presse) les étudiants sont confrontés aux événements d'autres pays mais c'est là une connaissance passive qui n'exige pas leur participation et reste en général superficielle et limitée aux aspects les plus politiques.

Les matières enseignées à l'école ne portent pas les élèves à comprendre la situation Européenne et sont rarement rattachés à l'évolution de la politique et à la situation sociale actuelle.

Les voyages à l'étranger sont très populaires.

Angleterre (filles)

Elles ne s'intéressent pas aux gouvernements des autres pays mais à leurs problèmes : liberté et révolution hongroise, campagne pour les réfugiés...

Les journaux et revues étrangères sont en général à la disposition des élèves à la bibliothèque de l'école mais ne sont pas toujours bien utilisés.

Les étudiantes aiment à voyager à l'étranger pour des raisons variées : intérêt pour la langue, désir de connaître un autre pays, l'idée romantique "d'aller à l'étranger", un intérêt et une curiosité pour les étrangers.

Elles ne s'intéressent pas aux langues étrangères si ce n'est qu'elles visitent les pays étrangers, après quoi elles sont généralement convaincues de leur utilité et sont plus enthousiastes.

Les élèves sont conscients, à un certain degré, d'appartenir à une Europe dans laquelle leur pays n'est qu'une partie, mais un fort sentiment nationaliste existe encore.

Parmi les matières enseignées à l'école, la seule qui ait réellement à voir avec les problèmes européens est le "cours général".

Angleterre (garçons)

La demande d'entrée dans le marché commun du Royaume Uni a stimulé les étudiants qui étaient auparavant indifférents à l'idée européenne et qui maintenant s'intéressent à la comparaison des niveaux de vie dans les différents pays.

Presque tous les étudiants s'intéressent aux autres étudiants d'Europe et cet intérêt est amplifié par la publicité donnée à des événements divers mettant en cause des étudiants d'où une participation étudiante à des manifestations politiques ou des grèves.

Du point de vue historique et linguistique, la plupart des Anglais se sentent plus étroitement liés au Commonwealth qu'à l'Europe mais les étudiants sont plus absous et souvent mieux informés et ils souhaiteraient être intégrés à l'Europe.

Autriche (garçons et filles)

Les étudiants s'intéressent à l'orientation politique des gouvernements étrangers et au niveau de vie dans les autres pays, surtout parce que l'Autriche est un petit pays et parce que beaucoup d'étudiants étrangers font leurs études dans des écoles et universités autrichiennes. En général, les filles sont plutôt intéressées par des problèmes sociaux, les garçons par des problèmes politiques.

On suit de près les efforts pour une unification de l'Europe. Mais si les idées sur une Europe unie existent, elles sont très différentes. Environ 80% n'ont pas de solution fixe, surtout parce que le rôle des pays neutres dans une Europe unie n'est pas encore défini.

Le nationalisme n'existe plus. L'idéal est une Europe libre à laquelle appartiennent aussi les pays européens qui sont actuellement liés avec l'Est. A cause de sa situation historique et géographique, l'Autriche aurait à assumer un rôle d'intermédiaire dans cette Europe unie et libre.

M. Jean Moreau (du Service d'Information CEE) donne un exposé sur : "LES COMMUNAUTES EUROPÉENNES : leurs origines; les besoins économiques, sociaux et politiques auxquels elles répondent; les problèmes humains qui découlent de l'unification de l'Europe".

Nous ne reproduisons pas l'exposé faute d'un texte écrit et parce que la complexité du sujet demande un résumé exact.

ORIGINALITE ET VOCATION DE L'EUROPE : Rev. P. Jean Weydert S.J.

M. Moreau nous a parlé de ce qui se passait en Europe et des aspects importants de la construction Européenne. Mais cela n'est pas suffisant pour être informé, nous devons chercher ce que signifie la construction de l'Europe, quelles sont ses valeurs.

La construction de l'Europe a-t-elle une valeur et nous concerne-t-elle?

Son originalité

=====

Il est difficile de définir l'originalité de l'Europe. Quand nous essayons de le faire nous nous trouvons en face d'une civilisation qui est ouverte au monde entier. Mais il est possible de mettre en valeur quelques caractéristiques de l'Europe.

1- Développement technique qui vise à la transformation de la nature. Et ce développement technique réclame une part de plus en plus grande de nos ressources intellectuelles et financières.

2- L'idée "d' état national" qui a été depuis le Moyen Âge la forme la plus répandue d'organisation politique en Europe. Cette idée s'est développée parce qu'au Moyen Âge, quand le pouvoir était local, le bien commun n'était pas assuré par ce pouvoir et l'ordre social incertain. L'évolution vers "l'état national" fit une promotion du bien commun. Mais cette idée d'un état souverain poussée à l'extrême aboutit souvent à l'excès du nationalisme, étape que nous devons dépasser.

3- L'importance donnée à l'individu et à la personne dans la société: Il y a en Europe un sens de la singularité de l'individu dans la société qui résulte d'une certaine conception de la liberté et le besoin d'une justice sociale permettant à tous les niveaux de la société de bénéficier de ses lois. Reconnaître la valeur de l'individu a aussi un danger qui est celui de l'égoïsme libéral.

4- L'idée de progrès elle-même, qui consiste à toujours regarder les possibilités de progrès, de changement, d'évolution, de révolution... la conscience que la vie humaine et le travail ont un sens.

5- L'inspiration chrétienne se retrouve dans l'attitude vis à vis de la nature, la recherche des lois de la nature et son utilisation, le refus de faire sortir une religion de la nature et l'effort pour rechercher les valeurs chrétiennes dans la nature. En plus de la vision chrétienne de l'histoire et du processus de l'histoire nous trouvons aussi cette inspiration chrétienne dans la distinction faite entre le temporel et le spirituel qui dans d'autres civilisations constituent une réalité unique.

Arrivés là, nous devons nous poser les deux questions suivantes:

- Si le bien commun est déjà garanti dans l'idée d'état national, pourquoi l'unité? Est-ce que les valeurs qui sont en Europe, nous poussent elles-mêmes à l'unité?

Nous vivons dans un monde en évolution. Le bien commun qui était autrefois mieux servi par l'état national requiert maintenant une communauté plus vaste de dimensions continentales.

-Quelle Europe voulons-nous construire et quelles sont les limites de cette Europe?

Il est impossible de parler dans l'abstrait. La situation de chaque pays est si différente et il y a tant de pays qui ne sont pas libres de décider par eux-mêmes. D'autres états ont d'autres liens et il y en a très peu qui sont actuellement prêts à entrer dans une union politique et économique. D'autres peuvent entrer dans une union culturelle par le biais du Conseil d'Europe. Mais la réponse à la question "qu'est-ce que l'Europe?" ne figure pas dans la géographie. Il n'y a pas de frontières fixes à l'Europe, c'est une interdépendance entre pays.

Sa vocation

Quand nous parlons de vocation de l'Europe, nous donnons au mot "vocation" un sens symbolique. L'Europe n'étant pas une personne mais une communauté, on ne peut dire qu'elle a une vocation au même titre qu'une personne. Ici le mot est utilisé plutôt pour désigner les tâches que, vu son histoire, l'Europe est appelée à remplir.

1- Le progrès économique. Celui-ci ne doit pas devenir un but en soi mais être subordonné à une échelle de valeurs. Il doit être une réponse aux besoins des hommes et une juste distribution des biens.

2- Le développement des libertés individuelles. (Convention Européenne des droits de l'homme). L'Europe dans laquelle ces libertés individuelles sont respectées et développées doit être pluraliste, une société de sociétés...

3- L'Europe n'est pas une fin en soi. Elle n'a de sens que comme élément d'une communauté mondiale. Les relations entre les pays d'Europe doivent dépasser le nationalisme. Il y a une nécessaire progression dans ce développement à partir des réalités actuelles. Même à l'heure actuelle la souveraineté théorique d'un pays est limité par l'interdépendance économique entre Nations qui lui interdit n'importe quel changement brusque de la politique économique.

L'Europe que nous construisons doit être une Europe qui respecte la diversité des états qui la compose et ouverte sur le reste du monde. Il y a des tentations dangereuses dans la construction d'un bloc continental fort; risque de créer un sentiment de supériorité, de se rétourner sur soi-même, d'exercer un paternalisme envers les régions sous développées du monde.

L'unification de l'Europe est un phénomène original. C'est l'union de peuples libres dans une voie libre -non dans des buts de guerre mais pour une meilleure organisation de la société internationale. La croissance des sociétés régionales est un état intermédiaire entre la nation et une communauté mondiale.

Le rôle de la JEC.

Le rôle de la jeunesse n'est pas de s'engager immédiatement dans les aspects politiques de la question mais de construire l'Europe dans leur milieu. Il y a un grand besoin d'information et de formation. Actuellement l'information est insuffisamment diffusée - nous avons besoin de connaître et de faire connaître. Pour développer la formation d'une société Européenne, nous devons user de tous les moyens qui sont à notre disposition, nous étudiants - l'histoire, la géographie, les langues... En tant qu'étudiants catholiques nous devons nous ouvrir aux réalités des autres pays, leur vie et leurs problèmes.

Nous avons le droit et le devoir de faire connaître le type d'Europe que nous voulons construire, de faire entendre notre voix dans les institutions Européennes, de faire connaître nos besoins. La JEC a des moyens de connaître les besoins des étudiants, leurs idées sur l'Europe, et de représenter ces idées dans les organisations officielles.

L'avenir de la jeunesse conditionne l'avenir de l'Europe. La Jeunesse est la chance de l'Europe, nous donnons à l'Europe sa continuité. L'Europe dépend de sa jeunesse.

CONCLUSION : Les exigences posées à l'école et à l'université par la construction de l'Europe - HENRI NALLET

Au cours de cette session nous avons vu quelques aspects de l'Europe, ses institutions et son esprit et c'est là-dessus que nous avons fondé notre travail. Maintenant nous devons commencer à voir ce que cela signifie pour l'école et l'université.

L'exposé comportera deux parties:

- l'école face à l'Europe
 - ... l'évolution du contenu de l'enseignement.
 - ... l'évolution de la situation de l'école.
- comment opérer cette évolution.

I- L'ECOLE FACE A L'EUROPE

(a) Une évolution est nécessaire dans le contenu même de l'école.

1) Contenu de l'enseignement.

L'Ecole doit évoluer pour éduquer une conscience Européenne.

Dans le domaine de l'éducation, l'Europe pose le problème des programmes scolaires qui ne sont pas adaptés à l'idée d'une plus grande Europe. Ceci est spécialement vrai de l'histoire qui est généralement enseignée en dehors de toute perspective Européenne. La littérature nationale est aussi enseignée avec peu ou pas de référence à la littérature des autres pays européens pendant la même période. Dans plusieurs pays l'enseignement des langues est aussi déficient. Elles sont enseignées comme matières littéraires à tel point que les étudiants sont souvent incapables d'utiliser la langue apprise comme moyen de communication. La géographie est enseignée sans que beaucoup d'attention soit apportée aux réalités économiques de l'Europe en particulier. L'idée d'éducation Européenne pose aussi la question de l'éducation civique. Là où celle-ci est dispensée elle traite habituellement du fonctionnement du pays et de ses institutions, et du rôle du citoyen dans son cadre. Le sujet doit être repris d'un point de vue Européen et ne pas seulement parler des institutions nationales mais aussi supranationales et avec le rôle du citoyen Européen.

A l'université aussi, les formes traditionnellement nationalistes d'éducation sont préservées et subsistent. Dans les matières comme le droit, l'économie politique, le besoin d'une vue qui dépasse le simple cadre national est évident et pourtant cette vision est rarement donnée. Les juristes sont formés dans le cadre des lois et institutions de leur propre pays et non dans une perspective plus large qui les rendrait capables de distinguer les points communs aux différents pays ou d'exercer leur profession en dehors de leur pays natal.

En conclusion de ces considérations sur le contenu de l'enseignement donné dans les écoles et universités, il est important de remarquer que ce qui est nécessaire c'est non pas des cours spéciaux sur l'Europe ou les problèmes Européens mais l'introduction de l'idée d'Europe comme dimension plus large dans l'enseignement normal.

2) Ouverture aux problèmes Européens en soi:

Dans le domaine de la recherche scientifique et technique il y a un grand besoin de personnel compétent qui soit au service de l'Europe. Les universités ont tendance à être trop nationalistes. Leur spécialisation devrait être au service de toute la communauté. Certains universités ont déjà une grande compétence et une tradition dans une matière particulière et ceci devrait être encouragé et développé et mis au service de tous les étudiants et professeurs pour que l'Europe entière en bénéficie.

- L'école et l'université doivent participer à la recherche d'une culture Européenne et doivent aider à répandre les valeurs qui existent dans cette culture.

- L'école et l'université doivent remplir leur fonction traditionnelle de contestation vis à vis de la construction de l'Europe et les méthodes de son unification.

3) L'école doit contribuer à développer les valeurs originales de l'Europe. Nous ne voulons pas une unification de systèmes scolaires en Europe, nous voulons que l'école exprime l'originalité des cultures nationales de telle manière qu'elles enrichissent ainsi la culture nationale des autres pays. Ainsi l'école en Europe doit être pluraliste.

(b) UNE EVOLUTION DE L'ECOLE EST NECESSAIRE :

1- Dans sa tâche sociale

-L'équivalence des diplômes en Europe répond à un grand besoin.

- Les informations sur les carrières devraient être fournies aux étudiants dans le cadre Européen. Il ne s'agit pas des besoins et des possibilités d'un propre pays mais aussi des possibilités et besoins de l'Europe. Cette idée ne devrait pas être limitée à l'Europe mais être étendue aux pays sous développés d'autres régions du monde pour former une spécie de pool d'assistance technique.

2- Dans son organisation:

-Celle ci doit tenir compte de la construction de l'Europe.

-Elle doit aussi tenir compte des besoins du développement régional à l'intérieur de l'Europe

3- Dans son interdépendance avec l'université:

-L'idée d'une Université Européenne est d'un grand intérêt.

-Il faut rassembler les ressources intellectuelles et matérielles des écoles et universités d'Europe surtout dans les domaines scientifique et techniques pour mieux servir toute l'Europe.

-Il faut aussi accroître les échanges de professeurs et étudiants pour que tous puissent bénéficier du contact avec ceux qui sont des experts dans une branche particulière. Ainsi il y aura un réel échange de connaissances et d'expériences.

En conclusion nous pouvons dire que l'école et l'université devraient être au service d'une Europe ouverte.

II - COMMENT OPERER CETTE EVOLUTION?

-Qui peut opérer cette évolution?

Il y a diverses formes de coopération -ce sont les efforts combinés de tous les parties intéressés (états, enseignants, parents, étudiants eux-mêmes) qui produira cette évolution. Pour être effective, ce travail demande à être .. coordonné au plan national et Européen. Par exemple le travail des associations étudiantes.

-Quel est le rôle de la JEC?

L'esprit dans lequel nous devons agir. Nous devons veiller à ne pas confondre la fin avec les moyens. La construction de l'Europe est un moyen pour obliger les étudiants à découvrir d'autres peuples mais ce n'est pas un problème en soi; c'est une part du travail quotidien du responsable car toute action pour amener plus de tolérance, de solidarité et d'unité a ses répercussions dans la construction de l'Europe.

Ce n'est pas le travail de la JEC de prendre la place des organismes existant qui promeuvent l'unité de l'Europe mais c'est notre travail de stimuler le travail fait par d'autres, de le soutenir et de l'encourager. Nous devons être conscients des valeurs qui existent en Europe et en rendre les autres conscients (à travers les activités scolaires, histoire, littérature, etc.). Nous devons travailler ensemble avec les professeurs et les parents pour les rendre conscients des besoins et les aider à les satisfaire.

En ce qui concerne la construction de l'Europe nous ne pouvons pas faire un travail vraiment effectif dans le seul cadre de nos pays. Nous avons besoin d'une coordination et de possibilités d'une coopération. Ce besoin est satisfait au niveau Européen par le travail du Comité Européen et du Secrétariat Européen de la JECI. A ce niveau nous sommes capables de représenter les opinions et besoins des étudiants aux organisations européennes officielles et de travailler avec elles et il y a là une importante fonction de la JEC au niveau Européen. De même le Secrétariat Européen est bien placé pour fournir une information sur l'Europe et les événements européens aux mouvements nationaux et les encourager à travailler ensemble pour la construction de l'Europe.

En conclusion, les problèmes majeurs de l'école et de l'université en ce qui concerne l'Europe sont ceux de l'instruction et de la formation, et dans ce travail nous devons insister sur l'importance de la JEC

Apéndice al Memorandum sobre los ASPECTOS INTERNACIONALES DEL TRABAJO DE PAX ROMANARELACIONES DE PAX ROMANA-MIEC

con

la JUVENTUD ESTUDIANTIL CATÓLICA INTERNACIONAL (J.E.C.I.)

Queridos amigos:

En 1946-47 diferentes movimientos nacionales de la JEC organizaron en París un equipo permanente, que debía transformarse en el curso de los años siguientes en el "Centro de Documentación e Información Internacional(CIDI)". Este organismo se denomina ahora "Secretariado Internacional de la JEC Internacional"(JECI). En el curso de los últimos años la JECI ha manifestado su decisión de devenir en una organización internacional representativa, encuadrando a los estudiantes Católicos de instrucción primaria, secundaria y universitaria, en el momento actual la JECI se considera según esto como el verdadero organismo representativo de aquellos estudiantes.

Al momento que la Jec comenzó a demostrar estas tendencias, Pax Romana trató de encontrar una forma de entendimiento a fin de evitar las complicaciones que entrañan necesariamente la dualidad de organizaciones universitarias Católicas en el plano internacional. El desarrollo de relaciones entre el Comité Director de una parte y JECI de otra nos ha convencido de la necesidad de traer vuestra atención a las dificultades que han surgido por esta cuestión.

En el curso de los años de 1946-1947 los dirigentes de la JEC y de Pax Romana se han reunido muchas veces. Nuestros representantes en aquel entonces ofrecieron a JEC la oportunidad de continuar su trabajo en el medio universitario por intermedio de nuestras federaciones ofreciendo a ellos que envíen uno de sus colaboradores a nuestro Secretariado General. Al mismo tiempo nuestros directores ofrecieron ayudar a JEC en todo lo necesario para el establecimiento de un organismo representativo en el nivel secundario, organismo que todavía no está creado. A todas estas proposiciones la JECI se ha opuesto y se opone desde ese momento en una forma sistemática.

En el curso de los años de 1947-48 el Secretariado General publica, en el JOURNAL del movimiento, 6 artículos sobre la doctrina de la Acción Católica Universitaria y sus aplicaciones prácticas. En Mariastein, a comienzo de 1949, una semana de estudios dedicado a la Acción Católica Universitaria suscitó otras reuniones de éste género. En fin un libreto intitulado "University for Christ"(actualmente agotado) trató sobre los aspectos teóricos y prácticos del apostolado en el medio universitario, resumiendo todo el trabajo hecho por nuestras federaciones en este campo.

Estos esfuerzos han permanecido sin ninguna respuesta por parte de JECI. Refutando toda colaboración la JECI ha trabajado constantemente en el establecimiento de una organización independiente

CIRCULAR ESPECIAL A LAS FEDERACIONES :

nte que pueda rivalizar con nuestro movimiento. Completamente vanos los esfuerzos y posibilidades hechos por Pax Romana, JECI no ha cesado nunca de acercarse a otros movimientos estudiantiles (dentro o fuera de Pax Romana) en la necesidad de coordinar todos los grupos de Acción Católica. En lugar de estudiar a fondo la actitud y realizaciones prácticas de Pax Romana, la JECI se ha contentado con negar las características apostólicas de nuestras federaciones, reprochándolas de constituir una heterogeneidad, la cual según ellos nos priva de toda eficacia y valor en el trabajo, al mismo tiempo sin embargo ellas pidieron la cooperación de cierto número de nuestras federaciones. Esta contradicción ha sido puntualizada por nuestros representantes en casi todas sus reuniones con JECI, sobre ésto último jamás JECI aclaró su posición y las actitudes consecuentes.

De 1947 a 1951 las relaciones entre Pax Romana y JECI han estado interrumpidas. Al mismo tiempo en 1954 el cuerpo directivo de la Comisión Internacional de JECI publicó un documento intitulado "Objetivos y Métodos Comunes" para el desarrollo de "la Acción Católica Especializada", esto es el movimiento que denominaron responsable para el medio escolar (primaria-secundaria-universidad) los cuales trabajan por medio de un método uniforme, válido para todos.

Siguiendo los acuerdos entre Pax Romana y la JECI antes de la interrupción de las discusiones, Pax Romana continuó en los siguientes años enviando todas sus publicaciones a JECI. Mientras tanto ella ha refutado toda colaboración con el Secretariado General y no ha cumplido sus obligaciones de intercambio.

Las discusiones con JECI finalmente fueron reiniciadas en el año 1955. La última reunión tuvo lugar en París, el 27 y 28 de Abril de este año. Joseph Kuriacose, nuestro Presidente, Thom Kerstiëns, Secretario General y Reiner Limbach, miembro del staff, presentaron el punto de vista de Pax Romana, sin resultados.

JECI manifestó y afirmó ser un movimiento de Acción Católica Especializada. Ellos declararon: "La santificación del medio estudiantil exige su transformación en una verdadera comunidad" y que "la formación de esa comunidad demanda al militante un apostolado personal y un apostolado colectivo". Según la JECI el apostolado personal no es exclusivo de la Acción Católica; ello sin embargo es parte de ella porque ello procede naturalmente de una vida integralmente Cristiana". "De otro lado el apostolado colectivo requiere ciertas formas de acción", de las cuales son dos definidas como "la acción sobre las mentalidades" y "la acción sobre las instituciones". Estos dos puntos están siendo realizados por la técnica de la encuesta y el trabajo en equipo, "células básicas del movimiento", lo cual tiene como objetivo desarrollar una conciencia colectiva de los problemas estudiantiles en todas las dimensiones humanas y Cristianas, de prever el testimonio activo de cada militante en el medio donde vive, encontrando como fundamento de la acción las actitudes espirituales de Cristo en el Evangelio y dentro de la Iglesia. (i)

Basando suposición sobre éstos principios, la JECI niega al MIEC su carácter de Acción Católica, la validez de su obra en razón de lo que ellos denominan la heterogeneidad de sus federaciones, y reclama en virtud de la unidad necesaria entre la enseñanza primaria, secundaria y universitaria, el derecho a su propia organización internacional.

Antes de entrar a juzgar el valor de tan grave crítica, gustaríamos establecer que los métodos de JECI nos parecen concretos y definidos, de gran alcance apostólico, pero no universal, ni fundado en derecho o hecho, en razón de sus atractivos para ciertas personas, para tomar el lugar de otras organizaciones apostólicas estudiantiles.

La Acción Católica es "la participación de los laicos en el apostolado jerarquico"; ello es esencialmente un apostolado organizado del laicado, cuyo objetivo es "la extensión del reyno de Cristo y la evangelización de los diferentes medios de vida"(3). Todas las formas de Acción Católica, General o Especializada, deben mostrar dos diferentes características fundamentales: ella debe ser llevada acabó bajo el mandato de la Jerarquía y su objetivo debe ser por la Iglesia.

Porque un número de grupos locales y de Federaciones de Pax Romana no poseen el mandato de la Jerarquía, la JEC I niega a estos grupos, a las federaciones y a todo el movimiento todo carácter de Acción Católica. Sin querer entrar en una polémica sobre Acción Católica y Apostolado Laico, gustaríamos hacer presente que por virtud de los estatutos de MIEC, toda federación afiliada debe obtener primeramente la aprobación y recomendación de la Jerarquía. Más aun algunas de nuestras federaciones están ocupadas exclusiva ó principalmente en "una acción temporal, cuyo objetivo es la construcción y la realización de la comunidad terrestre por una acción directa de orden social o político sobre las instituciones y las estructuras" un tipo de acción que de acuerdo a la Pastoral de los Cardenales y Arzobispos de Francia en Marzo de 1955, debería distinguirse de la verdadera Acción Católica. El objetivo fundamental de nuestras federaciones, aun de aquellas que no tienen el honor de poseer el mandato jerárquico, es y debe ser, por virtud de sus Estatutos, la extensión del Reyno de Cristo y la recristianización del medio Universitario.

La JEC no puede pretender a más honorables estatutos. Ella también cuenta entre sus miembros celulares o grupos locales con grupos que no tienen el mandato. Ella también cuenta con organizaciones nacionales que en el plano universitario no pueden afirmar reconocimiento de mandato. Más aún JEC no ha sido aprobada oficialmente como una organización internacional para la representación de los estudiantes Católicos, en ninguno de los planos, ya sea primario, secundario ó universitario.

Ud nos perdonará si no mencionamos todas las cartas de aprobación y de estímulo que Pax Romana ha recibido de la Santa Sede, así como las numerosas bendiciones paternales del Santo Padre. Nosotros debemos sin embargo recordar a Ud. las dos comunicaciones oficiales siguientes. En carta de 6 de Abril de 1947 Su Excelencia Mons. Juan Bautista Montini, de la Secretaría de Estado de S.S. anunció al Secretario General, la nominación de su Excelencia Giussepe Cardenal Pizzardo como Cardenal Protector de nuestro movimiento. Y el 18 de Junio de 1948, Cardenal Pizzardo comunicó a Su Excelencia Mons. François Charrière, Obispo de Lausane, Ginebra y Friburgo, Asistente Eclesiástico General de Pax Romana, la aprobación oficial de nuestros estatutos por la Santa Sede.

La JEC I reprocha a Pax Romana con su heterogeneidad y mantiene que esta multiplicidad de organizaciones con diferentes objetivos y caracteres no puede ser reconciliada con la uniforme metodología de la Acción Católica. Pero esto es una consecuencia de la universalidad del movimiento y de su desarrollo. Ello es una etapa inevitable en el desarrollo de todo movimiento internacional. Nuestras 80 federaciones repartidas sobre el globo, no pueden tener suficiente fuerza en la diversidad de medios universitarios trabajando con un simple método. "La organización del movimiento no tiene valor por si misma y puede ser transformada de acuerdo a las necesidades que exigen acción". Nosotros aceptamos este acerto de JEC I pero afirmando que ello debe ser entendido en el sentido

más amplio. Los diferentes métodos y organismos deben corresponder a las necesidades de los diferentes individuos y medios. Sólo los programas pueden, de una manera general, ser similares. Pudiendo Pax Romana mostrar así "su unidad dentro de su diversidad". El valor de nuestra colaboración a la obra de la Redención, de seguro, que no se puede medir por la eficacia de nuestra organización. Sin embargo si queremos dar alguna importancia a este aspecto secundario del apostolado, no deberíamos mencionar el providencial desarrollo del movimiento en Asia, y en las dos Américas, su vitalidad en Europa y su extensión cada vez más esperada y requerida en África; no deberíamos mencionar su influencia sobre organizaciones internacionales, ya sea de estudiantes, profesionales o gubernamentales, Católicas o neutras.

La JECI reclama ser la Acción Católica Especializada y se declara a si misma ser la única organización internacional eficaz por su empleo de un método uniforme, según dice adaptado sociológicamente al medio. Los equipos de la JECI no poseen en su totalidad el mandato de la Jerarquía. Ellos no pueden pretender ser la única organización para la Acción Católica. La especialización dentro de la Acción Católica, de otra parte, no proviene más que de un cierto particularismo dentro de la acción, tal como el uso de un método uniforme; ello proviene de la orientación del apostolado a un medio determinado, como la profesión, la familia, la universidad. Los equipos ó grupos de la JECI no pueden pretender la exclusividad de la especialización dentro de la Acción Católica. Toda limitación no constituye pues necesariamente una especialización. I los equipos de JEC agrupan y deben agrupar sólo un número restringido de estudiantes. La multiplicidad en número y carácter de nuestros grupos locales nos permite por el contrario penetrar en el medio universitario dentro de toda su complejidad.

Es asombroso como JECI, que no cree en la eficacia de nuestro trabajo, no cesa de acercarse a cierto número de nuestras federaciones, invitándolas a colaboración sino a la afiliación, e imprime en sus publicaciones el nombre de nuestros dirigentes, de nuestras federaciones y aun de las actividades de nuestras federaciones como si ellas dependieran directamente de la competencia de JECI. Nosotros no hacemos objeción a esto por lo contrario aprobamos y estimulamos toda publicidad que pueda servir al apostolado en el medio universitario. Nosotros sin embargo reclamamos contra la práctica de JECI, que no parece tener otro objetivo que romper la unidad de contactos y de coordinación entre los organismos internacionales del movimiento y las federaciones. La JECI pretende que estas invitaciones a nuestros miembros no es sino el signo de su deseo de colaboración. Esta actitud nos parecería menos sospechosa, si la JECI hubiera sido más abierta en sus relaciones con el secretariado general y si ella hubiera aceptado una franca colaboración entre sus propios grupos nacionales y nuestras federaciones.

Nosotros queremos acentuar verdaderamente, que este así llamado deseo de colaborar, la más de las veces apareció, en el país en cuestión, donde no existe grupos paralelos de JECI, y que estos contactos fueron establecidos por los miembros del staff de JECI, sin el conocimiento del Secretariado General del MIEC de Pax Romana. Más aun la JECI en más de una oportunidad trató (durante los Congresos Mundiales de Pax Romana en Montreal y Nottingham, sólamente para mencionar dos casos) de obtener la desafección de ciertas de nuestras federaciones hacia el MIEC y su afiliación a JECI.

La JECI reclama finalmente el derecho a su existencia como organismo internacional representante de la Juventud Estudiantil Católica. Ella afirma que existe una unidad necesaria entre los diferentes niveles de enseñanza: primaria, secundaria y universitaria, y que esta unidad debe corresponder a una organización y a una acción unificada. El Comité Director de Pax Romana es también consciente de la necesidad de una colaboración necesaria entre las organizaciones que trabajan dentro de los diferentes sectores de enseñanza. Así hemos buscado la colaboración de las organizaciones Juveniles Católicas reconocidas en el nivel primario y secundario, ellos son la FIJC y la FIJFC. También el Comité Director buscó la colaboración de los grupos de JEC universitaria, pero ellos no pueden reconocer a estos grupos de JEC un carácter apostólico universal. La limitación metodológica y estructural de la JEC no le permite pretender representar a todos los estudiantes Católicos en el plano internacional.

Por consiguiente, el Comité Director del Movimiento, se siente obligado a traer a vuestra atención los siguientes puntos:

- 1) La creación de un segundo organismo internacional para los estudiantes Católicos universitarios, traería consigo numerosos obstáculos para la necesaria colaboración entre Pax Romana y las otras organizaciones internacionales. La solidaridad y unidad de los Católicos es necesaria de todas maneras. Apareciendo este requerimiento para nosotros mucho más fundamental en lo que concierne a relaciones con organizaciones internacionales neutras. Dos organismos Católicos persiguiendo idénticos objetivos y trabajando en el mismo campo corren el grave riesgo de situarse aisladamente y poniéndose en oposición la una contra la otra en el diario intercambio con esas organizaciones.
- 2) Queremos llamar vuestra atención a la forma grave como es considerado este problema por parte de las altas autoridades de la Iglesia. En ocasión de un viaje a Roma del Secretario General del MIEC de Pax Romana, en Marzo de 1956, este último pudo constatar la ansiedad con la cual la Secretaría de Estado del Vaticano, sigue las relaciones entre Pax Romana y la JECI. Las autoridades en Roma se muestran inquietas por el curso de los acontecimientos y por las complicaciones que han surgido entre las dos organizaciones. Ellos reiteraron al Secretario General que Pax Romana es la única organización internacional Católica reconocida en el plano Universitario, por la Santa Sede.

Estamos actualmente en posición de establecer que en Mayo de este año, la Secretaría de Estado del Vaticano, en la persona de Su Excelencia Mons. Dell'Acqua, se ha dirigido a Mons. Pirrozi, representante del Vaticano en UNESCO, dándole directivas sobre la cuestión de JECI. Esta carta establece en términos bastante claros que la JEC puede trabajar en las escuelas secundarias y técnicas de común acuerdo con las organizaciones ya existentes tales como la FIJC y la FMJFC pero que ella no está permitida a tomar iniciativas en los sectores donde otros organismos vienen ya trabajando.

- 3) El Comité Director del Movimiento, por consiguiente, ha decidido remitir un memorandum a la Comisión Internacional de la Juventud Estudiantil Católica, concerniente a la relación entre las dos organizaciones. Este documento será enviado a Uds tan pronto como la Comisión Internacional de JEC lo haya recibido.
- 4) Encarecemos a Ud. nos comunique todos los contactos que Ud pueda recibir de JEC más adelante, los cuales desconoce el Secretariado General.

El Comité Director ha deliberado largamente antes de comunicar a Uds. estos hechos. Tomando nota de su responsabilidad, cree sin embargo que el mantenimiento de la unidad del apostolado universitario en el plano internacional, los obliga a adoptar esta posición.

El Comité Director
de Pax Romana-MIEC

- (1) Objetivos y métodos comunes, documento de la JECI.
- (2) Papa Pio XI.
- (3) Pastoral de los Cardenales y Arzobispos de Francia - Marzo de 1955.

DOCUMENTO DE JUIZ DE FORA

Reflexão sobre a experiência de JEC e novas perspectivas

Introdução:

O presente documento não é propriamente mais uma das "cartas ao conselho", dirigidas pela Equipe Nacional. Trata-se apenas da tentativa de dar corpo às reflexões que, como movimento e como equipe nacional, fizemos durante este ano procurando interpretar nossa experiência de JEC. Reunidos em Juiz de Fora, de 29 de novembro a 4 de dezembro, fizemos uma análise retrospectiva, tentando aprofundar as críticas que fazemos e, ao mesmo tempo, entrever os rumos que deve tomar a nova experiência que ora pretendemos iniciar.

Situação real:

Analisando a crise vivida pelo movimento há vários anos, verificamos que se manifestava pela perda de vitalidade, pela saída de militantes, sobretudo daqueles que ao chegarem a determinado nível de engajamento e de consciência, não encontravam resposta para os problemas de personalização e de fé, postos pelo seu engajamento efetivo na luta estudantil.

Semelhante situação levou à pouca nucleação que, somada à saída dos militantes, veio redundar no desaparecimento de vários núcleos e na pouca criatividade dos que ficavam.

Ao lado disso, observava-se grande diversidade de experiências sob a mesma denominação de JEC (devidas ao crescimento em engajamento e consciência por parte de alguns e ao estacionamento por parte de outros) fazendo-nos chegar à impossibilidade de comunicação dentro do movimento.

Essa heterogeneidade já se fazia sentir há muito, assumindo o movimento feições diferentes conforme os núcleos ou cidades: ora como grupo de formação, ora como grupo ideológico, outras vezes as duas feições ao mesmo tempo, e outras buscando para si a função específica de ser uma comunidade de Igreja.

Histórico da Reflexão feita como encaminhamento:

Tendo assumido o encargo de, como Equipe Nacional, coordenar o movimento da JEC tal qual ele se encontrava, muito cedo, em reunião do Conselho, em Janeiro, começamos a sentir a dificuldade de realizar uma coordenação nestes termos.

Como coordenação nacional, vivendo com as coordenações regionais, a realidade de uma área mais consciente, mas tendo que assumir o real das bases, nossa reflexão foi se acentuando pela necessidade de achar para o movimento uma função de responder aos apelos do pessoal mais consciente, que desejávamos ter dentro de nossos quadros. Com essa preocupação, iniciamos nossa reflexão de 1966, no Conselho Nacional de Janeiro:

1 - Até então, excluídas as possibilidades de o movimento voltar atrás em sua evolução histórica, como grupo de formação ou grupo ideológico, restava encontrar um sentido e uma pedagogia que nos ajudasse a vivenciar o que passamos a denominar "Comunidade de Igreja". Essa reflexão, bastante "teorizada", com a ajuda de documentos conciliares e reflexões de vários teólogos, ia-nos permitindo localizar e, praticamente, "bolar" o funcionamento dessa comunidade que era, para nós, a equipe de base: "Vê-se portanto a necessidade de uma reflexão dos dados vivenciais da experiência do sujeito engajado, mas sente-se que para atingir a plenitude da Verdade é preciso a comunidade de cristãos reunidos... Ela vai, partindo da reflexão sobre as experiências de vida de seus membros, não só carimbar de "evangélicos" os valores humanos que despontam nessa reflexão, mas vai aprofundá-los e atingir, à luz do Evangelho, sua essência, seu âmago... Os documentos conciliares vêm possibilitar-nos uma fundamentação teológica de nossa experiência e da reflexão que sobre ela fazemos. O que precisamos é tomar contacto com eles, estudá-los, em íntima-

Ligaçāo com o que tem sido o concreto nosso." (Carta ao Conselho nº1, fevereiro de 66).

Ao lado dessa reflexão teológica, colocada como indispensável ao movimento, colocava-se patente a necessidade cada vez maior de inserção e do comprometimento do militante com a realidade estudantil brasileira, assumindo como homem a luta que se tratava. Dávamos, assim, à equipe de base o papel de localizar e ampliar a visão do real de seus militantes, através de estudos e reflexões.

2 - Ao lado do aguçar do comprometimento ideológico dos militantes mais engajados(o que levou, em muitos casos, à substituição do movimento por outros grupos , principalmente por grupos político-ideológicos), preocupava-se a coodenar e em ampliar a visão humana da grande massa do movimento, fornecendo dados de reflexão sobre a realidade estudantil, dentro de um contexto de Brasil e de mundo, tentando questionar o militante sobre a validade de um cristianismo descomprometido com a realidade, mostrando cada vez mais a necessidade de assumirmos, como homens, e com o instrumental que o meio nos oferece, a nossa luta, no momento histórico em que vivemos.

E várias publicações tiveram, acentuadamente, essa preocupação: a de situar e de conscientizar o militante, procurando comprometê-lo cada vez mais com a realidade (cf. Carta ao Conselho nº 2; Bases Para uma Reflexão do Movimento etc.)

Acabavam por não atingir seus objetivos visto que eram insuficientes para os mais comprometidos que podiam encontrar melhores condições para uma reflexão sobre a realidade nos próprios organismos do meio; como não encontravam ressonância naquêles que, por não estarem engajados, não as conseguiam compreender.

3 - Por essa ocasião, começávamos a dar um passo a mais em nossa reflexão, com a divisão do movimento em áreas:

"a) Uma primeira área, que é numericamente infima, e que está presente no meio estudantil, num engajamento informado por uma visão ideológico-política, participando normalmente de grupos no meio estudantil, mas não conseguindo se reunir como JEC para revisão de Vida.

b) uma segunda, relativamente nova, que no movimento está sendo levada a um compromisso com o meio e que se reúne como JEC para planejar, clara ou veladamente, sua ação no meio estudantil. Em alguns casos, apesar de não se apresentarem claramente como grupo para uma ação coletiva, são identificados pelo meio, como pertencentes a um grupo(JEC), e, praticamente se comportam como grupos ideológicos, competindo mesmo, às vezes com outros grupos.

c) uma terceira, que se contonta com um trabalho apostólico na linha do quabra-galho de indivíduo para indivíduo(namôro, sexo, atritos com os pais, etc...) e a reunião é uma conversa sobre isso, tentando analisar as atitudes tomadas por cada um, não favorecendo, em nosso ver, a consciência da realidade global, não encaminhando para uma consciência de participação histórica." (Texto "Confidencial").

Apesar dessa divisão em áreas, preocupados sempre pelo papel desempenhado pelo movimento JEC, em determinado momento histórico, com relação à conscientização do meio estudantil, nosso esforço na reestruturação do movimento visava encontrar uma pedagogia capaz de atender a todas as áreas, naquilo que elas tinham de específico, mas que criasse uma dinâmica capaz de levar as bases à passagem de níveis de consciência. E mais ainda, uma pedagogia capaz de atender o militante, sem construir na sua vida "super-estruturas" despeitando suas etapas de crescimento como jovem adolescente.

Consultamos para isso técnicos em educação, sociólogos, psicólogos, buscando uma explicação científica sobre as fases do amadurecimento e sobre os principais pontos de conflito na vida do jovem brasileiro. Preparamo-nos assim para o Conselhinho Nacional de setembro, no qual não conseguimos mais que a constatação das áreas do movimento e a certeza de que teríamos de necessariamente, abandonar a área dos "flutuantes", já que o engajamento, o comprometimento com o meio estudantil, era condição básica para uma busca em termos de fé. Por outro lado, isso só nos veio mostrar mais uma vez que, realmente, nosso trabalho teria que ser assumido com o pessoal mais comprometido e para o qual as reflexões até então feitas não eram suficientes para a sustentação de seu engajamento a ser informado pela fé.

Posição atual:

Prósos à engrenagem de um círculo vicioso, de reflexões, no qual havíamos-nos definido pela área mais engajada no meio estudantil, sendo que essa área, na realidade, já havia, em grande parte, deixado o movimento caímos sempre no mesmo conflito:

a) sentíamos a necessidade e a validade de buscar, com uma pequena área consciente, resposta para nossa problemática de fé como pessoas engajadas;

b) mas preocupados sempre com a grande massa inconsciente, que precisava se desenvolver, descobrindo que só personaliza, à medida em que se insere na realidade global e com ela se compromete.

Apesar de perdurar o conflito, nossa reflexão caminhou. Caminhou até chegar-nos às ultimas consequências, evitando assim, dois grandes perigos em que estávamos prestes a incorrer:

a) o de ir perdendo contribuições dos que deixavam o movimento, por não fazermos nenhuma opção, querendo manter para eles uma estrutura já esfacelada;

b) o de assumirmos o papel que cabe hoje ao movimento estudantil, como conscientizador e dinamizador de todo o meio, continuando a competir como comunidade de Igreja com os outros grupos que, com pleno direito, já existem no meio estudantil.

Com efeito, mesmo considerado o papel de movimento conscientizador do meio já desempenhado por JEC, não lhe cabe mais, como movimento da Igreja, esse papel que deverá ser assumido pelo movimento estudantil, que questionará, dinamizará o meio, abrindo-lhe perspectivas. Como cristãos, não haveremos de supervalorizar como ponto de partida uma certa religiosidade existente no meio, mas comunicaremos nossa experiência de fé que nos ajudará a questionar essa religiosidade e ir criando também semelhante experiência, a partir do seu próprio engajamento.

Esse chegar às últimas consequências significa para nós, simplesmente, concretizar o que já vinhamos pensando a muito: encontrar resposta para uma vida de homens engajados que buscam se comunicar numa perspectiva de crescimento na fé. Dessa forma podemos comprometer-nos realmente com aqueles com quem, numa opção latente, ato então não formalizada, já nos identificávamos e já nos tínhamos comprometido.

Tal opção, diante de tudo quanto dissemos sobre a situação real das bases, não seria possível dentro dos quadros atuais do movimento.

Aprofundamento da Reflexão:

Após este quadro geral da situação, retomaremos agora alguns pontos fundamentais que discutiremos e aprofundaremos, esperando apontar algumas perspectivas que conseguimos antever.

O histórico do movimento é mais ou menos conhecido de todos nós. O ideal seria retomá-lo e tentar, a partir dele, analisar a situação atual. É-nos impossível, no entanto, por motivos vários, consegui-lo agora. Contentar-nos-emos por levantar algumas questões para tentar encaminhar uma discussão, obrigando-nos a uma pesquisa melhor e mais ampla para o futuro.

•••••••••••••••••

A maior parte dos militantes tomaram contacto com o movimento JEC, sendo nascidos para ele, na adolescência, tomando como ponto de partida uma certa religiosidade trazida da infância.

Na adolescência, essa religiosidade pode tomar diversos caminhos. Às vezes, é negada, simplesmente, afastando sem maiores problemas, a idéia de Deus ou, pelo menos, os compromissos com ela. Outras vezes não é questionada e, com certas vestimentas novas é levada para a frente sem uma reformulação real, contentando-se o indivíduo com

o cumprimento de práticas religiosas sem muita ressonância em sua vida. Ou então é possível, desde que submetida a um questionar sério, ser assumida numa verdadeira integração pessoal.

Nessa época, da transição em que é possível assumir pessoalmente uma visão de mundo e uma experiência religiosa, surge a JEC que, pretendendo dar elementos críticos aos resquícios da religiosidade infantil, favorece apenas uma nova capa sem conteúdo, levar a um assumir pessoal. O muito que consegue fazer é oferecer uma visão um tanto quanto dinâmica, suficiente para impulsionar a ação. Não consegue, entretanto, levar a uma personalização, pois a influência do grupo o massifica e o que parece experiência personalizante de fé não passa de uma adesão cultural ao grupo. A própria visão adquirida é desligada de experiências realmente existenciais ou leva pouco a elas.

A afirmação não é gratuita mas tem sua veracidade comprovada com a grande porcentagem de ex-militantes que criticam a experiência feita em JEC. A constatação dessas críticas é fácil de ser percebida nas diferentes atitudes a que têm levado uns deixam o movimento, negando toda sua experiência, outros o deixam tentando continuar sua "busca" em outros grupos, outros, mesmo nele continuando, tentam conseguir uma reformulação nem sempre conseguida.

(Antes de prosseguir, uma observação: não achamos que tudo tenha sido negativo no movimento, mas procuramos encontrar novos caminhos, certos de que aquilo que foi válido numa época não o será necessariamente para sempre. Sem negar a validade histórica do movimento, julgamos que para fazer frente à realidade temos que nos transformar sempre, máxime quando colocamos diante de fatos como os que aqui constatamos).

Vejamos mais de perto qual a visão que JEC tem dado ao militante e o porque da massificação e dos posteriores rompimentos.

O elemento, ao entrar para o movimento, progressivamente vai sendo conscientizado para a realidade social e abrindo-se para ela e para a necessidade de sua transformação. A motivação para essa conscientização e abertura é uma visão cristã do mundo e da história que, paulatinamente, lhe vai sendo transmitida. Ele é cristão e deve construir o reino de Deus. Construir o Reino de Deus é construir o mundo. Construir o mundo é trabalhar para a revolução. Trabalhar para a Revolução é trabalhar no meio estudantil, através do grêmio, da entidade, do jornal, do teatro, etc.

O que se observa nesse processo é uma redução e, portanto, um esvaziamento da espiritualidade da ação a determinadas ideias bastante simplistas, se entendidas isoladamente como o foram. Acontecia, como consequência, que o militante continuava com o dualismo de sua religiosidade infantil, mantendo certas atitudes de culto como a meditação artificial do Evangelho, a missa bacana, a adoração do Santíssimo, etc. A prova de que estas práticas eram desligadas de sua vida está em que, ao dinamizarem seus engajamentos, começou a vir a necessidade de programar uma ação para obter-se eficácia a exigência de alguma opção ideológica passou a ser sentida e exigida pelos outros grupos do meio e o movimento (por ser de Igreja nele não se podia planejar para o meio), passou a ser considerado pequeno diante dessas novas exigências do engajamento.

A própria ação era muitas vezes entendida de maneira muito parcial. O que se via era só a perspectiva de sua eficácia, perdendo-se a dimensão que ela representa para a própria pessoa, perdendo-se a dimensão de integração pessoal. Mas ação deve ser expressão e meio desta integração pessoal. E a dimensão "de interioridade" que não pode ser separada da "exterioridade" (que é sua expressão) não estava sendo questionada.

Que aconteceu então? Tínhamos uma "visão cristã" que pretendia substituir uma religiosidade infantil, mas que não passava (da forma como muitas vezes era transmitida) de um amontoado de conceitos desligados da integração pessoal, funcionando como uma "fórmula" a impulsionar o elemento para ação. Tratava-se de uma visão de mundo que era levada aos militantes como um sistema que, em última instância, acabava por não conseguir um confronto realmente pessoal com a realidade, perdendo-se, consequentemente, a dimensão do presente. Tornando-se abstrato o sistema porque desligado da vida e inconsistente por misturar motivações cristãs com elementos ideológicos, não explicava, não respondia aos problemas existenciais do hoje que, não sendo afrontados, projetava o militante para o futuro, lançando-o numa ação que por isso perdia o valor de integração.

Dante dessas duas abstrações "Revaluaçāo" e "Visão Cristā" e não estando habituado a se afrontar pessoalmente face à realidade, o mito de uma futura revolução impulsiona sua ação e alimenta uma mística do despreendimento que não passa de uma fuga de seu presente, causando desgaste e desajustamento pessoal.

Ao contrário, o que deveria acontecer seria que a experiência pessoal fosse estimulada e questionada pela visão global do mundo e que a visão do mundo fosse reformulada pela experiência pessoal.

É interessante ver como a Revisão de Vida entra nesse contexto. Ela que deveria ser um instrumento de maior integração pessoal, de explicitação da realidade, de eficiência, de conversão a Deus, passou a impedir todo o brotar de uma realidade viva, pois, como já criticamos bastante, foi difundida comum esquema. Nesse esquema o Evangelho era usado (no julgar) como norma, incapaz de levar a uma descoberta pessoal da fé, numa dimensão mais vital. Tornou-se impossível conseguir uma tal revisão de vida. Seguiam-se frequentemente abstrações desligadas da realidade pessoal dos militantes que não mais acreditavam na sua possibilidade e eficácia. A grande descoberta do movimento perdida a sua magia. E por que não o movimento também?

Durante algum tempo JEC funcionou como escola de engajamento. Hoje, a realidade nos mostra que a abertura de alguém para realidade será melhor realizada pelo próprio jovem estudantil que o questionará abrindo-lhe perspectivas de engajamento. Não será supervalorizando certa religiosidade tradicional que comunicaremos nossa experiência de fé.

É na realidade, na medida em que vamos com outros tentando explicitar todas as dimensões da realidade que vivemos, que poderemos progressivamente abrir as perspectivas de fé. A fé é explicitação da própria realidade enquanto relacionada com o Absoluto, dentro do Plano Salvífico de Deus, em Cristo. A fé é um modo de ser, de viver; é uma experiência pessoal que não modifica os valores humanos em si, mas lhes revela a mais profunda dimensão. A fé é uma vivência de totalidade: por ela vivemos a atividade humana como entrega, em amor e confiança, à ação salvadora de Deus na História, tendo por meta (que certamente se realizará) a união de todos e de tudo em Deus.

Essa experiência de fé não é totalmente exprimível, mas as nossas palavras e ações podem ser o instrumento nas mãos de Deus para acender nos outros esta mesma luz. Na comunicação, no relacionamento de pessoas, no trabalho de transformação da realidade, podemos dar expressão a uma experiência que outros poderão também ir vivendo. Vemos a dificuldade de conseguir isto, mas a preocupação do número não pode desviar a preocupação pela Verdade.

Resta tentar levantar dois pontos importantes: uma dimensão de comunidade, e o sentido que tem a Bíblia para nós. Comegando por este último ponto: vimos que as meditações e inscrições do Evangelho na Revisão de Vida, pouco nos abriam para a realidade da fé. Tomávamos os trechos bíblicos como Normas, diretamente aplicáveis às circunstâncias concretas da nossa vida, não percebendo que muitas vezes tirávamos dos textos o que não mesmos colocávamos neles. O essencial é ver a grande linha, o sentido global da Bíblia, lê-la como testemunho e comunicação de experiências históricas de fé: experiências vividas em determinada época, exprimindo-se na linguagem daquele tempo, daquela ámbiente cultural. A forma escrita não expõe adequadamente essas experiências de fé. No entanto, como Palavra de Deus, é capaz de nos comunicar aquela mesma fé, fazendo-nos ver como Deus continua sua ação salvífica na história, aqui e agora.

Assim estaremos, pela Palavra, em contato vivificador com a comunidade de todos os que, através dos séculos, viveram ou vivem na fé, na esperança e no amor cristãos. Inserir-se nesta tradição viva (da qual também a Bíblia é uma manifestação), é ser Igreja. Buscar juntamente com outros tal inserção nesta faixa de luz e força que, partindo da fé dos tempos bíblicos, percorre a história da humanidade, levando-a a seu fim, é construir uma comunidade de fé.

O contato direto com os fatos decisivos da história da salvação, que são vida, morte e ressurreição de Cristo, tornando-os presentes por meio de ações simbólicas e palavras que as interpretam, chamamos de vida sacramental. Enquanto, por meio desses sacramentos, ou de outras maneiras nos dirigimos pessoalmente a Deus, em conversão, adoração, simplicidade e ações de graças, prestamos culto a Deus.

Conceituação de Ação Católica e Hierarquia:

Envolvidos em uma crise com a hierarquia, vinda de longos tempos, não podemos afirmar que ela só prejudicou ou só ajudou na interpretação da experiência atual do movimento. Tirou-nos um pouco a tranquilidade necessária mas forçou ao mesmo tempo uma interpretação mais radical.

Convivendo com outros setores da AC que se inclinavam para posições, como todo, acreditamos, durante algum tempo, na possibilidade de JEC também se definir como movimento. Entretanto, como vimos, diversificado profundamente o movimento, nenhuma palavra oficial nos pareceu possível. E a situação exigia uma definição correspondente àquela que era vivida pelas bases ou pelo menos pela maioria. E o que era vivido pelas bases?

Qualquer definição, quando se trata de um movimento da natureza da AC, torna-se difícil. En que pesem todas as críticas que ora fazemos (e que não são totalmente novas, apenas, parecem-nos, mais radicais) não poderá ser negada uma evolução no conceito da AC e da JEC. Cada vez mais se tornava mais pacífico que o movimento pretendia ser uma plena inserção na realidade, orientando-os na leitura e discernimento cristãos da sua vida de homens. Sempre se afirmou no movimento e nunca se pôs em dúvida a necessidade do engajamento, embora não se levasse a afirmação as últimas consequências.

Essa evolução, entretanto, não decorre de especulações teóricas por parte de alguns, mesmo admitindo-se não corresponder à experiência da maioria dos que se chiam de JEC. É fácil perceber-se uma linha de crescimento na reflexão, partida da vida de militantes realmente engajados. Os que foram ficando à margem da experiência de engajamento sério e da reflexão que o acompanhava foram devido a vários fatores como a impossibilidade de só realizar uma coordenação eficiente e à demasiada influência de certo tipo de adulto. Estes são, em grande parte, responsáveis pelo fato. O tema precisaria ser mais explorado, mas, rapidamente podemos constatar o seguinte: irmãos, irmãs, padres, animados de legítimo zelo apostólico, sem dúvida, mas profundamente marcados por forte visão de cristandade, fundavam e "dirigiam" o movimento com a preocupação de atingir, o mais rápido possível, o meio estudantil ("cada vez mais afastado da Igreja") ou de conseguir uma renovação pastoral nos colégios e nas paróquias, serviam-se de alguns elementos "já católicos", incutindo-lhes uma mística de apostolado, de conquista missionária, não lhes dando oportunidade de questionar (inominável!) a própria fé. Esse pessoal ou não se engajou, continuando com uma religiosidade beata, cumpridores de todas as prescrições e mais nada ou se engajou e, apesar de viver, durante algum tempo um engajamento competitivo, na medida em que o foram assumindo mais e mais, abandonou o movimento.

O conjunto do movimento em semelhante situação tornou-se um peso para as coordenações, no geral constituidas por gente que havia crescido no engajamento e na consciência deles, impelidos pela angústia de uma coordenação fantasma, de levar para a frente sua experiência. Por mais que se multiplicassem visitas, cartas e publicações, restava sempre um núcleo de descoberta pessoal que não se conseguia comunicar, justamente pelo fato de se dirigirem a essa maioria não engajada (todos chamando-se de JEC). Acentuava-se apenas o desgaste pessoal que geraria o descrédito no movimento e ao mesmo tempo a desilusão com relação a uma busca cristã.

No Conselho de setembro, mais uma vez se afirmou a imprescindibilidade do engajamento definindo-se como objetivo do movimento:

"a - ajudar o militante a globalizar uma experiência de vida. b - questionar e aprofundar a fé. Para isso ser possível exige-se de todo militante que seja realmente engajado e tenha disposição para um crescimento na fé (que busque isso). Admite-se a diversidade de níveis de consciência dentro desses limites".

Como, entretanto, afirmar isso em nome do movimento JEC, diversificado contraditoriamente como vimos?

A solução única a se apresentar diante de nós, dentro da coerência, foi DESLIGARMO-NOS DO MOVIMENTO JEC, para tentar alcançar justamente aquilo que o movimento, em sua evolução, vinha pretendendo conseguir, não o conseguindo por ter-se institucionalizado demais e por ter-se transformado em pesada estrutura.

Se o fundamental em nossa opção de nos EXCLUIRMOS DA JEC e tentar fora de scus quadros levar para frente nossa experiência nela iniciada foi a reflexão feita nesses termos de impasse interno de movimento, não podemos negar a influência também do impasse a que chegamos no relacionamento com a hierarquia. É o que pretendemos expor a seguir, sob dois tópicos: conceituação de AC e implicações ideológicas.

a) Conceituação de AC: no excelente trabalho elaborado por Fritz, a partir das conversas que com ele mantivemos e de sua participação no conselhinho de setembro e nos encontros de JUC, encontramos de maneira sintética o que poderia ser dito a respeito:

"Vemos na história dos últimos decênios como a hierarquia, sobretudo a partir de Pio XI, fundou e incentivou sobremaneira uma organização de cristãos, chamada "Ação Católica", visando a participação ou colaboração de alguns fiéis (por eles chamados de "leigos") no apostolado hierárquico. Posteriormente essa organização foi definida como "participação dos leigos" na missão apostólica da Igreja, em colaboração com a hierarquia e orientada por ela".

Sem dúvida, esta iniciativa foi inspirada por uma autêntica preocupação apostólica, no entanto, perguntar se às vezes com esta preocupação apostólica não se tem misturado um pouco daquela preocupação que acima caracterizamos como a de reconquistar a influência social da Igreja, embora sob as alegações mais nobres isto é, sob os disfarces mais sutis.

.....
Paradoxalmente, a organização conhecida sob o nome de "Ação Católica", e que remonta historicamente à mencionada iniciativa hierárquica, bem-se em grande parte, pelo menos entre nós, desenvolvido num sentido diferente, sobre o qual fala mos mais adiante.

.....
O pertencer do cristão a uma comunidade de fé pode se tornar objeto específico de um movimento de cristãos, que então se chamará também com todo o direito "movimento de Igreja".

E parece que é neste sentido que estão querendo se afirmar entre nós os antigos movimentos da "Ação Católica Especializada".

Com efeito, propõem-se ser "um movimento que ajude a descobrir e viver a dimensão cristã do mundo". Distinguem-se de outras comunidades de fé (p. ex. a paróquia territorial) por se especializarem num conhecimento mais profundo e universal da realidade do mundo a fim de melhor refletir sobre ela à luz da fé cristã.

Tal conhecimento do mundo supõe uma ação, um engajamento. Se isso já vale para toda a comunidade de fé, de um modo especial será uma exigência destes movimentos. Será sobretudo um conhecimento por vivência, por experiência, resultando de uma reflexão metódica sobre a ação.

É desejável que os que assim se reunem, tenham a mesma linha de ação. O princípio da comunidade natural como base ideal para uma comunidade de fé verifica-se aqui na realidade do sentido dado à ação e, por conseguinte, numa ideologia comum.

Refletindo-se sobre a ação à luz da fé, essa há de inspirar a ideologia, há de iluminá-la, há de corrigí-la continuamente, mostrando-lhe a relatividade. A ideologia nunca esgotará a fé, nunca a exprimirá adequadamente. A perspectiva absoluta da fé fará evitar o fanatismo e a rigidez ideológicos.

Pela reflexão da realidade à luz da fé chegarão também mais fácil e seguramente a um nível de consciência mais alto e universal, o que os ajudará para chegar a uma maior plenitude humana da ação.

A ação, no entanto, será assumida por cada um por conta própria, não em nome do movimento, não em nome da Igreja. Será assumida por juntamento com o meio, por cada um como membro dos grupos, organizações e movimentos do meio. Será o engajamento do operário como operário, do estudante como estudante, do profissional como profissional, do agricultor como agricultor. A hierarquia, portanto, não terá motivo para lhes prescrever normas ou restrições para o seu engajamento.

Uma consequência disso tudo me parece ser que a tal movimento não convém o nome de "Ação Católica". Além do sentido histórico e jurídico dado a esse nome, o próprio sentido dos termos opõe-se a isso; pois a finalidade específica do movimento como tal não será a ação.

A ação é dos indivíduos, não do movimento, o qual se define de formação da comunidade de fé.

Para merecer plenamente essa definição etc".

b) Implicações ideológicas: também aqui preferimos transcrever alguns tópicos do trabalho redigido por Arlindo Gomes de Sousa, ex-dirigente nacional, que, a pedido nosso, procurou fazer uma interpretação sociológica da crise do movimento.

"A JEC procurou sempre definir sua posição no meio estudantil em termos de "missão", missão de cristãos que, sendo do mundo, viviam plenamente o mundo. Esta explicitação por parte da Igreja, em relação ao mundo moderno, todos sabemos, passa hoje por uma mudança, quando a Igreja começa a aceitar os valores do mundo e a compreender que a história dos homens está intimamente ligada, unida, inserida à história de Deus..."

Tal posição de abertura faz com que a técnica e a ciência sejam incorporadas em toda a sua amplitude à história da Salvação e mais, que às ideologias sejam aceitas como a expressão do homem enquanto explica a si mesmo, ao mundo, à natureza e às relações que entre elas se estabelecem.

Foi a consciência histórica, em termos de movimento de AC, que veio abrir esta perspectiva para a JEC, bem como anteriormente já havia aberto para a JUC.

As contradições que se estabelecerão então dentro da JEC foram fundamentais, quando a hierarquia, em nome de uma "a-ideologia", criticava violentamente a posição ideológica de "transformação" que a JEC vinha assumindo, ou seja, incorporando os valores humanos como valores evangélicos, enquanto representassem uma melhoria das condições de vida do homem, em uma palavra, enquanto humanizavam.

Ora, a posição a-ideológica assumida pela Igreja, enquanto hierarquia, nada mais era do que uma posição ideológica de manutenção do status quo, ou seja, enquanto negava o valor das ideologias, sem o saber, estava explicitando sua ideologia de "manutenção".

Essa análise fica mais do que comprovada (feitas as excessões) quando contrapomos às censuras feitas pela hierarquia ao movimento seus pronunciamentos a favor do Golpe e do governo por ele imposto, bem como a atitude assumida com relação a outros movimentos de caráter declaradamente ideológico de "manutenção" e que, ao mesmo tempo, se chamam de "cristãos": círculos operários, sindicatos rurais, etc.

.". .". .". .". .". .". .".

Ante os dois impasses (interno e com relação à hierarquia) tornou-se clara e evidente para nós a impossibilidade de uma definição "DE MOVIMENTO". E por isso que nos pareceu como melhor solução DESLIGARMO-NOS DO MOVIMENTO e tentar, dentro de todas as limitações, refletir junto com a faixa dos militantes engajados, dando continuidade e acentuando a busca que, como pequeno grupo, dentro dela já iniciáramos. Dessa maneira acreditamos poder caminhar em direção a uma informação teológica da nossa experiência atual, servindo assim a construção de uma Igreja verdadeiramente evangélica.

Não nos recusamos a dialogar com os quadros institucionais da Igreja, no Brasil e muito menos queremos considerar-nos fora da Igreja que, pela fé, sabemos ser também institucional. Apenas que, diante da dificuldade do diálogo oficial com a hierarquia, parece-nos necessário tentar antes o que julgamos importante em termos de pastoral do que nos determina na análise previa do significado de uma experiência cristã - que, por mais comprovada que esteja por nós como inadiável, não passa de germe. À medida em que tomar corpo e em que se tenha possibilidade de uma clara justificação teológica, o diálogo será feito paulatinamente, em termos novos e, esperamos, mais adulto e não necessariamente em nome de movimento mas de pessoas.

Perspectivas para o encontro:

Dante da análise crítica do movimento em sua história e com as últimas decisões tomadas, é necessário ver com a clareza possível as perspectivas atuais. Como decidimos trabalhar e refletir com uma área que chamamos dos "conscientes", quer dizer dos "engajados", podemos fazer dela uma divisão:

- Há os que, engajados, procuram formar uma comunidade de fé ou comunidade eclesiástica, havendo nisto uma preocupação bastante séria de criar novas experiências;
- Há os que também engajados, não aceitam, por vários motivos (a serem ainda analisados), formar uma comunidade, que tenha como preocupação central a Igreja como comunidade de fé;

c) Há uma terceira possibilidade: a de se formar grupos ecuménicos com a preocupação de uma abertura maior, com uma visão mais totalizada ou globalizada da Igreja.

Achamos bastante necessário que no Encontro que pretendemos realizar (data a ser marcada), possamos partir de dados vivenciais, já que o tipo de estarmos comprometidos com um movimento institucionalizado, estruturado (JEC). Somente, neste Encontro poderemos pensar nas formas de funcionamento e organicidade desses grupos novos (ainda não nos preocupamos com o nome), pois só então teremos dados mais concretos para optar por este ou aquele tipo de experiência.

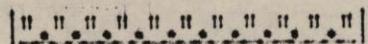
Para que cada pessoa participante do Encontro esteja por dentro do que hoje é preocupação nossa e que procuramos buscar, propomos como possível tema(s):

- a) Uma revisão do que já está acontecendo: o que estão procurando as pessoas engajadas (dentro ou fora do movimento); inclusive revisão de alguma experiência concreta, caso haja;
- b) Uma crítica pessoal da experiência vivenciada por nós na A.C;
- c) Quais as perspectivas concretas que o Encontro poderá nós abrir?

NOTA:

Este Encontro não se limitará às pessoas que estão no mesmo nível de busca apresentado pelo presente documento. Poderão tomar parte nele todos os que estejam numa busca motivada pela participação no movimento estudantil ou anterior participação no movimento (jec) e que quiseram se encontrar para uma articulação dessas experiências.

Juiz de Fora, 4 de dezembro de 1966



SÍNTESE DA HISTÓRIA DA JECF

A JECF começou a atuar em 1935, crescendo ou evoluindo por etapas:

Em sua primeira etapa, teve um caráter bastante marcado de associação religiosa dentro das escolas, integrada numa linha de Ação Católica Geral. Fazendo uma pequena análise, constatamos:

a) uma falta de visão de meio estudantil, a estudante alheia aos seus problemas e à sua responsabilidade em face desse meio.

b) todo o Movimento voltado para uma descoberta da Igreja, do Cristianismo, da Liturgia. A descoberta da Igreja como Corpo Místico, a vivência do Evangelho e dos Sacramentos, a descoberta da Missa dialogada. Era o despertar para uma participação mais autêntica e para um conhecimento menos superficial da Doutrina da Igreja. Começava-se a entender melhor o Evangelho e a ler a Bíblia.

c) a grande preocupação era o aperfeiçoamento pessoal, e levar "o outro" à conversão.

d) havia um desconhecimento do método ver-julgar-agir.

e) os círculos nos colégios eram aulas sobre Evangelho, Bíblia e Sacramentos.

f) a ação era desenvolvida em geral fora da escola. As jecistas davam aulas de catecismo, ajudavam nas paróquias, e outras atividades desse gênero.

g) a nucleação não existia. Usava-se o método do "convite", o que produzia sempre um grande número de pessoas.

Note-se que até hoje ainda existem espalhados pelo Brasil alguns grupos com todas essas características e que se consideram JECF.

Sente-se aí, antes de mais nada, toda uma orientação do Movimento pensada e realizada por adultos, que eram as Delegadas (encarregadas do meio estudantil) da Juventude Feminina Católica.

Essa maneira de ser das coisas levava a uma ausência de:

- consciência do meio.
- integração e apostolado no meio.
- formação na ação.

O "agir" fora da escola não permitia uma ação educativa do meio para o meio. Caminhou-se nesse ritmo até 1947. Foi então que Vera Jaccoud e Jeannette Pucheu, dirigentes nacionais da JFC e encarregadas da JECF, deram um novo rumo ao Movimento.

Em 1947 o Centro Internacional de Documentação e Informação, hoje Secretariado Internacional da JEC, realizava mais uma sessão internacional. Vera e Jeannette estiveram presentes nessa sessão em Pontoise (França); aí, em contacto com países que já viviam numa linha de especialização, descobriram novas coisas, e depois de visitarem alguns países, voltaram entusiasmadas para iniciar uma experiência no Brasil.

Com a permissão da hierarquia para começar a experiência, iniciaram timidamente no Rio, enquanto que alguns passos eram dados também em São Paulo e no Recife. Foi decisiva a influência exercida, nesse sentido, pela realização do primeiro Encontro Latinoamericano de JEC-JUC - em Petrópolis, em 1950. Pode-se dizer que sómente a partir daí começou um trabalho de grande expansão em todo o Brasil.

As dirigentes nacionais, como "propagandistas", lançaram-se pelo Brasil, num trabalho que exigia, muitas vezes, sua permanência durante meses num mesmo local, para constituir e deixar um grupo bem firmado, capaz de sustentar o levar adiante a experiência.

Essa segunda etapa trouxe de novo:

a) antes de mais nada o estudante se descobriu como apóstolo, responsável pelo seu próprio meio.

b) Houve a descoberta do método ver-julgar-agir. A partir do método se desenvolveu todo um trabalho intensivo de formação pessoal, dentro do próprio ambiente e em função desse ambiente. Todo o Movimento se encaminhou então para uma busca de conhecer o meio, e ser autenticamente estudantil. O mo-

todo não foi descoberto no seu sentido total, mas como um esquema para observação do meio, e sobre o qual passou a se basear a orientação e a atividade do Movimento.

c) descobriu-se a responsabilidade pelo meio, mas vendo a ação quase apenas de contacto pessoal, ou para atingir pessoas do meio, mas não estruturas. A ação dirigia-se quase toda num sentido de apostolado religioso direto, assistência religiosa ao meio, ou, no plano humano, melhora de indivíduos.

d) iniciou-se em 1954 a coordenação nacional da JECF como setor organizado no quadro das especializações da Ação Católica Brasileira. Nesse ano houve o primeiro Encontro Nacional. Houve revisão do Movimento, foram estudados os problemas do meio estudantil, e, pela primeira vez, dirigentes de todas as regiões participaram da elaboração do programa do ano da JECF.

As dificuldades encontradas para a afirmação do Movimento numa linha de especialização foram bem grandes. Todo o meio (entendendo-se não apenas os estudantes...) mostrava-se bastante hostil. Havia um completo desconhecimento da Ação Católica especializada. Não se contava com a ajuda de Assistentes e Adjuntas especializados. Não havia ainda uma abertura, no plano pedagógico, para experiências novas em educação, como já se sentia em outros países. As excessões apontáveis destacavam-se no conjunto.

O serviço de orientação educacional nas escolas era inteiramente ignorado, ou não se tinha como promovê-lo. Tudo isso concorre para que se tenha uma ideia do trabalho realizado pelas "pioneiras" para conseguir uma afirmação do movimento na época. Para isso foi necessário o trabalho das conselheiras propagandistas que surgiram pelo Brasil afora e realmente sustentaram a JECF.

Finalmente, foi-se firmando a JECF, mas caminhando também para um certo fechamento dentro da escola.

Quando despertamos para o fechamento que estava existindo dentro da escola; quando tomamos consciência de que a escola está inserida na sociedade, de que recebe influências e influencia as demais comunidades, acreditamos que foi um passo adiante. A uma nova etapa nos lançamos.

Isso aconteceu em 1957, quando, na Semana Nacional, chegou-se à conclusão de que a grande mensagem para 58 devoria ser "Espírito Comunitário".

"Descobrir todos as riquezas que se encontram na nossa escola e nós jovens estudantes, como são e podem ser aproveitados. Compreender que tudo isso foi dado por Deus, para que o nosso amor mútuo cresça, para que a Comunidade Estudantil realize, cada vez mais, sua missão santificadora."

Abrir as janelas da escola para ver como é preciso levar a todas as outras comunidades em que vivemos o ideal comunitário que, através dela, desobrimos e aprendemos a viver..."

(Programa de 1958 - Comunidade Estudantil.)

A descoberta da dimensão de Comunidade, do seu verdadeiro sentido levou a uma abertura para outras comunidades; levou à descoberta de uma dimensão social inerente ao homem. Não somos coisas isoladas, somos parte de um todo e nôlo temos que nos integrar.

Estas descobertas não poderiam parar em nós. Era necessário que o meio estudantil descobrisse e tomasse posição senão nossa ação não teria sentido. Isso veio despertar-nos e fazer-nos descobrir uma série de engajamentos concretos que podem levar os estudantes a esta conscientização.

Veio a descoberta e a valorização de novos instrumentos como grêmio e Política Estudantil. Entretanto, não tendo descoberto claramente o papel específico do leigo no mundo, o sentido de uma espiritualidade engajada, a JECF não tinha ainda bem definido o seu sentido. Isso fazia com que, para a JECF que se via como um movimento apostólico, e portanto de finalidade espiritual, a atividade de militante fosse aparentemente incompatível com uma atividade de finalidade temporal, como, por exemplo, a Política Estudantil. Assim, a JECF devia levar os estudantes em geral a comprometer-se com tarefas temporais, mas sendo isso vedado às suas próprias militantes:

"PODE UM DIRIGENTE DE JEC SER UM DIRIGENTE DE POLÍTICA ESTUDANTIL?

NAO! porque:

: acarretaria uma identificação natural entre o seu cargo na JEC e na política; facilmente suas opiniões seriam encaradas como o pensamento da JEC, e não dele mesmo, enquanto estudante. (Isso mostra uma JEC conhecida publicamente, uso de distintivo, etc..)

: como dirigente político seria obrigado a tomar atitudes que levam a um engajamento temporal; e, estando ligado a um movimento de fina-

lidade espiritual e mandatado oficialmente pela Igreja, não poderia tomar certas atitudes sem que, com isso, comprometa o movimento ou a Igreja."

(Boletim 45 de JECF - 1958)

Fomos então passando, numa linha crescente, de uma dimensão individual para o aprofundar de uma dimensão social de trabalho no Movimento e no meio. Esse caminho, contretanto, foi seguido muito mais rapidamente por núcleos de base, fruto da experiência que viviam, do que pela orientação oficial do Movimento.

Logo em seguida a essa valorização da comunidade, e consequentemente dos grupos organizados do meio, os núcleos de JECF mais ativos e maduros, que tinham uma real liderança no meio, passaram a assumir também lideranças na Política Estudantil e em outros campos. Outras áreas do movimento, talvez maioria, que não tinham uma experiência tão rica, mantinham-se retirados do compromisso temporal, aceitando pacificamente a orientação oficial. Esse fato foi criando uma tensão interna no Movimento, e lembramos mesmos certos "encontros e conselhos".

A Política Estudantil, sob influência do clima do país, foi adquirindo cada vez mais características de ação em linha ideológica. Surgiu, assim, para as militantes engajadas, a necessidade, muitas vezes, de fazer já uma certa opção ideológica. Frise-se aí a influência exercida pelo contacto com JUC e JECM que se definiram mais cedo pelo engajamento no temporal.

Nossas bases foram progressivamente se engajando. Não tendo o movimento, na sua orientação geral, colocado o engajamento como ponto-chave na ação das militantes, não lhes dava elementos apropriados para sustentar-se no engajamento, e para se aprofundar numa linha de espiritualidade engajada. Surgiram crises para as militantes, em diversos núcleos; separação entre espiritualidade e ação, entre ação cristianizadora e ação humanizadora (que não sabiam integrar), queda no ativismo, e muitas já não viam sentido em JEC, optando por movimentos de caráter político. Não contávamos com uma fundamentação nem um método que nos permitisse refletir e superar progressivamente os problemas surgidos.

Essa tensão foi aumentando, até que, em fim de 62 a inquietação e as interrogações da base eram tais, que se começou a buscar mais intensamente respostas às questões que eram insistentemente propostas no movimento. Isso aconteceu acompanhando uma evolução de todos os movimentos de ACE, que procuravam, aprofundando-se no papel do cristão no mundo, definir o Sentido do Movimento.

As Equipes Regionais, numa atitude que denota já uma maturidade, passaram a assumir muito mais a responsabilidade de refletir, de pensar o movimento, procurando resposta às interrogações da base.

O problema do Método, ao lado do Sent. do Mov. também nos angustiava, embora não soubéssemos ainda qual poderia ser a solução.

Em 1963 o Conselho Nacional de JECF pôs em xeque tudo o que tinha até então, buscando uma revisão profunda, e chegou a definir mais, nas suas linhas fundamentais, o Sentido do Movimento, na mesma visão em que se via colocando toda a ACE. Redescobrimos também o método ver-julgar-agir com um novo sentido para nós, através da Revisão de Vida Estudantil. (Ver síntese apresentada pela JECF no AEIOU de setembro de 63).

Atualmente, com uma pedagogia em renovação, a JECF caminha no sentido de assumir, aprofundar e realizar cada vez mais o Sentido do Movimento, partindo do sentido da Igreja, e da experiência da base em contacto com o meio estudantil.

Rio de Janeiro - maio de 1964

JECF, 11/05/64

MENSAGEM AOS MILITANTES

Passamos por uma crise político-militar. Sucedeu-se uma modificação no panorama político nacional, marcada com a queda do ex-Presidente João Goulart e o acesso de figuras das Forças Armadas ao poder executivo. O Ato Institucional, regulamentado por decreto presidencial, determina uma situação nova e transitória.

O Brasil atravessa um momento delicado.

Inesperadamente opera-se uma transformação cujas consequências e objetivos ainda não estão claramente delineados. Para a classe rica que temia o abalo de sua estabilidade e a perda de seus privilégios, o regime que ora se instala representa segurança e garantia das liberdades democráticas. A classe média, sempre temerosa de escorregar no declive do subdesenvolvimento, vê com bons olhos a nova situação que poderá lhe garantir melhores condições de ascendência. Contudo, é fato constatado pela própria Ação Católica Operária que, diante de tudo isso, a classe operária permanece nuda, sentindo desmoronar suas aspirações, receando tornar-se objeto do processo político.

Por sua vez, o meio estudantil secundarista não dispunha de instrumentos eficazes para participar ativamente da crise. Não estava devidamente politizado e organizado para reagir como força sensível. As cúpulas, que ~~possuíam~~ possuíam maior visão crítica, estavam desligadas das bases. O meio, estupefato, assistiu a um surpreendente movimento de cúpula.

Não nos cabe julgar o regime atual.

Da mesma forma como declarou Sua Santidade o Papa Paulo VI no trigésimo aniversário do Colégio Pio Brasileiro, em Roma, não nos cabe julgar o regime atual. Sobretudo porque somos um Movimento de Igreja, essencialmente apostólico, unido e submisso à Hierarquia. "A Igreja de Deus, no exercício de sua missão, não está vinculada a regimes ou governos. No que está a seu alcance colabora para o Bem Comum, terreno palmilhado pelos Poderes Civil e Religioso. (...). Não se identifica com derrotas ou vitórias, mas somente com o Evangelho" (Mensagem do Episcopado nordestino, 13/3/64). Somente com o Evangelho. Com o Evangelho que nos induz a uma visão realista e transcendental dos fenômenos históricos. Que nos dá a certeza de que lutamos sob promessa de vitória.

Como declararam os Bispos brasileiros em sua mensagem ao povo, por ocasião do regresso ao Brasil, após a última sessão conciliar, não queremos "nem o despotismo que se instala como uma espécie de auto-suficiência e pretende impor a todos seus planos preconcebidos, nem a naraquia em que cada um é a sua própria lei, mas o diálogo em que se ponderam harmoniosamente todas as contribuições que possam ajudar a construir o bem comum" (4/12/63). A Igreja, especialmente os leigos que, através de seus engajamentos, assumem a realidade temporal, luta pelo Bem Comum, inspirado na Caridade. Para esta missão, a Igreja convoca todos os homens de boa-vontade. Aqueles, porém, que buscam uma posição de dominância, que praticam injustiças e disseminam a confusão e a in tranquilidade no coração dos homens, não terão seu apoio. Pelo contrário, devem ser denunciados por ela, assim como Cristo denunciou os mercadores que faziam de templo sagrado biombo de suas especulações.

Há uma realidade a transformar.

Não sabemos se o governo anterior traria solução para os graves problemas brasileiros. Ele caiu. Ainda é cedo para ter certeza se o atual irá resolvê-los. Sabemos que, salvo mudança de vocabulário, a situação econômica permanece agravando-se diante de messianicas promessas. A aceleração da máquina inflacionária, os grandes latifúndios improdutivos em contraposição com a vida infra-humana do homem do campo, a mortalidade infantil, a insuficiência alimentar, as precárias condições de vida do operariado urbano, amontoado em favelas e morambos, são ainda sintomas da nossa realidade subdesenvolvida. A nossa estrutura é viciada pela pesada carga de uma tradição capitalista. (Mensagem Ninguém pode supor que tal ordem de coisas seja uma ordem cristã. (Mensagem da Comissão Central da CNBB, 30/4/63).

São imprescindíveis as reformas de base - educacional, bancária, agrária, tributária e urbana. Não por uma questão de política, mas por uma questão de justiça. O desenvolvimento é uma exigência de qualquer sociedade humana que cresce numérica e qualitativamente. É preciso que as pessoas, todas as pessoas, se pronovam, tornando-se sujeitos de sua realização social e histórica.

A Igreja tem uma missão sagrada e imutável.

"Seria escandaloso e imperdoável que as massas fôssem abandonadas pela Igreja em sua hora mais dura, o que daria a impressão de desinteresse em ajudá-las a atingir um nível de dignidade humana e cristã, elevando-se a categoria de povo" (Mensagem de posse de D. Helder). A Igreja permanece em sua missão evangelizadora, de salvação da comunidade humana, independente da forma jurídica que esta comunidade adota. "No atual momento devem os cristãos, seja qual for a sua opção em terreno livre, resguardar o Bem Comum que deve estar acima das divergências particulares" (Mensagem do Episcopado nordestino). O trabalho que oficialmente a Igreja, pela Hierarquia, nos confia - evangelizar o meio estudantil - continua num impulso sempre maior. Em cada reunião da Equipe de Base, onde fazemos nossa Revisão de Vida, ele é repensado, retocado de acordo com as evoluções do fato. Daí a importância do método para manter a eficácia do nosso engajamento.

Estariam negando nossa vivência cristã se fôssemos tomado por um sentimento de derrota. Não há o que temer, pois o risco enriquece nossa potreza. Mesmo o impacto emocional que nos atinge deve ser superado com a confiança que temos, sabendo que Deus nos fala pelos acontecimentos. Ele nos convida à unidade justamente agora que querem nos dividir. Os fariseus, arbitrariamente, julgaram e acusaram Cristo. A hora é da Caridade, porque há injustiças, De paz, porque há intranquilidade. De amor, porque há incompreensão. O sacrifício da Cruz já deu um sentido ao nosso trabalho. Portanto, agora é refletir, evitando precipitações, adquirindo otimismo realista.

Os militantes não temem o risco do engajamento.

Nós leigos, que desempenhamos uma missão profética, temos que assumir esta tarefa com todos os riscos que ela implica. Nem todos compreendem o alcance de nosso testemunho. Aceitar um trabalho pioneiro é expôr-se à diversidade de observações daquelas que, bem ou mal, acompanham e que fazemos. Com humildade, devemos, neste instante, meditar nas palavras de Cristo: "Bem-aventurados sereis quando vos injuriarem, perseguirem e caluniiosamente disserem todo o mal contra vós, por minha causa: alegrai-vos e exultai, porque a vossa recompensa é grande nos céus; pois assim também perseguiram aos profetas, que existiram antes de vós" (Mt. IV, 11-12).

Mais do que nunca devemos permanecer unidos à Hierarquia. A Mensagem do Episcopado nordestino lembra que aos Bispos cabe julgar a justificação dos programas e métodos da AC, a fidelidade evangélica e a prudência do agir desses militantes. Assim, é nossa obrigação manter frequente diálogo com os Bispos. Aceitemos sua palavra de ordem, expressada no documento de Nordeste: "confiança no futuro do País e união à Hierarquia, garantia de autenticidade do Evangelho".

As Equipes Nacionais e as demais equipes de coordenação dos Movimentos de JEC e JECF, confiam em seus militantes. Com o esforço e a colaboração de cada um, enfrentaremos os problemas que aparecerem, procuraremos dar um maior sentido ao engajamento, refletiremos sobre os fatos que encontrarmos. Unidos, sob as luzes do Espírito Santo, lutaremos pela Verdade. Justiça e Paz é o que queremos agora, nós, leigos, que no dizer do Papa Paulo VI somos a ponte entre a comunidade eclesial e a comunidade temporal.

Rio, 11 de maio de 1964.

as Equipes Nacionais de JEC e JECF.

SEMANA NACIONAL

Contamos com dez participantes de cada região do Brasil (dois dirigentes uruguaios em 1959, e possivelmente em 1960 outros dirigentes sul-americanos). faz-se sempre a revisão de todo o movimento de JECF, em plano nacional. Cada região apresentou em 1959 suas características sociais, econômicas e seus problemas de apostolado. Feita a revisão a equipe Nacional faz o aproveitamento da mesma procurando apresentar soluções aos problemas apresentados. Em todo o encontro há um dia dedicado ao recolhimento.

Os temas estudados são: técnica e espiritualidade. Procuramos com elas responder às necessidades das militantes. Além de exposições grandes, há também comissões de estudo com o fim de aprofundar os temas expostos e enriquecer as idéias do programa. Quanto a parte de espiritualidade da Semana, temos missa participada diariamente, meditações, terço, etc.

Procura-se dar sempre um clima espiritual a todo o encontro.

As semanas regionais seguem mais ou menos a mesma linha do Encontro Nacional tendo como parte importante a apresentação do programa do ano. Os temas são adaptados de acordo com as necessidades de cada região. A participação dos Encontros Regionais é na base de dirigentes diocesanos sobretudo, e a Equipe Nacional sempre se faz representar através do assistente e de um ou dois dirigentes.

ENCONTRO SUL-AMERICANO

No campo da Ação Católica especializada o Brasil está com uma responsabilidade cada vez maior em plano internacional. Em 1959 houve um encontro Sul-Americano, em Rosário na Argentina no qual o Brasil se responsabilizou pela parte do território. Foi uma grande oportunidade de trocas de experiências para os países da América Latina e o Brasil embora se destaque no campo da especialização lucrou muito com este contacto. O Secretariado Sul-Americano funciona no Rio de Janeiro e é composto por dirigentes de JEC, JECF e JUC.

6. PUBLICAÇÕES -

Nossas publicações que aparecem normalmente durante o ano são: O Programa, uma publicação sobre espiritualidade que o acompanha, ou Boletim (quatro números por ano sendo dois no primeiro semestre e dois no segundo) e o bilhete mensal.

Além disso procuramos fazer publicações que venham atender às necessidades mais urgentes das militantes, as modificações e fixação dos pontos básicos do movimento. Tivemos então nos últimos anos:

PROGRAMAS: Comunidade

Vida de estudos

Vida de Jovem

ESPIRITUALIDADE: Ano Litúrgico

Do Grupo Místico de Cristo à Comunidade Estudantil

Atualmente estamos divulgando as publicações da AGIR e do MENSAGEIRO sobre os Sacramentos.

BOLETINS :

BILHETES MENSUAIS

Publicações extras: Dakar 58 (texto de bases comuns)

A Teus Pés Senhor

Missa do estudante

Estantes trabalhando numa publicação atualizada dos primeiros círculos de JECF que é uma exigência Nacional. O serviço de publicação se encarrega ainda da divulgação de algumas edições da AGIR, da VOZES e outras editoras que nos são necessárias. Como exemplo podemos citar:

Vivendo na Realidade

JEC evangelho no colégio(livraria Duas Cidades)

A adjunta religiosa na JEC (Vozes)

JEC e educação (Vozes)

Sentido da vida (Mensageiro do Rosário)

Poemas para Rezar (livraria Duas Cidades)

Catálogo de Filmes (Sic.)

SERVIÇOS:

A JEC mantém serviços que têm por objetivos levar o meio a uma maior compreensão de vida cristã. Como exemplo temos: jornal mural que poderá ser colegial e de classe. O jornal mural tem levado a uma grande descoberta de valores e aproveitamento diários. Temos ainda serviços de livraria, cine, forum, livro, feira de livros, preparação de férias e participação nos programas de rádio e na imprensa estudantil. A catequese tem sido também preocupação do movimento e é elevado o número de militantes que se dedicam a este serviço. Todos os serviços levam as meninas à tomarem maior responsabilidade e despertarem para os problemas de suas colegas de seu meio, levando-as a procurar resolve-los de uma maneira humana e cristã.

CAMPANHAS:

Ao lado dos serviços realizamos as seguintes campanhas no mundo estudantil:

Festa de novos - Com a finalidade de entrosar a jovem estudante no meio em que irá viver. Surgiu com o Programa de Comunidade, quando impressionou e marcou de tal maneira que hoje faz parte da estrutura de muitos colégios, cabendo à Jecf dar um sentido de acordo com o objetivo do programa, aproveitando a oportunidade para lançar as idéias gerais do mesmo.

Campanhas de Páscoa - Na campanha de Páscoa além da preocupação do cumprimento do ~~passeito~~ das cal da Igreja, procuramos despertar no jovem a valorização de uma vida de união com o Cristo. Que o estudante entenda que a páscoa não é só festa e férias, mas uma passagem que marca a sua vida. Ao lado de trás isto procuramos identificar a idéia do programa com o sentido desta festa, ponto alto da liturgia da Igreja.

Surgem ainda no decorrer do ano, outras festas, como festas de pais, de mestres e ainda uma campanha de preparação de provas através de equipes de estudo.

7 - ASSISTENTES:

Apesar de tudo e embora seja reduzido o número de assistentes para atender as necessidades do movimento, contamos com alguns que se identificam realmente com o movimento. Entretanto o movimento necessita urgentemente de Assistentes liberados e preparados para o trabalho.

O que vem acontecendo é que os Padres Assistentes são geralmente : Párocos, capelões, Professores, Diretores Espirituais de Seminários, Vigário geral, ou ainda encarregados de outros setores não só da A.C. mas de outras entidades religiosas. Isto acarreta falta de tempo e como consequência a ajuda de que necessitamos dos Assistentes torna-se precária.

8 - ADJUNTAS:

Contamos atualmente com uma Adjunta Nacional.

Algumas regiões possuem uma adjunta coordenando o trabalho de JECF nas diversas dioceses.

A Adjunta religiosa tem um papel importante no movimento. Um dos nossos objetivos é despertar nas comunidades (religiosas) e sobretudo nas Superioras o interesse pela JECF. Assim permitirão que as religiosas de dediquem mais como adjuntas nos colégios. As adjuntas tem participado de todos os nossos Encontros com grande proveito para o movimento.

RETROSPECTIVO COM OUTROS SETORES DE A.C.

A preocupação de entrosamento com outros setores de A.C. tem sido uma constante em nossos trabalhos. Já se tornou realidade os planos feitos neste sentido e atingem a base do movimento. Assim encontramos Diocesanos engajados neste encontro e vários trabalhos realizados em conjunto. Foi o que constatamos em revisões faltas nos Encontros Regionais deste ano. No plano regional: É com satisfação que vemos surgir encontros e reuniões de AEICU das Equipes Regionais, Diocesanas e a formação de secretariados em algumas regiões e dioceses.

Nos encontros regionais, houve a presença de todos os movimentos sendo um dos diac dedicados a eles.

A JAC. esteve presente em alguns, participando de todos os estudos e deixando indicações para um plano de trabalho conjunto com as militantes de JECF. E, no plano nacional mantemos sempre o contacto pessoal com as outras equipes. Fazemos reuniões de ANICU; reuniões de Conselho; contacto com outros setores nas viagens; presença em Encontros Nacionais ou Regionais; notícias e artigos sobre os outros setores em nossas publicações, inclusive nos Programas.

Mantemos contato com os outros movimentos de Apóstolado Leigo, através de Secretariado da CNBL. Tem se tornado frequente os contactos com Protestantes, seja no plano Nacional através do CJB, seja no plano local no decurso de campainhas no meio estudantil. A ação pessoal dos militantes tem atingido muitos alunos de colégios protestantes. No ano passado por ocasião da Semana do Estudante, encontramos muito apoio e entusiasmo de colégios protestantes que trabalham conosco, participando ativamente das atividades da Semana.

ORIENTAÇÃO VOCACIONAL; Surgiu com o programa de "Vida de Estudos" com como finalidade levar o jovem à sua descoberta de sua vocação fazendo com que ele não busque nessa vocação interesses egoístas, mas leve em conta as necessidades do meio e a sua realização.

SEMANA DO ESTUDANTE; Um dos exemplos mais evidentes de nossa presença no meio, foi a 1) experiência de Semana do Estudante. Foi por objetivo despertar o estudante para a sua missão no colégio e no mundo. Em vários lugares houve uma mobilização geral das associações para as atividades então realizadas. A Semana do Estudante foi um ponto de partida para a criação de serviços necessários ao meio estudantil. Come a "Festa de Novos" a Semana do Estudante tendo a fazer parte das estruturas dos colégios, da vida estudantil em geral. Por enquanto, ainda é iniciativa de movimento de JECF.

RELACIONES INTERNACIONAIS; Além do constante contacto com a Equipe Internacional em Paris, a JECF, atualmente está preocupada em ajudar o SSA no seu trabalho na América do Sul. O Brasil, devido a sua boa experiência de especialização vem sendo cada vez mais solicitado a ajudar os países sul-americanos que estão agora entrando em nova fase. Nesse sentido a JECF, tem convidado dirigentes sul-americanos para um contacto com seu trabalho, participou do encontro regional Sul Americano em Rosário-Arg., set. de 1959 e se fez presente na posse de seu assistente no 1º encontro Nacional de JECF do Uruguai.

Preocupações atuais da E. Nacional

- Continuar a afirmação das Equipes Regionais
- Formação e consolidação das equipes diocesanas
- Preocupação de estudos mais profundos sobre a técnica do movimento.
- Contacto com os seminários, favorecendo assim a formação de Assistentes.

O QUE A JEF ESPERA DAS EMEIS SRS BISPOS

- 1 - Incentivo à organização das Equipes diocesanas, e apoio às Equipes Regionais já formadas
- 2 - auxílio no sentido de despertar a formar novas dirigentes nacionais
- 3 - Diretrizes para que a nossa ação se torne cada vez mais fecunda.
- 4 - Atenção especial para alguns problemas do meio secundário que estão fora de nossa alga-
da:
 - ausência ou deficiência de ensino religioso nos colégios laicos.
 - deficiência na formação cristã e apostólica nos colégios religiosos.
 - alto custo do ensino particular, considerando que as escolas católicas sofrem as consequências desse problema, o conhecimento de Religião e a formação cristã estão se tornan-
do uma espécie de privilégio.
- 5 - Além desses pedidos conservaremos aqueles expostos no relatório de 1957 pois continuam
sendo uma necessidade do meio estatutário.

REGIÕES	NORTE	NORDESTE	LESTE	CENTRO - OESTE	CENTRO - LESTE	S. PAULO	SUL			
DIOCESES	Amazonas Pará Maranhão Piauí Rondônia Rio Branco Amapá Acre	Ceará Rio Cade. do Norte Paraíba Pernambuco Alagoas Sergipe	Bahia	Minas Gerais Mato Grosso Goiás Distrito Federal	Rio de Janeiro Estado da Guanabara Espírito Santo	Est. de S.Paulo	Paraná Santa Catarina Rio Grande do Sul			
COM	Manaus Parintins Belém Santarém Bragança São Luiz Caxias Terezina Bôa Vista	Fortaleza Crato Sobral Limoeiro do Norte Natal Mossoró Caicó João Pessoa Campina-Grande Cajazeiras Nazare da Mata Garanhuns Pesqueira Maceió Penedo Aracaju	Salvador Conquista Bonfim Ilhéus	Belo Horizonte Mariana Diamantina Sete Lagoas Uberaba Campanha	Rio de Janeiro Niterói Nova Iguaçú Barra do Piraí Valença Vitória	São Paulo Campinas Rib. Preto Taubaté Sorocaba Bragança Sto. André Piracicaba Caxias do Sul Passo Fundo Santa Maria Uruguaiana Pelotas	Curitiba Maringá Florianópolis Lages Tubarão Porto Alegre Vacaria Caxias do Sul Passo Fundo Santa Cruz Uruguaiana			
JECF - 82				Caravela Aracai Juiz de Fora Caratinga Montes Claros Oliveira Patrocínio Patos de Minas Gov. Valadares Goiânia Brasília						
TOTAL	de estudantes secundários fem.	14.585	39.291	18.773	49.217	66.991	98.375	49.441	368.924	46,4 %

Cerca de 12.000 a 15.000 militantes, concentrados em determinadas regiões.

(dos estudantes secundários do Brasil)